Ferreira Pinto Brandão

de Paços de Ferreira, Cête e Mouriz - uma família de militares e padres

Manuel Abranches de Soveral

No séc. XVIII já abundam os Ferreira em Stª Eulália de Paços[1], nome usado por pessoas com estatutos muito diversos, umas com origem externa à freguesia, mas muitas descendentes, tanto quanto se pode apurar, de indivíduos da freguesia, mas que não aparecem com este nome. Não podendo descartar a possibilidade de, pelo menos em alguns casos, o nome Ferreira ter sido adoptado, sem qualquer ligação à linhagem medieval dos Ferreira, que trato no meu "*Ensaio sobre a origem dos Ferreira*", também não podemos excluir a hipótese de existir, na maioria dos casos, uma ligação à linhagem, sobretudo por via feminina.

Os Ferreira Pinto Brandão, até os inícios do séc. XIX, altura em que desaparecem da freguesia, são inegavelmente uma das principais famílias locais, onde tinham casa no lugar das Quintãs, a qual, pelo menos desde o séc. XVIII, se passou a chamar quinta da Torre e desde então tem capela própria. Inicialmente Ferreira, por casamento passaram a Ferreira Pinto e depois a Pinto Brandão, Brandão Pinto ou só Brandão, nome este que ganhou grande predominância na sua descendência e que resultou do casamento em 1634 do Capitão Pedro Ferreira Pinto com Francisca Brandão, rica herdeira, descendente dos Brandão Sanches da cidade do Porto.

O mais antigo desta família que se documenta a usar o nome foi o Capitão Baltazar Ferreira, morador na dita casa das Quintãs ou da Torre, nascido em 1588 e falecido em 1665, pai, avô, bisavô e trisavô de capitães, sucessores nessa casa, o último dos quais, o Capitão Bernardo Pinto Brandão, deixou um filho homónimo, Doutor Bernardo Pinto Brandão, abade de Vila Chã do Marão (Amarante), e uma filha sucessora D. Ana Maria Brandão, nascida em 1715 e falecida em 1779 na casa das Quintãs, que então já consta como quinta da Torre, sendo sepultada na sua capela. Esta casou com Francisco Félix Henriques da Veiga Leal, capitão de Infantaria, comandante da fortaleza de Póvoa de Varzim (13.5.1738), familiar do Santo Ofício, etc., também aí falecido.

Aquele Capitão Baltazar Ferreira, o primeiro a documentar-se com este nome, era filho de um Baltazar Fernandes, das Quintãs, e de sua mulher Catarina António. Verifica-se, também, que a maioria dos Ferreira que na freguesia surgem nos finais do séc. XVI e inícios do seguinte são

[1] Então Stª Ovaia de Paços, freguesia do concelho de Aguar de Sousa. Hoje Stª Eulália de Paços de Ferreira, freguesia cabeça do concelho de Paços de Ferreira, criado por decreto de 6.11.1836.

filhos de pais ou mães que usaram o patronímico Fernandes ou Gonçalves. O que me levou, numa tentativa de unificar esses Ferreira de Stª Eulália de Paços, a propor que sejam todos filhos da mais antiga Ferreira que se documenta nos paroquiais, Catarina Ferreira, aí madrinha em 1569, sendo esta a desconhecida mulher de um Gonçalo Fernandes das Quintãs que viveu nessa cronologia. Infelizmente, há hiatos nos paroquiais de Stª Eulália de Paços. Se os baptismos começam em 1567, com falhas, os casamentos e óbitos, também com falhas, só começam em 1574 e 1583. Não sendo mau, podia ser melhor, sobretudo se os padres da freguesia fossem menos toscos e soubessem fazer os assentos devidamente.[2] Parecendo certo que a freguesia tinha então reduzida população, a avaliar pelas datas dos primeiros oito assentos de casamento: 1586, 1590, 1591, 1593, 1596 (dois), 1597 (infelizmente incompleto), e 1599. E destes oito, cinco são de propostos descendentes de Gonçalo Fernandes das Quintãs e Catarina Ferreira.

Há dois assentos de baptismo de filhos de Gonçalo Fernandes das Quintãs. O mais antigo, de 18.8.1571, deixa em branco o nome da criança, dita filha de Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua mulher (não nomeada). O outro é de 6.6.1574, de João, filho de Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua mulher (não nomeada). Diz que o padrinho foi João, filho de Martinho Fernandes, e ama a mulher de Gonçalo Fernandes. Ama parece estar por madrinha, bem assim como a pessoa que levou a criança a baptizar. Como nesta época se dava o baptismo poucos dias depois da criança nascer, a mãe nunca comparecia à cerimónia, sendo portanto natural que o baptizado fosse levado pela avó. Este João, baptizado em 1574, parece ser o João Ferreira que casou a 1.2.1598, ib, num assento que ficou incompleto, dizendo apenas: "*O Primrº dia do mes de fevrº do anno de mil e quinhentos he noventa he sete digo noventa he oito digº Alvrz Cura desta igrª recebij por palavras de presente a João frª*". Mais nada! Apenas um espaço em branco antes do assento seguinte, certamente para mais tarde completar o assento, o que nunca chegou a ser feito. Contudo deve ser o João Ferreira que viveu casado em Casal de Rei (Paços) com Maria Francisco, onde esta faleceu a 12.7.1636, dizendo o óbito que deixou testamento vocal, no qual o marido ficou por herdeiro e testamenteiro, referindo que ele "*desse o casal e dotasse as suas fªs como lhe milhor parecese*". Este casal seria o Casal de Rei, herança dela. Tendo João Ferreira e sua mulher Maria Francisco pelo menos quatro filhas, a primeira das quais baptizada a 3.4.1601.

A 9.1.1603 foi baptizada uma filha de Marta, solteira, escrevendo o padre que a criança "*dizem filha de André Frª solteiro de Piquafrio*". E a 14.1.1604 foi baptizada Maria, filha de Clemência, solteira de Stª Eulália, "*e se diz de Andre Frª, fº de Demão Frz de Picafrio desta fregª*". Trata-se portanto da Maria Ferreira, filha de Clemência, mulher solteira, que casou a 21.11.1650, ib, tinha portanto 46 anos[3], com um Manuel Afonso, tendo ela falecido viúva a 18.12.1676, sendo então

[2] O desleixo, a quase iliteracia (até na correcta utilização da pena), a porcaria e mesmo um ressabiamento latente contra a nobreza que alguns párocos revelam, tornam os livros paroquiais uma fonte de crédito duvidoso, sobretudo perante outra documentação que os contrarie, e são seguramente uma fonte muito lacunosa. Por isso devem ser estudos à lupa, de fio a pavio. São inúmeras as reprimendas que os visitadores fazem aos párocos, sem que na maioria dos casos tenham algum efeito. A situação ainda se mantinha no séc. XIX, nomeadamente quando uma provisão pastoral de D. José Joaquim de Azevedo e Moura, arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Majestade e seu ministro e secretário de Estado honorário, comendador da Ordem de Cristo, grã-cruz de Santiago de Espada e Par do Reino, impressa a 14.10.1861, além de outras advertências sobre maus comportamentos dos padres, diz especificamente sobre os livros de assentos paroquiais: "*Cumpre que ponham o maior cuidado na redacção dos assentos de matrimonios, baptismos e obitos, observando escrupulosamente o Real Decreto de 19 de Agosto de 1859, ligando-se as formulas que para cada um dos assentos lhes enviamos com o Decreto e Nossas Instrucções, sendo certo que no registo parochial do ano de 1860 se encontram faltas notaveis de muitos Parochos, que esperamos deappareçam dos assentos do anno corrente. Sabemos por experiencia propria que em muitos dos livros do registo Parochial já findos, e conservados em poder e guarda dos Parochos, e sob sua responsabilidade, e nos que contem assentos até ao fim de 1859 se acham mutilações, emendas e rasuras que, embaraçam e desviam sucessões legítimas, sacrificam fortunas, tolhem direitos, e dão origem a litígios calamitosos, que avexão as familias, sofismão as leis, e desvirtuão a fidelidade parochial : chamamos sobre este importantissimo objecto a atenção e consciencia dos Rdºs Parochos, para que tenham sob sua imediata guarda todos os livros do registo Prochial, não os confiando de pessoa alguma, nem mesmo das suas familias, não só para conscientemente satisfazerem ás leis de fieis depositairos, mas ainda para não incorrerem nas pennas que as leis inflingem aos parochos em cuja guarda existem os livros em que se entende encontrem aquelllas falsificações, e que alguns já tem sofrido por emendarem nomes masculinos para femininos, com o fim de subtrahirem aquelles ao recrutamento para o exercito, e ainda não vão muito longe algumas d'estas falsificações*".

[3] Ainda assim teve uma filha, Catarina, solteira em 1676, que ficou sua herdeira.

moradora em Stª Eulália. André Ferreira ainda teve outra filha natural em Helena Gonçalves, das Quintãs, chamada Leonor Ferreira, que casou a 8.5.1634, ib, com um Pedro André, sem geração, pois Leonor Ferreira, viúva das Quintãs, faleceu a 6.1.1669, ib, com testamento, deixando os bens de sua casa a sua sobrinha Ângela, também das Quintãs, e o dinheiro e o mais que se lhe devia para gastar em bens da sua alma. Podendo daqui concluir-se que André Ferreira ainda teve mais uma filha natural chamada Maria Ferreira, certamente irmã inteira desta Leonor, pois a 20.4.1670, ib, faleceu Maria Ferreira, mulher solteira moradora nas Quintãs, deixando herdeira sua filha Ângela, também solteira.

É assim possível identificar André Ferreira como o André, baptizado a 4.3.1570, ib, filho de Damião Fernandes e sua mulher Maria Álvares, moradores em Picafrio, casal este que teve vários filhos, nascidos entre 1570 e 1582, nomeadamente uma Guiomar Fernandes, de Picafrio, que casou a 24.3.1599, ib, com um Gonçalo Gonçalves e faleceu a 19.1.1666, ib, deixando herdeiro seu filho Manuel Ferreira. Damião Fernandes faleceu a 9.2.1619, ib. Para ter um filho em 1570 não terá nascido depois de 1548, parecendo ser o filho mais velho de Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua proposta mulher Catarina Ferreira. O casal de Picafrio (como mais tarde se documenta) teria sido dote de sua mulher Maria Álvares.

André Ferreira, de Picafrio, falecido a 20.1.1626, ib (portanto com 55 anos), casou depois com Maria Ferreira, falecida viúva a 17.3.1668, ib, deixando herdeiro o filho André Ferreira Pinto. Esta Maria Ferreira aparece ainda solteira como Maria, filha de Paulo Fernandes, de Stª Eulália.[4] Adoptou o nome Ferreira pelo marido ou era ela própria Ferreira? Casou cerca de 1606, mas infelizmente faltam os assentos para esta cronologia. Se era Ferreira, o pai Paulo Fernandes podia ser irmão de Damião Fernandes, o que faria André Ferreira e Maria Ferreira primos-direitos (2º grau de consanguinidade). O certo é que Paulo Fernandes casou duas vezes, a primeira com Antónia Braz, falecida a 30.8.1607, ib, e em 1609 já se documenta casado (2º vez) com Catarina Gonçalves, que faleceu a 8.1.1626, ib, tendo vários filhos do 1º matrimónio, nascidos entre 1590 e 1606. Maria foi baptizada a 2.8.1590, ib, tendo portanto falecido com 77 anos. Concluo daqui que Paulo Fernandes não nasceu depois de 1569, nem muito antes, pois faleceu a 19.3.1665, ib (portanto quase centenário), deixando por herdeiros e testamenteiros seus netos Francisco, André e Gonçalo Ferreira Pinto, com a obrigação de lhe fazerem por sua alma três ofícios de 10 padres cada um. Sem concluir alguma coisa sobre se Maria Ferreira era Ferreira ou adoptou este nome pelo casamento (coisa muito invulgar na época), não é possível sequer especular sobre a origem do nome Pinto que aparece nos seus filhos. Mas está-me a parecer que o nome Pinto viria daquele Paulo Fernandes, de Stº Eulália. Nesta cronologia existem uns Pinto na freguesia, filhos de Pedro Afonso, morador no lugar de Pêgas, e de sua mulher Maria Pinto, falecida a 7.7.1623, ib. Mas verifica-se que não há relação entre estes e André Ferreira Pinto, sendo que a antedita Maria Pinto era muito provavelmente natural de Stª Eulália de Sobrosa (Paredes), como adiante direi. Desta Maria Pinto e seu marido foi filha outra Maria Pinto, baptizada a 6.11.1588, ib, e falecida a 3.4.1655, que casou em 1616, ib, com o Capitão Baltazar Ferreira (1588-1665), sendo pais do Capitão Pedro Ferreira Pinto (1619-1694), sucessor. Ora, o capitão Baltazar Ferreira era filho de Baltazar Fernandes das Quintãs, falecido a 29.3.1617, e de sua mulher (casados cerca de 1585) Catarina António, falecida a 8.4.1617, ib. Sendo este Baltazar Fernandes das Quintãs proposto irmão de Damião Fernandes, portanto tio paterno de André Ferreira. Tendo isto em conta, será que os filhos de André Ferreira adoptaram Ferreira Pinto por *osmose* com o Capitão Pedro Ferreira Pinto? É certo que André Ferreira Pinto casou em 1635, ib, apenas como André Ferreira, e faleceu a 10.7.1672, ib, também apenas como André Ferreira. Mas isso não quer dizer nada, pois o Capitão Pedro Ferreira Pinto também casou (em 1634, com 14 anos!) apenas como Pedro Ferreira, se bem que no óbito seja referido como Capitão Pedro Ferreira Pinto. A primeira vez que André Ferreira Pinto se documenta assim

[4] Stª Ovaia. Era o lugar onde ficava a matriz de Stª Eulália (Ovaia) de Paços, que depois se passou a chamar lugar da Igreja.

é no óbito da mãe em 1668. Este André Ferreira Pinto, segundo esta proposta, era sobrinho (na acepção antiga, que se estendia aos filhos dos primos-direitos) do Capitão Pedro Ferreira Pinto. Poderia ter acrescentado (ele e os irmãos) o Pinto por osmose, apesar de ser evidente que o nome Pinto do capitão lhe vinha pela mãe? Em alternativa, aquele Paulo Fernandes, de Stª Eulália, nascido cerca de 1569, poderia ser Pinto, sem que contudo haja o mínimo indício disso, bem pelo contrário. Sendo certo que André Ferreira e sua mulher Maria Ferreira deram origem a uns Ferreira Pinto de Paços, distintos dos do Capitão Pedro Ferreira Pinto, moradores na casa de Picafrio[5], que mais tarde, nalguns ramos, parecem ter também acrescentado Brandão.

De Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua proposta mulher Catarina Ferreira devia portanto também ser filha uma Leonor, que se documenta irmã de Baltazar Fernandes das Quintãs. Podendo ser a que foi baptizada a 18.8.1571, ficando em branco o nome da criança, como já deixei dito.

Igualmente filho de Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua proposta mulher Catarina Ferreira parece ser o Padre Diogo Ferreira, que fez um baptismo em Paços a 26.11.1589. E o Domingos Ferreira, das Quintãs, que faleceu a 15.1.1619, ib, tendo casado com uma Maria Francisco, provavelmente de outra freguesia. Foram pais de vários filhos, o mais novo dos quais nasceu a 24.3.1610, ib. Foram nomeadamente pais de Maria Ferreira, baptizada a 27.4.1597, ib, que casou a 20.5.1642, ib, tinha portanto já 45 anos, com Diogo Ferreira, da freguesia de Santiago de Carvalhosa, filho de João Gonçalves e sua mulher Domingas Pº (Pinto ou Pedro), moradores em Santiago de Carvalhosa. E de Catarina Ferreira, das Quintãs, baptizada a 25.3.1605, ib, e falecida a 13.10.1651, ib, tendo casado a 6.7.1636, ib, com Domingos Gomes, de S. Pedro de Raimonda.

Finalmente, de Gonçalo Fernandes das Quintãs e sua proposta mulher Catarina Ferreira pode ainda ser filho o Francisco Ferreira casado com Antónia Fernandes, moradores em Stª Eulália de Paços (meus fregueses, diz o padre) quando a 15.10.1588 aí foi baptizada a filha Maria.

É obviamente muito difícil dizer alguma coisa sobre a ascendência da antedita Catarina Ferreira, nascida cerca de 1535, que não seja pura especulação.[6] Ainda assim, não é de rejeitar, à partida, que possa ser natural da vizinha freguesia de S. João de Eiriz, onde nessa cronologia surgem uns Ferreira, da quinta da Torre, descendentes, tanto quanto se consegue apurar, de um Gonçalo Fernandes, da Torre, nascido cerca de 1510 e aí falecido em 1580, sendo certo que este Gonçalo casou três vezes, a última das quais com Ana Dias, tendo dela filhos que usaram o nome Ferreira, nomeadamente Maria Ferreira, nascida em 1577, de quem descendem alguns Ferreira, capitães, da quinta da Torre, em S. João de Eiriz.

Apesar da coincidência do nome, este Gonçalo Fernandes, da Torre, freguesia de S. João de Eiriz, não pode ser confundido com o Gonçalo Fernandes, das Quintãs, freguesia de Stª Eulália de Paços, embora ainda tenham sido contemporâneos. Mas nada impede que Catarina Ferreira, proposta mulher deste último Gonçalo Fernandes, fosse irmã mais nova do primeiro Gonçalo Fernandes, da Torre. Do ponto de vista cronológico, Catarina Ferreira também podia ser filha do 1º casamento deste Gonçalo Fernandes. Mas uma linha Ferreira, justamente também da quinta da Torre, descende de uma Catarina Gonçalves[7], que tudo indica fosse, esta sim, filha do 1º

---

[5] Do referido André Ferreira Pinto e sua mulher Domingas Ferreira foi filha, entre outros, Águeda Ferreira Pinto, nascida a 30.8.1647, ib, aparente herdeira da casa de Picafrio, onde viveu. Casou a 11.9.1670, ib, com Simão Fernandes, filho de outro Simão Fernandes, já defunto, e de sua mulher Maria Gaspar Moreira, moradores na freguesia de Meixomil. Destes foi filho Agostinho Ferreira Pinto, sucessor na casa de Picafrio (onde mandou gravar no portão da casa "*este portal mandou fazer Agostº Ferrª Pinto no A de 1718*"), baptizado a 10.5.1676, ib, sendo padrinho o Capitão Pedro Ferreira Pinto, das Quintãs, e que aí fal. a 10.1.1762, com vários legados pios que havia de satisfazer seu filho o sargento-mor. Este Agostinho casou a 12.8.1705 em Carvalhosa com Tereza Carneiro de Leão, sendo nomeadamente pais de Paulo Pinto Carneiro de Leão, nascido a 8.7.1718, ib, que foi sargento-mor do antigo concelho de Gestaçô e que mandou colocar no portão da sua casa em Paços de Ferreira uma pedra de armas de Pinto e Carneiro. C.g. Vide "*Família Carneiro Leão, com origem em Carvalhosa - Paços de Ferreira*", 2011, de Carlos Eduardo Barata, Carlos Lapa e Carlos Leal Machado.

[6] Tanto mais que nos finais do séc. XVI já abundam nas freguesias da região indivíduos usando o nome Ferreira.

[7] Casada com Pedro Afonso, de Quintela, sendo pais do Capitão Paulo Ferreira de que fala Alão ("*Pedatura Lusitana*", Ferreiras, pág. 203). Alão começa este título com Pedro Ferreira, que "*viveu na sua quinta de Paços de Ferreira, donde parece tomou o apelido*", e sua mulher Catarina

casamento de Gonçalo Fernandes, da Torre, não sendo provável que este tivesse duas filhas Catarinas.

Sobre a ascendência deste Gonçalo Fernandes, da Torre, também só se pode especular. Mas, desde logo, posso dizer que, não se documentando com o nome Ferreira, devia sê-lo pela mãe. Assim, se aceitarmos que este Gonçalo Fernandes, da Torre, era irmão da antedita Catarina Ferreira, podemos deduzir que seria filho de um Fernão ou Fernandes e de uma Ferreira, possivelmente Catarina, tendo esta nascido nos finais do séc. XV.

Como deixei dito no já referido "*Ensaio sobre a origem dos Ferreira*", a "*quintã velha de Ferreira*", em S. João de Eiriz, já era honra velha em meados do séc. XIII. Neste século os Ferreira documentam-se como senhores desta honra e quintã, em S. João de Eiriz, bem como da quintã de Cavaleiros, na freguesia de Outeiro Maior (hoje no concelho de Vila do Conde), sendo que foi nesta segunda que desde o séc. XIV se fixou a chefia da linhagem. Mas nada impede que em S. João de Eiriz tenha ficado descendência que deu origem àquela (Catarina) Ferreira nascida nos finais do séc. XV.

Acresce dizer que existiu pelo menos mais uma família Ferreira nesta região e cronologia, sendo dela o mais antigo que se conhece o Capitão Santos Ferreira[8], que faleceu a 18.5.1616 em Cête (freguesia bem próxima de S. João de Eiriz) e casou cerca de 1577 com Joana da Fonseca, da freguesia de Parada de Todeia, onde ambos tinham em 1594 o prazo do Casal do Ribeiro[9], filha de António de Leão da Fonseca e sua mulher Cecília Fernandes, aí senhores da quintã da Lagea, prazo do mosteiro de Paço de Sousa que ele trazia em 1594 em 1ª vida[10] e onde faleceu a 23.3.1607, e ela a 9.12.1623. Tinha ainda António de Leão do mesmo mosteiro na mesma data o prazo do Casal de Ribas, ib, renovado 1ª vida, pelo foro de 150 reais, que já fora de seu pai Gaspar Barbosa e estava subemprazado. Nascido entre 1540 e 1550, aquele Capitão Santos Ferreira podia, em teoria, ser filho do 1º casamento do antedito Gonçalo Fernandes, da Torre de S. João de Eiriz.

Ferreira, pais do Capitão Paulo Ferreira. Acrescentando em nota. "*Dizem que não casou e que este Pêro Ferreira fora moleiro e que se chamava Pêro Afonso e que lhe chamaram Ferreira, pelo lugar em que vivia*". A verdade é que o Capitão Paulo Ferreira foi b. a 6.7.1578 em S. João de Eiriz, sendo filho de Pedro Afonso, de Quintela, e sua mulher Catarina Gonçalves, casados a 3.6.1575, ib. O Capitão Paulo Ferreira casou com Maria de Matos Sequeira, com filhos baptizados em S. João de Eiriz entre 1607 e 1630. Temos, portanto, que Pedro Afonso nunca aparece nos paroquiais como Pedro Ferreira, pelo que não usou este nome. E sua mulher, a quem Alão chama Catarina Ferreira, aparece nos paroquiais como Catarina Gonçalves. O assento de casamento deles não dá a respectiva filiação, mas fica implícito que Catarina Gonçalves era natural da quinta da Torre, em S. João de Eiriz. Parece-me assim evidente que esta Catarina Gonçalves, a quem Alão chama Ferreira, era meia-irmã mais velha de Maria Ferreira, b. a 10.2.1577, ib, e casada a 19.10.1591, ib, com Pedro Ferreira, natural de Penamaior, capitão (como consta no seu óbito), fal. a 1.7.1628, na Torre, que era filho de Gomes Pires, de Penamaior. Aparentemente, teria sido este Capitão Pedro Ferreira, proposto concunhado de Pedro Afonso, que adoptou o nome Ferreira, embora já tenha casado com ele. Ora, a antedita Maria Ferreira era filha de Gonçalo Fernandes, da Torre, fal. a 10.10.1580, ib, e de sua 3ª mulher (como se documenta) Ana Dias. Entendo assim que a Catarina Gonçalves, nascida entre 1555 e 1560, era filha (como o patronímico indica) do mesmo Gonçalo Fernandes, da Torre, e de sua desconhecida 1ª mulher.

[8] Vide o meu estudo "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*".

[9] Tombo de Paço de Sousa (1594).

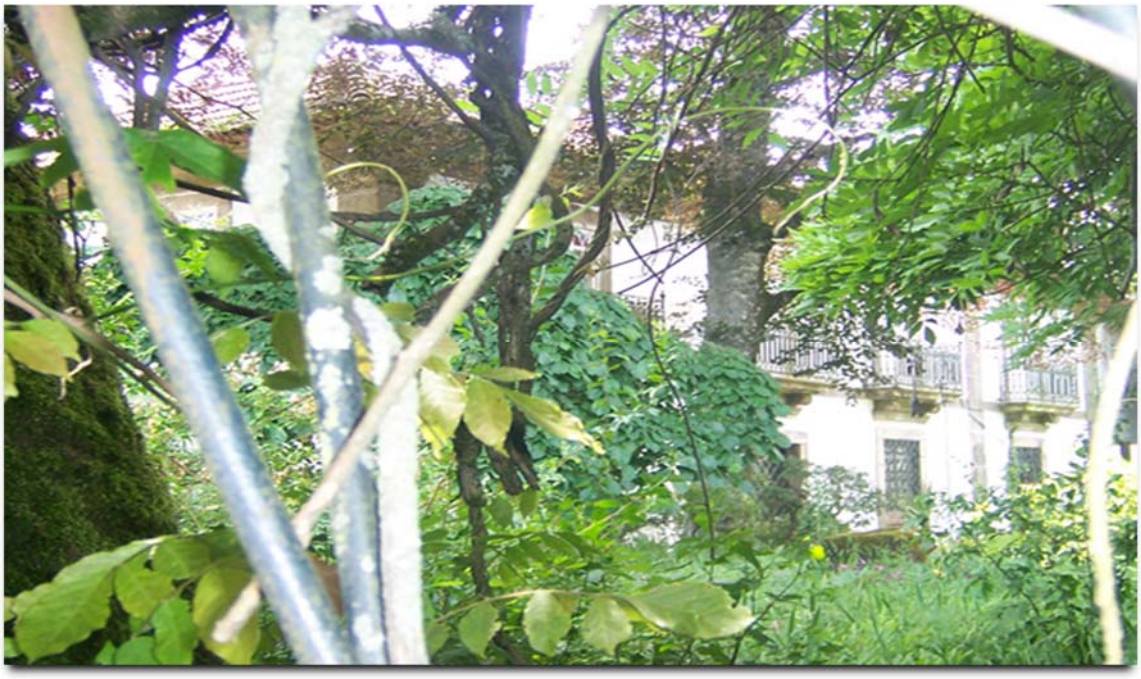
[10] Tombo de Paço de Sousa (1594). António de Leão e sua mulher Cecília Fernandes traziam então o prazo do casal e quintã da Lagea, em Parada de Todea, em 1ª vida, pelo foro anual de 12,5 alqueires de pão terçado, milho e centeio, 1 alqueire de trigo, 4 almudes de vinho, 1 fragão, 2 perdizes, 3 galinhas, 2 varas de bragal, 3 homens de jeira, 1 carneiro de 100 reais e 120 reais em dinheiro. O prazo era constituído por um assento de casas sobradas e terreiras, com palheiros, cortes de gado, adega, lagar, eira e hortas, com muitos campos devidamente identificados. António de Leão teve portanto renovação em 1ª vida do prazo que sua mãe Beatriz de Leão teve em 3ª vida, e em que sua mãe Beatriz da Fonseca foi 2ª vida. Esta Beatriz da Fonseca dotou seu filho Francisco da Fonseca (de Leão) com o prazo do Casal da Lagea de Baixo, certamente destacado do seu prazo inicial. Beatriz da Fonseca já sucedeu no prazo a sua mãe Catarina Pires, casada com seu pai Álvaro da Fonseca, escudeiro do arcebispo de Braga e escrivão dos feitos do mar e dos reguengos do Porto (1481). O foral de Aguiar de Sousa de 25.11.1513, no título de Parada de Todeia, refere "*a mulher que foi d Alvaro d Afonsequa pollo casal da Lagea*". Catarina Pires já recebeu o prazo em 1ª vida por renovação. Com efeito, seu pai Pedro Dias (casado com sua mãe Isabel Fernandes) teve-o em 3ª vida, em sucessão aos respectivos pais, que o tiveram em 1ª e 2ª vida. O prazo foi feito em 1424 a Lourenço Pires, pai do antedito Pedro Dias.

Casa das Quintãs ou quinta da Torre, em Paços de Ferreira

Como ficou dito, não é possível saber ao certo se a quinta da Torre, no lugar das Quintãs, à saída de Paços de Ferreira em direcção à vizinha freguesia de Modelos, sempre se chamou assim ou apenas teve este nome em meados do séc. XVIII, quando pela primeira vez aparece como tal nos paroquiais. Fora dos paroquiais, a mais antiga referência à casa das Quintas como quinta da Torre que encontrei é de 1775. A capela da casa é do séc. XVIII, pelo que deve ter sido instituída pelo Capitão Bernardo Pinto Brandão ou seu pai o Capitão Baltazar Ferreira Pinto Brandão.

A casa tem dois corpos centrais, de épocas diferentes, com acrescentos de várias cronologias. Mas o corpo principal, perpendicular à actual estrada, é claramente de traça rica do séc. XVII, do final da nossa arquitectura renascentista, ainda sem sinais do barroco. Trata-se provavelmente da única casa deste período que resta em Paços de Ferreira. Se vivêssemos tempos de vacas gordas, aconselharia a autarquia a tentar comprá-la, restaurando-a para qualquer fim público à traça original, mas tendo sempre muito cuidado com as fantasias surrealistas de certos arquitectos e os arranjos possidónios com que têm enxameado o país… A casa original é pelo menos de meados do séc. XVI, havendo dela vestígios no corpo paralelo à estrada, que faz um L com o outro. E a essa casa do séc. XVI também pode estar associada a que se encontra em frente, do outro lado da estrada, hoje abandonada e parcialmente em ruínas. Salvo um minarete da quinta do Torre, que me parece do séc. XVII, os muros que hoje dividem as ditas casas, separando-as da estrada, são muito recentes (finais do séc. XIX ou inícios do XX). Antes, tudo aquilo era um conjunto e a actual estrada seria apenas um caminho para esse conjunto, dito das Quintãs.

Conjunto interior da casa das Quintãs ou quinta da Torre, com o segundo corpo que faz um L com o primeiro, tendo a capela à ilharga



Fachada principal, virada para Paços de Ferreira, com quatro varandins, muito difícil de fotografar dado o arvoredo que a encobre.

Acresce que, no interior da parte murada da quinta da Torre, existe um vasto conjunto de casas anexas, que podem datar, pelo menos em parte, do séc. XVI.

A casa não tem hoje vestígios de nenhuma Torre. Contudo, justamente nas Quintãs, junto à estrada aberta em meados do séc. XX que vai para a vizinha freguesia de Modelos e passa em frente da quinta da Torre, descobriram-se nessas obras os alicerces de uma ampla construção retangular, medieval, e abundantes restos de telhas do mesmo período. É assim muito possível que a original casa das Quintãs estivesse associada e integrasse essa torre, começando a dar nome à quinta, no séc. XVII, justamente quando o corpo principal da actual casa foi construído. A torre/casa medieval teria assim ficado junto, porventura com aproveitamento para anexos, acabando por ruir, permanecendo contudo pelo menos alguns restos dela no séc. XVIII, quando a quinta se teria informalmente começado a chamar da Torre.

Documento a família original a viver na quinta da Torre pelo menos até 1810, sendo curioso verificar que no séc. XIX, nos paroquiais, alguns membros da família ainda continuam a ser referidos apenas como das Quintãs, embora esses assentos também digam que foram sepultados na sua capela. Depois a família desapareceu da freguesia. Nos finais do séc. XIX a

Conjunto de casas anexas à casa principal, dentro da parte murada.

quinta da Torre foi vendida a Manuel Umbelino Ferreira da Silva (1853-1918), senhor da casa do Rego, também em Stª Eulália de Paços, que viveu no Brasil, filho de Lino Ferreira da Silva, senhor da dita casa do Rego, e de sua mulher D. Antónia Umbelina Clara da Silveira, brasileira, herdeira do morgadio de Tapacurá (Pernambuco). De Manuel Umbelino Ferreira da Silva e de sua mulher D. Joaquina Emília da Conceição Cardoso, da Casa de Manhufe (Amarante), foi filha D. Maria Haydée Cardoso da Silva, n. em Pernambuco, co-herdeira[11] da quinta da Torre, em cuja capela casou a 31.7.1912 com D. José Maria de Queiroz e Lencastre, licenciado em Direito pela UC (1909), deputado à Assembleia Nacional (1935-8), presidente das câmaras de Stª Marta de Penaguião (1918) e de Paços de Ferreira (1927-1934 e 1938), etc., senhor da casa do Pinheiro, em Stª Marta de Penaguião, onde nasceu, tendo fal. a 7.7.1977 na quinta da Torre, mantendo-se hoje esta quinta na sua descendência.

Casa em frente à parte murada da quinta da Torre, do outro lado da estrada.

[11] A outra co-herdeira foi sua irmã D. Sílvia Cardoso Ferreira da Silva (1882-1950), que fundou na quinta da Torre uma creche, que aí funcionou alguns anos. Esta D. Sílvia foi grande benemérita local e tem uma estátua pública em Paços de Ferreira.

Reconstituição genealógica

1 Baltazar Fernandes, senhor da casa das Quintãs (depois chamada quinta da Torre), na freguesia de Stª Eulália de Paços de Ferreira, onde n. entre 1547 e 1550 e fal. a 29.3.1617.[12] Foi padrinho em 1570 como Baltazar Fernandes das Quintãs. Como ficou dito na introdução, julgo que era filho de Gonçalo Fernandes da Quintãs e sua proposta mulher Catarina Ferreira. Casou cerca de 1585[13] com *Catarina António*[14], fal. a 8.4.1617, ib, deixando por sua alma três estados de 10 padres cada um e a obrada costumada.[15]

1.1. Maria Fernandes, b. a 18.5.1586[16], ib, sendo madrinha "*Leonor sua irmã*" (do pai), crismada a 28.4.1599, ib, e fal. a 28.2.1615, ib, um mês depois de lhe nascer a última filha. Casou a 25.1.1605, ib, com *Afonso Gomes*, de Pedrosas, ib, onde viveram, o qual foi crismado a 17.7.1603, ib. Era filho de Domingos Pires e de Inez Gomes, de Pedrosas, já defuntos em 1605.

1.1.1. Maria, n. a 11 e b. a 17.3.1607 em Stª Eulália de Paços.

1.1.2. Domingos, n. a 11 e b. a 15.3.1609, ib, sendo padrinhos João Ferreira, de Quintela, freguesia do mosteiro de Ferreira, e Isabel Gomes, mulher de Domingos Rodrigues, da freguesia de Arreigada.

1.1.3. Águeda, n. a 5 e b. a 10.2.1611, ib.

1.1.4. Domingos, b. a 26.12.1612, ib.

1.1.5. Catarina, b. a 19.1.1615, ib, sendo madrinha sua tia Catarina Ferreira.

1.2. Baltazar Ferreira, capitão, que segue no nº 2.

1.3. Domingas Ferreira[17], n. cerca de 1590[18], crismada a 28.4.1599, ib. Casou a 18.5.1617, ib[19], com *Gonçalo Ferreira*[20], n. e morador em Quintela, freguesia do mosteiro de Ferreira, filho de Gonçalo Pedro e sua mulher Ana Pires, aí moradores.

1.3.1. Gonçalo Ferreira, b. a 1.11.1621 na freguesia de Ferreira. Casou a 7.8.1655 em Stª Eulália de Paços com *Maria Francisco*, n. ib, filha de Gonçalo Pires e sua mulher Catarina Francisco. C.g.

1.3.2. Maria, b. a 12.1.1624, ib.

1.3.3. Domingos, b. a 28.2.1628, ib.

1.4. Catarina Ferreira, b. a 25.4.1591, ib, sendo pp Paulo Fernandes de Stª Eulália e Filipa Fernandes das Quintãs.[21] Crismada a 28.4.1599, ib. Fal. a 25.3.1617, ib.

---

[12] Todos os assentos aqui referidos constam dos livros paroquiais da freguesia referida, no lugar e ordem certa, pelo que me abstenho aqui de enxamear o texto de notas escusadas para dar o respectivo livro e página (aliás, muitas vezes, sobretudo nos mais antigos, a numeração ou não existe ou é caótica). Farei apenas essa referência nos casos em que os assentos se encontram fora da ordem cronológica ou tiverem outra origem, nomeadamente de traslados em inquirições. Agradeço ao Coronel Carlos Leal Machado o apoio que me deu, nomeadamente com a cedência dos microfilmes dos Misto 1 e 2 de Stª Eulália da Paços, o que muito me facilitou a pesquisa.

[13] Os assentos de casamento de Stº Eulália de Paços começam em 1586.

[14] Certamente filha de um António. Nesta cronologia, e até posterior, é vulgar o prenome António fazer patronímico em António e não Antunes. Bem assim como o prenome João muitas vezes já não faz patronímico em Anes mas sim em João (Joam). Contudo, como então se fazia em geral concordância de género com os nomes de família sem partícula (por exemplo, Francisca Brandoa), no caso do patronímico António e outros também se fazia essa concordância (por exemplo, Catarina Antónia). Curiosamente, com o patronímico João já não.

[15] Tem dois assentos de óbito.

[16] O assento não tem o ano mas está depois de um de 26.12.1585.

[17] Casou como Domingas Fernandes, mas um averbamento junto diz que se chamava Domingas Ferreira.

[18] O Padre esqueceu-se de assentar este baptismo. Aliás, em 1599 o novo cura, Braz Sanches, assentou outros em data muito posterior ao baptismo, dizendo que "*ficarão por assentar neste libro dos meus antecessores os seguintes que assentei por lembrança*".

[19] Assento fora de ordem. Misto1, começa na fl. 83v e continua na fl. 86, com vários assentos pelo meio…

[20] Irmão de um Gaspar Ferreira casado a 3.11.1613 em Paços com Senhorinha Francisco, pais de Gaspar Ferreira, b. a 10.2.1620, ib, e de Maria, b. a 2.3.1624, ib. E certamente irmão do João Ferreira, de Quintela, freguesia do mosteiro de Ferreira, padrinho em 1609 em Paços.

[21] Esta Filipa Fernandes (casada a 3.5.1591, ib, com João Fernandes, n. na freguesia de Penamaior) era filha de Diogo Fernandes e sua mulher Filipa Gonçalves das Quintãs, sendo esta certamente irmã de Baltazar Fernandes, portanto também filha de Gonçalo Fernandes das Quintãs,

1.5. Senhorinha Fernandes, b. a 23.4.1596, ib, pelo Padre Domingos de Magalhães, cura de Besteiros, sendo pp António Gonçalves, de Coquêda, e Margarida, filha de Catarina Fernandes das Quintãs.[22] Crismada a 17.7.1603, ib. Fal. a 6.4.1675, ib, portanto com quase 80 anos, sendo moradora em Pêgas e deixando herdeiros Gonçalo António (seu genro) e sua filha Catarina Manuel. Casou a 20.1.1628, ib[23], com *Manuel Pedro*[24], crismado a 17.7.1603, ib, que viveu na Ribeira e depois em Pêgas, já fal. em Abril de 1654.[25] Era irmão de sua concunhada Maria Pinto, referida adiante, ambos filhos de Pedro Afonso, morador em Pêgas, ib, e de sua mulher Maria Pinto.

1.5.1. Maria Pedro[26], n. a 6.6.1628, ib, vivendo então os pais na Ribeira. Viveu casada em Pêgas. Fal. a 5.12.1693, ib, diz o óbito que com 80 anos mais ou menos (na verdade 65). Casou a 21.5.1654, ib, com *Gonçalo Francisco*, de Pedrosas, filho de Gonçalo Francisco e sua mulher Maria Gaspar, ai moradores. Este Gonçalo Francisco, o pai, fal. a 27.3.1673, sendo morador em Pedrosas e deixando herdeiro seu filho homónimo.

1.5.1.1. Maria, n. a 19.3.1655 em Stª Eulália de Paços, sendo madrinha de b. sua tia Catarina. Fal. solteira a 19.1.1684, ib.

1.5.1.2. Manuel, n. a 14 e b. a 19.11.1656, ib.

1.5.1.3. Domingos, n. a 14 e b. a 22.9.1658, ib.

1.5.1.4. António, n. a 6 e b. a 7.10.1661, ib.

1.5.1.5. António, b. a 7.5.1666, ib.

1.5.2. Domingos Pinto, estudante em 1669, padre, abade de Marecos em 1674.

1.5.3. Catarina Manuel[27], madrinha de sua sobrinha Maria e herdeira da mãe. N. a 19 e b. a 29.1.1634, ib. Fal. a 5.9.1700, ib, dizendo o óbito que vivia em Pêgas, teria de idade 60 anos (na verdade 66) e deixou herdeiro seu filho João, solteiro. Casou cerca de 1662[28] com o *Gonçalo António*, herdeiro de sua sogra Senhorinha Fernandes, como ficou dito.

1.5.3.1. Manuel, n. a 7 e b. a 11.3.1663 em Stº Eulália de Paços, sendo pp Belchior António, da freguesia de Arreigada (seu possível tio paterno) e Maria Pedro (tia materna).

1.5.3.2. João, herdeiro de sua mãe, como ficou dito, n. a 23.6.1666, ib, sendo padrinho Manuel Pinto (o futuro abade Manuel Pinto Brandão), filho do Capitão Pedro Ferreira Pinto.

1.5.3.3. Domingos, n. a 20 e b. a 24.3.1669, ib, sendo pp seu tio Domingos Pinto, estudante, filho de Senhorinha Fernandes, e Águeda, filha de André Ferreira, de Picafrio.

1.5.3.4. Agostinho, n. a 23 e b. a 30.8.1671, ib, sendo pp os tios Manuel e Ana, filhos de Catarina Esteves, viúva, moradores na freguesia de Arreigada.

1.6. Domingos, n. a 10 e b. a 10.2.1598, ib. Crismado a 17.7.1603, ib. Julgo que terá fal. pouco depois.[29]

---

como proponho.

[22] Esta Catarina, casada com Manuel Afonso, devia ser irmã de Baltazar Fernandes.

[23] No assento do seu casamento, a mãe vem referida como Catarina Fernandes, o que é erro.

[24] Usou o patronímico do prenome do pai.

[25] Terá falecido entre Janeiro e Maio, faltando os óbitos entre Janeiro e Setembro de 1654.

[26] Usou o mesmo patronímico do pai.

[27] Usou o patronímico do prenome do pai.

[28] Faltam os assentos de casamento entre 1659 e 1663.

[29] Faltam os óbitos entre 1601 e 1606.

2 Baltazar Ferreira, capitão de Paços de Ferreira na Ordenança de Aguiar de Sousa, senhor da casa das Quintãs, onde "*viveu de suas fazendas e rendas, sem trato algum*", sendo nobre e cristão-velho.[30] Foi b. a 9.10.1588, ib, crismado a 28.4.1599, ib, e fal. a 21.2.1665, ib. Referido no óbito como Capitão, onde se diz que ficou herdeiro seu filho o Capitão Pedro Ferreira Pinto, com a obrigação de lhe satisfazer os legados de alma, que foram três estados de 30 padres. Casou em 1616[31], ib, com *Maria Pinto*, b. a 6.11.1588, ib, crismada a 28.4.1599, ib, e fal. a 3.4.1655, ib, deixando seu marido como herdeiro, com a obrigação de lhe fazer os legados de alma. Como adiante mais direi, a 28.9.1633, nas moradas de Baltazar Ferreira, que são no lugar das Quintãs da Honra de Paços de Ferreira, terra e jurisdição do marquês de Castelo Rodrigo[32], sita no concelho de Aguiar do Sousa do termo da cidade do Porto, perante Miguel Pinto, tabelião e escrivão da Câmara da honra de Soverosa (Sobrosa), Maria Pinto, mulher do dito Baltazar Ferreira, disse que tinha contratado de casar Pedro Ferreira, filho legítimo dela e do dito seu marido, com Francisca Brandão, filha natural do Padre Agostinho Brandão, que faleceu nas partes do Brasil, e porquanto o dote da dita Francisca Brandão dependia do Reverendo Cabido da Colegiada da Vila de Guimarães, na forma da composição que com ele tinha tratado o dito Miguel Pinto, se necessário é para o cumprimento da dita escritura que se há-de fazer, além dos poderes que o dito Miguel Pinto tem para o dito efeito, fazia e constituía por seu bastante procurador a seu marido, para que em seu nome na dita escritura que se há-de fazer obrigue ao cumprimento dela todos os bens móveis e de raiz e propriedades que ambos têm e possuem e de que estão em posse nas vidas de seus títulos.[33] Maria Pinto era filha de Pedro Afonso, morador em Pêgas, ib, e de sua mulher Maria Pinto, fal. a 7.7.1623, ib, sendo sepultada na matriz, com manda em que deixou obrigação de 30 missas e suas obradas. Esta Maria Pinto, n. entre 1555 e 1560, parece irmã mais nova de Gonçalo Pinto, tabelião e escrivão da Câmara de Sobrosa[34] e senhor da quinta do real, ib, onde fal. a 12.9.1592, e de Helena Pinto, também moradora em Real, casada com Gaspar Fernandes.[35] Daquele Gonçalo Pinto e sua mulher Isabel Rodrigues, fal. a 16.3.1623, ib[36], foi filha Maria de Leão[37], que em 1589 foi madrinha em Paços de uma filha daquela Maria Pinto e Pedro Afonso. Foi também filho outro Gonçalo Pinto[38], que em 1639 foi padrinho em Paços de uma filha do Capitão Pedro Ferreira Pinto, bem assim como o já referido Miguel Pinto, que sucedeu ao pai como tabelião e escrivão da Câmara de Sobrosa e senhor da quinta do Real, onde viveu casado com Jerónima de Miranda, irmã do capitão-mor de Guimarães Manuel Machado de Miranda, com filhos nascidos entre 1610 e 1630.

2.1. Domingas, b. a 18.5.1617, ib, sendo pp Pedro e Marta, filhos de Pedro Afonso. Foi crismada a 18.10.1621, ib. Parece ter fal. solteira.

2.2. Maria Ferreira, n. cerca de 1618, faltando o assento de baptismo. Foi crismada a 18.10.1621, ib. Foi madrinha com seu irmão Pedro em 1637. Casou a 25.9.1644, ib, com *Domingos António*, filho de António Fernandes, da freguesia de Meixomil, onde devem ter vivido. Mas não encontrei o baptismo de filhos deste casal nem em Meixomil nem em Stª Eulália de Paços, pelo que não terão tido geração.

2.3. Pedro Ferreira Pinto, capitão, que segue no nº 3.

---

[30] Referido como Capitão nos paroquiais e nas habilitações dos netos, onde se diz que "*viveu de suas fazendas e rendas, sem trato algum*", foi certamente capitão de Paços de Ferreira na Ordenança de Aguiar de Sousa, como se documenta que foram seu filho, neto e bisneto. Na habilitação para o Santo Ofício de seu neto o Capitão Paulo Ferreira Pinto o próprio se refere à sua família como "*principal e nobre*" e diz que ele, os irmãos e mais parentes são todos "*pessoas nobres e de authoridade*". E no mesmo processo o comissário Estêvão de Britto Foyos refere ser o Capitão Paulo Ferreira Pinto "*Nobre por si e por seu Avós*" e o comissário Bento de Beja de Noronha sublinha que se trata de uma família reconhecidamente "*nobre e XVª*".

[31] O assento de casamento refere apenas o ano, deixando em branco o dia e o mês.

[32] O célebre D. Cristóvão de Moura, 1º conde (1594) e depois 1º marquês (29.1.1600) de Castelo Rodrigo, vice-rei de Portugal (8.1.1608) nos reinados de D. Filipe I e D. Filipe II e testamenteiro do D. Filipe I.

[33] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 24.

[34] Já a 14.7.1593 Gonçalo Pinto, tabelião, de Real, foi padrinho em Sobrosa.

[35] Este Gaspar Fernandes parece irmão de Isabel Fernandes casada com Gonçalo Pinto, pelo que dois irmãos casaram com dois irmãos. Gaspar Fernandes e sua mulher Helena Pinto foram pais de André Pinto, que era mancebo solteiro quando a 4.9.1589, ib, foi b. Manuel, seu filho natural; e de Baltazar Pinto casado a 2.8.1601, ib, com Maria Coelho, filha de João Coelho, abade de Stª Marinha de Lodares.

[36] No óbito é identificada como mãe de Miguel Pinto.

[37] No referido apadrinhamento consta como Maria, filha de Gonçalo Pinto, de Sobrosa. Como Maria de Leão, filha de Gonçalo Pinto, tabelião, de Real, e sua mulher Isabel Rodrigues, casou a 9.3.1605, ib, com Feliciano Cardoso, da freguesia de S. Paio de Oliveira.

[38] Nesse assento, em Paços, é referido como Gonçalo Pinto, de Sobrosa. Mas é certamente o Gonçalo Pinto que aparece em Sobrosa a assentar óbitos em 1621, apesar de no dito assento de Paços não ser referido como padre (seria apenas clérigo *in minoribus*).

3 Pedro Ferreira Pinto, capitão de Paços de Ferreira na Ordenança de Aguiar de Sousa, herdeiro de seu pai, nomeadamente como senhor da casa das Quintãs, onde viveu de suas fazendas, sendo nobre e cristão-velho.[39] B. a 28.12.1619[40], ib, crismado em 1627, e fal. a 26.5.1694, ib, sendo referido no óbito como Capitão Pedro Ferreira Pinto, que fez testamento e foi sepultado na matriz, junto ao arco da capela-mor. Foi seu testamenteiro o filho Baltazar Ferreira Pinto, que lhe fez três ofícios de 10 padres cada um. Casou a 9.1.1634, ib, pelo Padre João Rangel, tinha ele apenas 14 anos, com *Francisca Brandão*[41], de 21 anos, n. a 10 e b. a 17.9.1612 em Stª Eulália de Sobrosa[42] e fal. a 22.12.1655 em Stª Eulália de Paços, com testamento, ficando herdeiro o marido, com obrigação de fazer os seus legados. Francisca Brandão levou em dote, para além do dinheiro que o pai lhe enviou do Brasil[43], pelo menos 600.000 reais que obteve do Cabido da Colegiada de Guimarães para desistir da contenda sobre o testamento de seu pai. Este foi um episódio complexo e rocambolesco, de que ficou muita documentação. Francisca Brandão era filha natural de Agostinho Brandão[44], que depois foi padre e subchantre da Colegiada de Guimarães[45], n. cerca de 1575 e fal. rico no Brasil em 1632, e de Catarina Rangel[46], n. cerca de

[39] Referido como capitão nos paroquiais desde 1660. Na habilitação da bisneta D. Ana Maria Brandão é referido como capitão de Ordenança, vivendo de suas fazendas, sem mais ofício algum. Mas na habilitação do filho Dr. Manuel Pinto Brandão acrescenta-se que comprara vários teares de pano de linho, pelo que também tinha rendas desse trato. Na habilitação para o Santo Ofício de seu filho o Capitão Paulo Ferreira Pinto o próprio se refere à sua família como "*principal e nobre*" e diz que ele, os irmãos e mais parentes são todos "*pessoas nobres e de authoridade*". E no mesmo processo o comissário Estêvão de Britto Foyos refere ser o Capitão Paulo Ferreira Pinto "*Nobre por si e por seu Avós*" e o comissário Bento de Beja de Noronha sublinha que se trata de uma família reconhecidamente "*nobre e XVª*".

[40] Existem dois assentos de baptismo de Pedro, filho de Baltazar Ferreira e sua mulher Maria Pinto, das Quintãs: um a 28.12.1619 (Misto 1, f. 37, entre assentos de 1622) e outro a 24.12.1620, sendo em ambos padrinhos Paulo Fernandes e Maria, filha de Jerónimo Gonçalves. O 1º assento é assinado por Bernardo Martins, que o baptizou. O 2º assento é assinado por André do Vale, vigário de Paços de Sousa, que diz que o baptismo foi feito pelo Licenciado Bernardo Martins de Barros, abade do mosteiro de Vandoma. Parece evidente que, sendo tudo igual, o segundo assento refere-se ao primeiro, engando-se o vigário na data. Tanto mais que, nascido em 1619, Pedro Ferreira casou com 14 anos. Se tivesse nascido em 1520 teria casado com 13.

[41] Com este casamento, o nome Brandão passou a ser o mais recorrente na descendência do Capitão Pedro Ferreira Pinto. O casamento terá sido arranjado pelo tutor de Francisca Brandão, o tabelião de Sobrosa Miguel Pinto, que julgo primo-direito de Maria Pinto, mãe do noivo.

[42] Então uma freguesia do concelho de Aguiar de Sousa e hoje do concelho de Paredes.

[43] Como referem as testemunhas nas habilitações dos netos.

[44] No seu testamento consta como Agostinho Brandão dos Santos, sendo este certamente nome religioso. No mais consta apenas como Agostinho Brandão. Ainda não era padre quando teve a filha Francisca Brandão, pois não é referido como tal no assento de baptismo da filha e ela própria o diz.

[45] Nas habilitações de seus netos consta que se fizeram diligências para encontrar em Guimarães as inquirições de genere do Padre Agostinho Brandão, mas do Cabido de Guimarães veio a informação de que não constavam, pois apenas existiam as IG de 1596 em diante, e estas eram anteriores. Mas que o documentavam como subchantre de Nª Sª da Oliveira a 28.5.1614, cargo com que se documenta em várias outras circunstâncias.

[46] Aparece como Catarina, filha de Catarina Gonçalves da Cruz, em 1605, 1607 e 1609; como Catarina da Cruz em 1612 e como Catarina Rangel a partir de 1618, embora em 1631 o Padre Agostinho Brandão a chame Catarina da Cruz, de Sobrosa, quando lhe deixou 10.000 reais no testamento (e 50.000 para sua filha Isabel). Era irmã de uma Maria Rangel, fal. a 20.4.1638 em Sobrosa, deixando herdeira a irmã Catarina Rangel, e do Padre João Rangel, reitor de Penamaior, como ficou referido. A mãe, Catarina Gonçalves da Cruz, fal. a 1.5.1627, ib, sem testamento, tendo de corpo presente um ofício de 20 padres e ao mês outro de 14 padres. Infelizmente o padre que assentou o óbito, ao contrário de outros, é muito lacónico nos assentos que fez, nomeadamente neste, não referindo se era solteira ou viúva, em que lugar viveu ou qualquer relação familiar. Contudo não aparece nesta freguesia nenhum outro Rangel para além das duas irmãs referidas e do irmão padre. Por outro lado, tendo em conta as três vezes que Catarina aparece referida como filha de Catarina Gonçalves da Cruz, sendo uma delas quando foi madrinha a 30.6.1609, ib, podemos deduzir que das duas uma: ou Catarina Gonçalves da Cruz era viúva há muito tempo e pessoa mais memorável do que o falecido marido, ou era solteira, sendo portanto Catarina sua filha natural. Inclino-me mais para esta alternativa, basicamente por duas razões: não aparecem mais Rangel na freguesia e a filha só em 1618 aparece como Rangel, usando antes o nome da mãe (da Cruz, que aliás seria um toponímico, pois numa IG Francisca Brandão é dada como natural do lugar da Cruz, embora este lugar não apareça noutras circunstâncias, pelo que na verdade seria o nome de um casal ou quinta). Quando teve o seu 1º filho (1604), Catarina Rangel era ainda muito nova, como se subtende pelo facto de em 1609 ainda ser referida, quando foi madrinha, como *Catarina, filha de Catarina Gonçalves da Cruz*. É assim possível que tenha nascido poucos anos antes de 1588, data em que começam os assentos de baptismo da freguesia. Seria, portanto, tal como os irmãos, filha natural de um Rangel, certamente padre. O Padre João Rangel não pode ter nascido depois de 1580, pois já era cura em 1602. Pelo que esse pai Rangel dificilmente podia ter nascido depois de 1555. Infelizmente, não há como saber ao certo, pois não encontrei a sua inquirição em Braga, apesar de ser evidente que o Padre João Rangel aí esteve a estudar ou já como clérigo, pois a 16.6.1620 o dito Padre João Rangel casou em Penamaior Maria João, "*minha sobrinha*", filha de Ana, solteira da freguesia de S. Victor da cidade de Braga, com Gonçalo Pedro, filho de Pedro Fernandes, já defunto, e sua mulher Catarina Álvares. Tudo indica, inclusive o patronímico da noiva, que *sobrinha* seja eufemismo e que na verdade ela era sua filha, nascida portanto em Braga. Tanto mais que o mesmo padre casou 21 anos mais tarde, a 8.7.1641, ib, uma Domingas João, dizendo apenas que era "*parenta minha em 1º grau e minha familiar*", outro eufemismo. Acresce, a propósito, que a partir de 1650 foi coadjutor de Penamaior o Padre Pedro Rangel, que deve também ser seu filho. Portanto, podemos concluir que o Padre João Rangel nasceu entre 1575 e 1580, falecendo portanto entre os 65 e 70 anos de idade, em 1645. Como quer que seja, Catarina Rangel e seus irmãos são certamente dos Rangel da vizinha freguesia de Stº Estêvão de Vilela (Paredes), portanto bisnetos de D. Frei Diogo Dias Rangel, último prior-mor do mosteiro de cónegos crúzios de Stº Estêvão de Vilela. Mais concretamente, podem ser netos do filho deste, Damião Dias Rangel, abade de Stº Isidoro (Marco de Canavezes) de 1540 a 1585, nascido cerca de 1519, de quem se sabe que foi filho Cosme Rangel (de Macedo), do Conselho da Fazenda e desembargador do Paço, bem assim como Jerónimo Rangel, que casou a 13.1.1597 em Sobretâmega (Marco) com Maria Teixeira, sendo referido neste assento como "*Jrmº Rangel, da freguesia de Santa Olaia, fº se dizia de Damião Dias Rangel, abade de Santo Isidoro, já defunto, e de* (espaço em branco) *moça solteira*". Em alternativa, o pai de Catarina Rangel e seus irmãos, o qual em princípio seria padre, talvez em Sobrosa, podia ser filho de qualquer dos irmãos do abade Damião Dias Rangel, nomeadamente de Alexandre Rangel de Macedo, escrivão da correição e chancelaria da cidade do Porto (CJIII, 64, 154v), ou de seu irmão Frei Diogo Rangel, também cónego crúcio no mosteiro de Stº Estêvão de Vilela, onde fal. a 29.8.1597.

1588 e fal. solteira a 22.9.1646 em Stª Eulália de Sobrosa[47], irmã[48] do Padre João Rangel, cura de Meixomil de 1602 a 1610 e reitor de Penamaior de 1612 a 1645, onde fal. a 3.7.1645.[49] Ainda solteira, mas já contractada para casar, Francisca Brandão passou a 27.9.1633, em casa de seu tutor Miguel Pinto, tabelião e escrivão da Câmara da honra de Sobrosa, uma procuração (na sequência de outra de 14 de Agosto) ao dito tutor, para ele receber do Cabido da Colegiada de Guimarães a quantia de 2.000 cruzados da herança de seu pai o Padre Agostinho Brandão.[50] O Padre Agostinho Brandão fal. no Brasil pouco depois de 1.12.1631, data do seu testamento.[51] Francisca Brandão não é herdeira ou sequer referida neste testamento, porque já tinha sido dotada pelo pai para casar.[52] De facto, como ficou dito atrás, em 28.9.1633 sua futura sogra diz que ela estava contractada para casar com seu filho. Porém, o filho tinha nesta data apenas 13 anos, vindo a casar com 14, o que faz supor que o contracto de casamento tenha sido feito em vida do Padre Agostinho Brandão, como de facto foi, tendo este então dotado devidamente a filha. Aliás, esta é a única razão plausível para o Capitão Baltazar Ferreira contratar para casar o seu filho sucessor menor com uma filha natural, sete anos mais velha do que o noivo, dotando o dito filho com todos os bens móveis e de raiz e propriedades que possuía e de que estava em posse nas vidas de seus títulos, com já ficou dito. No seu testamento, o Padre Agostinho Brandão não reconhece ter tido filhos, embora refira e beneficie dois, que só nomeia como filhos das respectivas mães. Um deles foi Agostinho Brandão, que vivia em Guimarães, referido no testamento como Agostinho, filho de Maria Carvalho, viúva moradora na vila de Guimarães, a quem deixou 200.000 reais, mais 20.000 para a mãe. A outra foi uma irmã inteira de Francisca Brandão, referida como Isabel[53], filha de Catarina da Cruz, da freguesia de Stª Eulália de Sobrosa, a quem deixou 50.000 reais para ajuda do seu casamento, e 10.000 para a mãe. O Padre Agostinho Brandão, como se documenta de forma indirecta, estudou na Universidade de Salamanca, ordenou-se padre depois de 16.5.1618, data em que estava no Brasil, sabendo-se que foi ao Brasil duas vezes, sendo esta a primeira, e a segundo depois de ter sido subchantre da Colegiada de Guimarães, morrendo em Pernambuco. No seu testamento apura-se que era muito rico. Além das verbas que refere que lhe são devidas e estão por pagar, diz que possuía em Pernambuco uma fazenda de tabaco, com 120 arrobas de tabaco feito bem acondicionado, 740 cabeças de gado, entre as quais 150 bois capados "*mui fermosos e grandes*", 4 cavalos e uma égua parida, 7 escravos Tapanhunas[54] (2 negras e 5 negros), e ainda 20 escravos em Angola. Refere sua mãe Maria Lopes, dona viúva, e seus irmãos Manuel Brandão[55] e Juliana Brandão.[56] Refere ainda duas sobrinhas (que não nomeia), às quais deixa ajuda para o seu casamento, filhas de Sebastião de Almeida[57], morador na freguesia de

[47] Diz o óbito que Catarina Rangel deixou herdeiro seu genro Pedro Ferreira, o qual não quis aceitar, pelo que o Padre João Vaz vendera a sua fazenda e com a receita mandara rezar missas por sua alma.

[48] Na habilitação de seu neto o Capitão Paulo Ferreira Brandão, uma das testemunhas, Domingos Henriques, de Sobrosa, com 90 anos em 1683, diz que ouvira dizer que Catarina Rangel tivera um irmão que foi reitor de Penamaior, o qual fora daqui (Sobrosa) em menino. Trata-se inegavelmente do Padre João Rangel, reitor de Penamaior, que veio a Stª Eulália de Paços casar Francisca Brandão, portanto sua sobrinha, vindo também baptizar o filho desta, Baltazar, portanto seu sobrinho-neto.

[49] Deixando herdeiro universal Domingos Monteiro, abade de S. João de Eiriz, e com ele testamenteiro João Carvalho do Canto, abade de S. Cristóvão de Refoios.

[50] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 13. Diz a procuração: "*Ano de 1633 aos 27 de Setembro em o lugar de Santiago dos Milagres sito na honra de Louredo do concelho de Aguiar do Sousa do termo da cidade do Porto perante mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas apareceu Francisca moça solteira filha natural do padre Agostinho Brandão defunto estante em casa de Miguel Pinto escrivão da Câmara da honra de Savorosa seu tutor e curador dado ao inventário do falecimento do dito seu pai e fazia seu procurador bastante ao dito Miguel Pinto para em seu nome se compor com o Reverendo Cabido da Colegiada da vila de Guimarães sobre a herança que pertende a dita Francisca por falecimento de seu pai ratificação a dita procuração e seus poderes que disseram ser feita por Pedro Henriques tabelião da dita honra de Soubrosa aos 14 do mês de Agosto do presennte ano para que o ditto Miguel Pinto em seu nome faça a dita composição assi e na forma que na dita primeira procuração se declara que aqui ouveram por expressa repetida e declarada a coal compossam fora com o ditto reverendo cabido em preço e conthia de dous mil cruzados paguos logo ao fazer da escritura trezentos mil reais e outros trezentos dentro de hum ano e quinhentos cruzados tanto que constar que cobram da fazenda do dito Agostinho Brandão até oito mil cruzados pera que todo lhe dam todo o seu livre e cumprido poder com livre e geral administração para que do sobredito faça assine e outorgue*".

[51] Vide Anexo 2, nº 1.

[52] Na habilitação para o Santo Ofício (1676) de seu filho Paulo várias testemunhas de Sobrosa dizem que conheceram o Padre Agostinho Brandão, que morreu no Brasil onde viveu muitos anos, e Catarina Rangel, solteira que era natural do lugar da Cruz, freguesia de Sobrosa, mãe de Francisca Brandão, a quem *o pai mandara o dote para a filha casar*. É o caso de Francisca de Souza, de 72 anos, viúva de Diogo Braz Ferreira, que declara que "*o dito Padre Agostinho Brandão mandara do Brasil donde estava quantidade de dinheiro para a dita sua filha casar*". E de Maria Vaz, mulher de André Gonçalves, de Sobrosa, que disse que tivera notícia do Padre Agostinho Brandão, que conhecera a Catarina Rangel e que ouvira dizer que o dito padre mandara quantidade de dinheiro para filha Francisca casar.

[53] Não encontrei o baptismo desta Isabel em Sobrosa.

[54] Tribo índia do Brasil.

[55] A 11.4.1633 Manuel Brandão passou ao Cabido da Colegiada de Guimarães recibo do que recebeu (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 18/23). Era casado com Antónia Mendes, que seria irmã de Manuel de Barros, pois este foi padrinho em 1604 em Sobrosa, sendo identificado como cunhado de Manuel Brandão. E ambos filhos de Domingos de Barros e sua mulher Ana Mendes, moradores na cidade do Porto em Miragaia, casal que testemunha com Manuel Brandão. Manuel Brandão terá nascido cerca de 1570 e, se teve a longevidade da mãe, deve ser o Manuel Brandão que fal. a 15.1.1663 em Sobrosa.

[56] A 22.5.1633 Juliana Brandão passou ao Cabido da Colegiada de Guimarães recibo do que recebeu (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 21/23).

[57] Sebastião de Almeida fal. a 2.1.1638 na sua casa de Insuela, em Besteiros, tendo-lhe o genro Pedro Gonçalves feito o 1º oficio de 10 padres. Sua mulher, irmã do Padre Agostinho Brandão, chamou-se Francisca Rodrigues (em 1603 foram crismadas Maria e Francisca, filhas de Gonçalo

Besteiros. Nomeou seu testamenteiro Sebastião da Rocha Pita, de Pernambuco, de quem fora capelão. O Padre Agostinho Brandão era ainda irmão (mas não os refere no testamento, sendo que pelo um deles já tinha falecido) do Padre Braz Sanches[58], cura de Stª Eulália de Paços em 1599, fal. na cidade do Porto, com óbito a 14.5.1621 em Sobrosa, onde mandou que lhe fizessem os seus estados, e de Gonçalo Brandão Sanches.[59] Todos filhos de Gonçalo Rodrigues, senhor da casa do Azydo, no couto de Cedarça[60], em Stª Eulália de Sobrosa, fal. a 30.1.1614, ib[61], e de sua mulher Maria Lopes (Brandão), fal. a 24.5.1636, ib[62], com cerca de 100 anos de idade.[63] Quando o Cabido da Colegiada de Guimarães soube que era o principal beneficiado (por via da instituição da antedita capela) no testamento do Padre Agostinho Brandão, por cópia que lhe foi enviada pelo testamenteiro[64], procurou a todo o custo garantir a herança, sobretudo quando Francisca Brandão interpôs acção ao juiz dos órfãos, invocando ser sua filha, havida ainda ele não era padre, e de mulher solteira (portanto filha natural, qualidade cujos direitos a lei protegia). Ganancioso, o Cabido procurou primeiro, de forma bastante atabalhoada, colocar em dúvida a filiação de Francisca Brandão[65], com o auxílio de seu meio-irmão Agostinho Brandão, que vivia em Guimarães, mas havido aí já o pai era padre, pelo que não beneficiava dos mesmos direitos. Não o conseguindo, fez com Francisca Brandão um acordo em tabelião, segundo o qual, para ela desistir dos seus direitos, lhe dava 600.000 reais, dos quais pagou logo 300.000, ficando de pagar os outros 300.000 no espaço de um ano, mais 500 cruzados (200.000 reais) quando recebesse a herança.[66] Contava o Cabido que a herança,

---

Fernandes de Cedarça) e fal. a 21.1.1661, ib, viúva e muito velha, tendo seu genro Francisco da Fonseca feito os bens de alma. Tiveram vários filhos, nascidos em Besteiros pelo menos entre 1587 e 1607. Nomeadamente Antónia de Almeida, fal. a 30.9.1657, ib, sendo mulher de Pedro Gonçalves, e deixando herdeira sua mãe Francisca Rodrigues; e Domingas de Almeida, n. a 8.8.1602, ib, que casou com 39 anos a 3.5.1642, ib, com Francisco da Fonseca.

[58] Este Padre Braz Sanches, que sucedeu na casa do Azydo, como consta no óbito do pai, teve vários filhos, nomeadamente Isabel, que fal. a 20.5.1620 em Sobrosa, seis dias depois do pai, dizendo o óbito que era filha legitimada do Padre Braz Sanches e sua herdeira. Foi também pai de Manuel Rodrigues, dito filho do abade Braz Sanches quando casou a 12.9.1621 em Vila Cova de Carros com Maria Coelho, filha de Gaspar Coelho e sua mulher Genebra Fernandes, já defunta. Foi ainda pai de uma Maria, que teve uma filha natural de seu tio Gonçalo Brandão Sanches.

[59] Este Gonçalo teve uma filha natural de uma sua sobrinha, filha ilegítima de seu irmão o Padre Braz Sanches. Com efeito, a 22.6.1612 nasceu em Sobrosa Maria, filha de Maria, solteira, neta de Gonçalo Rodrigues do Aido, que disse ser pai da menina Gonçalo Brandão Sanches. Aquela Maria, solteira, neta de Gonçalo Rodrigues do Aido, que aparece assim também noutros assentos em que foi madrinha, só pode ser filha do Padre Braz Sanches.

[60] Hoje Sardaça, sabe-se lá porquê.

[61] Diz o óbito que o casal do Aido ficou para seu filho Braz Sanches.

[62] Faleceu na casa do Aido, deixando herdeira sua filha Juliana Brandão. Manuel Brandão (seu filho) mandou rezar 20 missas por sua alma, e Manuel Rodrigues, seu neto, mandou rezar 10 missas.

[63] Em 1633 ela própria diz que tinha 100 anos. O óbito não diz a idade. Na inquirição *de genere* do bisneto Paulo Ferreira Brandão diz-se que faleceu com 112 anos. Mas, tendo em conta o que digo adiante, terá nascido em 1539, pelo que na verdade teria 97 anos quando morreu.

[64] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 9/15 - carta do Cabido a Sebastião da Rocha Pita.

[65] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, Documentos 16/23 e 22/23. O cabido tentou dizer, com a ajuda de Agostinho Brandão, também alegado filho do padre mas de outra mãe, que Francisca Brandão não era filha do Padre Agostinho Brandão, mas sim de seu irmão Gonçalo Brandão Sanches. O processo ficou incompleto, mas nele pode ler-se: "*Como neste meio tempo que o dito Agostinho Brandão veio de Salamanca e ella emprenhou dormia carnalmente e conversava com Gonçalo Brandão irmão do dito Agostinho Brandão e lhe dava camisas e roupa de linho e o dito Agostinho Brandão por achar que ela conversava com seu irmão e lho achar de noute em casa pelejou com sua mai e com seus parentes dizendo-lhe não favorecessem tal molher nem lhe viesse a casa pello tal caso de andar com seu irmão e assim nunqua teve a tal moça por sua filha e antes de hir para o Brasil da primeira como da segunda jurou perante muitas pessoas que na tal moça lhe falavaõ pelas ordens que tinha que não hera sua filha e que será que hera filha de seu irmão*". Acrescentam que Agostinho Brandão "*ao tempo q veio de Salamanca tinha a dita Catarina Rangel hua fª de Dºs Brandão de Melres rendrº q foi na da frgª de Sobroza o qual Dºs Brandão dizem ser parente do Agº Brandão*". Confrontando os paroquiais, verificamos que Catarina da Cruz ou Rangel teve 3 filhos de Agostinho Brandão, ainda não padre, sabendo-se pelo testamento deste que teve mais uma, Isabel, cujo assento de baptismo não está em Sobrosa e que necessariamente nasceu após ele ser padre. O primeiro filho foi Manuel, b. a 1.4.1605 como filho de Catarina, filha de Catarina Gonçalves da Cruz, que disse que o pai da criança era Agostinho, solteiro, filho de Gonçalo Rodrigues e sua mulher Maria Lopes, de Cedarsa, sendo padrinho Manuel Brandão. Este filho Manuel já tinha necessariamente falecido s.g. em 1633. O segundo foi Francisca, b. a 17.9.1612 como filha de Catarina da Cruz, que disse ser pai da criança Agostinho Brandão, filho de Gonçalo Rodrigues da Cedarça. O terceiro foi André, b. a 16.5.1618 como filho de Catarina Rangel, que deu por pai da criança Agostinho Brandão, estante no Brasil. Também este faleceu necessariamente s.g. antes de 1633. Entre o nascimento do 1º e do 2º filho, Catarina Rangel teve uma filha Maria, b. a 20.3.1609, ib, como filha de Catarina, filha de Catarina Gonçalves da Cruz, que disse que o pai da criança era Domingos Brandão, rendeiro que foi desta igreja, sendo padrinhos Miguel Pinto e Maria, irmã da mãe de criança. Se conjugarmos estes factos com a informação do processo, podemos concluir que Agostinho Brandão estava a estudar na Universidade de Salamanca em 1609, onde permaneceu até ao fim do ano lectivo, portanto Junho ou Julho de 1611, e onde terá tirado o bacharelato em Cânones ou Teologia. De regresso a casa, não terá porventura gostado de saber que sua amante tinha tido uma filha de seu parente Domingos Brandão. Mas voltou a recebê-la, tendo dela ainda dois filhos, sendo que quando o seguinte nasceu já estava no Brasil. A outra, Isabel, já nasceu depois de ele ser padre e consta no seu testamento como Isabel, filha de Catarina da Cruz, deixando à filha 50.000 reais para ajuda do seu casamento, e à mãe 10.000 reais. Aquele Domingos Brandão, de Melres, que dizem ser parente de Agostinho Brandão, pela cronologia e geografia devia ser filho de João Brandão de Faria, escrivão das sisas e redízima do concelho de Melres, onde viveu. Catarina Rangel não teve qualquer problema em declarar que seu 2º filho era deste Domingos Brandão. Assim, não se vê como pudesse ter problemas em declarar que o 3º filho era de Gonçalo Brandão Sanches se fosse este o caso. Nenhuma razão teria para o esconder e preferir dizer que o filho era do irmão Agostinho, tanto mais que este ainda não fizera a fortuna que veio a conseguir no Brasil. Acresce que, se alguma relevância tem, Gonçalo Brandão Sanches teve numa sua sobrinha (filha do Padre Braz Sanches) uma filha n. a 22.6.1612, portanto pouco antes de Francisca Brandão ter n. a 17.9.1612. Podendo esta ter sido a verdadeira razão do alegado conflito entre o Padre Agostinho Brandão e seu irmão Gonçalo, uma vez que o padre também era tio da emprenhada.

[66] Vide nota nº 50 e Anexo 2, nº 3.

descontados os outros donativos[67], lhe rendesse 8.000 cruzados (3.200.000 reais), uma grande fortuna[68], pelo que o acordo lhe era muito vantajoso, pois apenas davam à filha litigante 600.000 reais, mais 200.000 se se viesse a apurar que a herança de facto lhes rendia os 8.000 cruzados. Mas a esperteza saiu furada ao Cabido, pois a conquista de Pernambuco pelos holandeses em 1636 não só terá cortado as comunicações como feito antever o pior, que muito mais tarde se vê confirmado por uma carta que o testamenteiro enviou ao Cabido.[69] Apanhado em contrapé, o Cabido tentou não pagar a segunda tranche do acordo que fizera com Francisca Brandão. Mas esta ganhou causa em tribunal, sendo o Cabido obrigado a entregar-lhe o dinheiro.[70] De todo este processo resultou que o Padre Agostinho Brandão, uma vez que eram insuficientes os bens que restaram, ficou sem a capela que mandara o Cabido instituir em Nª Sª da Oliveira… A mãe do Padre Agostinho Brandão, a antedita Maria Lopes, referida como dona viúva no testamento de seu filho o Padre Agostinho Brandão, escreveu uma carta ao Cabido da Colegiada de Guimarães, datada de 31.3.1633 e escrita na sua casa do Azydo, no couto de Cedarça (Paredes), onde diz que tinha 100 anos.[71] Mesmo dando o devido desconto à questão da idade, na medida em que estão sobejamente documentados os erros que se cometiam nesta matéria, ora para mais ora para menos, pode-se determinar, com segurança, que Maria Lopes nasceu na década de 1530. Como se documenta nas inquirições de genere de seus descendentes, era filha do Licenciado Braz Brandão Sanches[72], nascido no Porto, abade da vizinha paróquia de Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas (Paredes), que se documenta como tal em 1565[73] e aí faleceu velho a 13.6.1594, dizendo o óbito que faleceu o Licenciado Braz Brandão Sanches, abade que foi desta igreja, a que tinha renunciado, não era rico e deixou 10.000 reais à confraria dos clérigos.[74] Licenciou-se em Cânones na Universidade de Coimbra em 1538.[75] O Capitão Paulo Ferreira Brandão, na sua inquirição *de genere* para familiar do Santo Ofícios, diz que "*naquela terra* (Duas Igrejas) *é e foi sempre notório e que o quarto avô do suplicante teve aquela filha Maria Lopes de uma mulher casada e nobre e que por evitar o dano que se lhe podia fazer publicou que a filha era de uma sua escrava, esta é a verdade*".[76] Surge esta afirmação na sequência de uma testemunha ouvida[77] na dita IG ter declarado que o abade Licenciado Braz Brandão Sanches teve a filha Maria Lopes numa sua escrava mulata, ao que o Capitão Paulo Ferreira Brandão retorquiu que essas testemunhas eram inimigas do pai (o Capitão Pedro Ferreira Pinto), *o que era bem sabido em Duas Igrejas*. Como diz este capitão e várias testemunhas confirmam, a mãe de Maria Lopes chamou-se Camila Gonçalves e era casada (estando o marido ausente) quando teve a filha. Como Maria Lopes nasceu na década de 1530, o Licenciado Braz Brandão Sanches era então ainda muito jovem, não só porque se licenciou em 1538 mas também porque dificilmente nasceu antes de 1513, tendo neste caso falecido com 81 anos em 1594, já abade reservatário.[78] Parece assim que Maria Lopes não nasceu em 1533 como a própria declara (ao dizer em 1633 que tinha 100 anos de idade), mas sim um pouco mais tarde, cerca de 1539,

---

[67] Diz o Cabido que gastou nisso 3.050 cruzados, mas não vejo como, uma vez que o Padre Agostinho Brandão só deixou legados no valor global de 470.000 reais, ou seja, pouco mais de 1.000 cruzados. Mesmo que naquela verba estivessem incluídos os 600.000 reais que pagou a Francisca Brandão, e não é isso que é dito, daria apenas 2.675 cruzados.

[68] Se é possível uma conversão correcta, pois para além da desvalorização é preciso descontar a diferença de padrões de consumo e nível de vida, corresponderia hoje a mais de 240.000.000 euros.

[69] Vide Anexo 2, nº 5.

[70] Vide Anexo 2, nº 3.

[71] Vide em Anexo 2, nº 2, a carta que Maria Lopes escreveu ao Cabido da Colegiada de Guimarães a 17.5.1633.

[72] Do abade Licenciado Braz Brandão Sanches pode ser também filho o Rui Brandão casado com Isabel Teixeira da Costa, a qual fal. viúva a 31.12.1594 em Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas, dizendo o óbito que era muito pobre e seus filhos lhe mandaram dizer 5 missas. Um desses filhos será a Lucrécia Brandão que fal. a 1.12.1642, ib, dizendo o óbito que era pobre e se sustentava de esmolas. Os outros devem ser o Diogo Brandão e a Maria Brandão que juntos foram padrinhos a 3.6.1596, ib. Sendo que ele deve ser o Diogo Brandão que já aparece como cura de Duas Igrejas no ano seguinte (1597). Ainda filha do abade parece ser a Ana Brandão que se documenta nos paroquiais de Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas como madrinha a 13.4.1588, ib, num assento assinado por seu proposto pai o abade Braz Brandão Sanches, e é referida a 25.9.1589 como testemunha, não voltando a aparecer nem aí falecendo.

[73] A 15.8.1565 Braz Sanches Brandão, abade de Duas Igrejas, baptizou na freguesia de S. João de Carros D. Isabel, filha de Cristóvão de Side e sua mulher D. Isabel. Se não foi erro, usava então os nomes invertidos (Sanches Brandão em vez de Brandão Sanches).

[74] Esta confraria dos clérigos mandou fazer por sua alma os três estados conforme o costume, dizendo o óbito que os 10.000 reais foram entregues por Estêvão Ferreira, de Duas Igrejas, a João Mendes, vigário de Paços e juiz da confraria.

[75] AUC, Actos e Graus, vol. 3 (1537-1550).

[76] O que é corroborado por várias testemunhas, nomeadamente Catarina Gonçalves, de 60 anos, mulher de João Gonçalves, de Duas Igrejas, que disse *ter ouvido a seu marido dizer que Braz Sanches Brandão abade de Duas Igrejas fora pai de Maria Lopes e que a tivera de uma mulher casada, chamada Camila Gonçalves, e que o seu marido lhe dissera que seu pai, sogro dela testemunha, fora feitor do dito abade e que dizia que, quando ela nascera, para encobrir o pai a dera a criar e que o dito abade comprara o casal do Azydo onde a dita Maria Lopes foi casar*. O mesmo diz Catarina Francisca, de 66 anos, mulher de João Coelho, de Duas Igrejas, que ouvira dizer a seu avô, que fora criado do dito abade Braz Sanches Brandão, que Maria Lopes fora sua filha e de "*uma mulher chamada Camila Gz, mulher casada que emprenhou do dito Abade sendo seu marido ausente*".

[77] É o caso Maria Vaz, mulher de André Gonçalves, que disse ter ouvido dizer que a mãe do Padre Agostinho Brandão, Maria Lopes, que muito bem conhecera e faleceu com 112 anos, era filha de uma mulata escrava do abade de Duas Igrejas e da dita mulata nascera a mãe do dito Padre Agostinho Brandão. Este depoimento, segundo o Capitão Paulo Ferreira Brandão feito por inimigos do pai, contém em si próprio a sua contradição, pois se as testemunhas dizem que conheceram bem Maria Lopes mais depressa lhe apontariam características negroides, em vez de ter de recorrer ao boato do "dizem".

[78] Abade que já não exercia funções efectivas por estar reformado. Em geral acontecia depois dos 70 anos.

durante o primeiro ano em que seu pai foi abade de Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas, tendo ela aí casado cerca de 1555 com Gonçalo Rodrigues e dotada pelo pai com a casa do Azydo na vizinha freguesia de Stª Eulália de Sobrosa, onde passou a viver e faleceu.[79] O abade Licenciado Braz Brandão Sanches era irmão de Lucrécia Brandão[80]; de Fernão Brandão[81], senhor da quinta do Sobrado, em S. Tomé de Negreiros, prazo de 1559, legitimado por carta real de 1548 (havido em Catarina Dias, mulher solteira, moradora no couto de Lousada)[82]; e de Manuel Brandão, que deve ser o que fal. a 22.1.1602 em Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas, deixando testamenteiro Gaspar Barbosa, vivendo portanto com o irmão. Eram todos filhos de Braz Brandão, comendatário do mosteiro de Stº Estêvão de Vilela (Paredes), cargo que ocupou pelo menos até 1549[83], que também tinha casa na cidade do Porto, onde se documenta a viver. Este comendatário Braz Brandão era irmão de João Brandão Sanches[84], cônsul e feitor na Flandres (1509)[85], do doutor António Sanches Brandão[86], desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação[87], de Fernão Brandão[88], comendador de Cabanas e Afife na Ordem de Cristo, que instituiu a capela de S. Bernardo na matriz de Viana do Castelo[89], de Rui Brandão[90], vereador da Câmara do Porto em 1553[91], e de Diogo Brandão Sanches[92], cavaleiro fidalgo da Casa Real, também vereador da Câmara do Porto em 1559[93], a quem D. João III aforou umas casas nas ruas Nova e Formosa no Porto[94] e que a 10.5.1541 trocou com o Mosteiro de Paço de Sousa vários casais[95], e de três irmãs, Ana[96], Beatriz[97] e Isabel[98], todos filhos de João Sanches[99], rico mercador e cidadão do Porto e várias vezes nesta cidade juiz ordinário (entre 1486 e 1510) e vereador da Câmara (em 1481 e 1485)[100], etc.[101], fal. a 8.5.1512

---

[79] Como ficou referido na nota nº 76, parece documentado que Maria Lopes nasceu já em Duas Igrejas, sendo o pai abade. Como este se licenciou em 1538, só neste ano terá sido abade, pelo que a filha só terá nascido no ano seguinte.

[80] Casada com António da Silveira, senhor da honra de Vila Caiz (1577).

[81] Vide "*A quinta de Xisto de S. Tomé de Negrelos*", Porto 2008, de Miguel Brandão Pimenta.

[82] CJIII, 7, 138 a 139. Muito provavelmente os outros filhos eram de outras mulheres. A avaliar pelo nome da filha do Licenciado Braz Brandão Sanches, a mãe deste devia chamar-se Maria Lopes.

[83] Cartório do Convento de Santo Estêvão de Vilela.

[84] Casado com D. Guiomar de Refoios e pais de D. Maria Brandão, "*a do Crisfal*", que teve um filho do celebrado poeta Cristóvão Falcão. Alão refere este João Brandão como "*o de Coimbra*", mas era do Porto.

[85] Vide "*A quinta de Xisto de S. Tomé de Negrelos*", Porto 2008, de Miguel Brandão Pimenta.

[86] Casado com D. Catarina de Vasconcellos.

[87] CJIII, 14, 225.

[88] Casado com Catarina Fagundes.

[89] Vide "*A quinta de Xisto de S. Tomé de Negrelos*", Porto 2008, de Miguel Brandão Pimenta.

[90] Casado com Maria de Madureira. Sucedeu na quinta da Torre da Marca e dele descendem por varonia os Brandão de Mello desta casa, que vieram a ser condes e marqueses de Terena pelo casamento em 1814 de José Maria Brandão de Mello Cogominho Correa Pereira de Lacerda, senhor da quinta da Torre da Marca, com a herdeira daqueles títulos.

[91] Vide "*Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*", Porto 1997, de Pedro de Brito.

[92] Casado com Catarina Ferraz. Em 1560 D. Sebastião confirmou a João Brandão, filho de Diogo Brandão Sanches, a doação que lhe fez seu irmão Afonso Brandão, da legítima que herdou de Catarina Ferraz, sua mãe. Garcia de Sá, 14º governador da Índia (1548), dotou com a quinta da Quintã, em Sardoura (Paiva), prazo do mosteiro de Vila Boa do Bispo, sua filha D. Leonor, por procuração feita na Índia a Diogo Brandão Sanches a 24.10.1549, registada no prazo em 1552. Não se pode confundir este com o neto Diogo Brandão. Este serviu na Índia com o irmão Rui Brandão, onde ambos morreram. A 22.3.1608 Fernão Brandão Freire, fidalgo da Casa Real, teve mercê da capitania de Chaul pelos oito anos que serviu na Índia como capitão de navios e pelos serviços de seus irmãos Rui Brandão e Diogo Brandão (Casa da Índia, livro 23 de D. Filipe II, fl. 346). A 8.1.1600 D. Filipe II mandou lançar o hábito da Ordem de Cristo a João Brandão Freire, fidalgo da sua Casa.

[93] Vide "*Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*", Porto 1997, de Pedro de Brito.

[94] CJIII, 38, 89 a 90.

[95] Tombo de Paço de Sousa (1594). A 10.5.1545 no mosteiro de Paço de Sousa o abade comendatário D. Paulo Pereira, do Conselho d'el rei, e Diogo Brandão, fidalgo da Casa d'el rei, fizeram um instrumento de escambo, segundo a qual o segundo recebia do mosteiro casais em Castelões (de Cepeda), julgado de Aguiar de Sousa, a saber: Fonte Sagrada (que trazia Pedro Dias), o de Abadim (que trazia Pedro Gonçalves e sua sogra Catarina Dias), e três das Pias (um que trazia João Gonçalves e dois que trazia Rodrigo Anes). Em troca, o mosteiro recebia as herdades que eram de Diogo Brandão, de dízimo a Deus, a saber: o casal de Sá (que traz Pedro Gonçalves de Ribaboa), o casal que traz João Gonçalves de Travassos, o casal que traz Gonçalo Pires de Travassos e o casal que traz Fernão Pires, com a Quebrada da Painça que trazia seu sogro Nuno Gonçalves de Travassos, e a Quebrada da Laranjeira, que trazia Pedro Anes de Andeade, tudo na freguesia de S. João de Luzim (Penafiel), e ainda o casal que traz João Gonçalves da Costa na freguesia de Stª Mª de Alvarelhos, julgado da Maia. A 21 de Setembro seguinte, Diogo Brandão confirmou em novo instrumento este escambo e decidiu aí, para bem do mosteiro, doar-lhe metade do prazo da Fonte Sagrada, que recebera no escambo, com a condição de o mosteiro de fazer dessa metade um praz de três vidas, o que o mosteiro fez. Ainda no mesmo tombo consta que Afonso Brandão, viúvo, morador na cidade do Porto, tinha em 1594 o prazo do Casal da Fonte Sagrada (portante metade do prazo original), em Castelões de Cepeda, no qual fora nomeado em 2ª vida por seu pai Diogo Brandão, já defunto.

[96] Casada com Nuno Camelo, cavaleiro da Casa Real (CMI, 42, 58).

[97] Casada com Fernão Novais, cavaleiro da Casa Real.

[98] Casada com Francisco Soares, cavaleiro da Casa Real, almoxarife do rei na cidade do Porto e aí juiz dos reguengos e direitos reais (CMI, 10, 41, 49 e 66).

[99] Vide "*A quinta de Xisto de S. Tomé de Negrelos*", Porto 2008, de Miguel Brandão Pimenta. Era filho de António Sanches e sua mulher Beatriz Martins Aranha, segundo as genealogias.

[100] Vide "*Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*", Porto 1997, de Pedro de Brito.

[101] A 3.1.1503 João Sanches, morador no Porto, teve de D. Manuel I confirmação de uma escritura de compra, feita a 7.7.1480, de umas casas que pertenceram a João de Sousa e Maria Martins, com obrigação de pagar 8.000 reais anuais de foro à fazenda régia e permitindo que a dita

no Porto, e de sua mulher a "*muito honrada senhora*" Isabel Brandão[102], fal. em 1528, ib, sendo sepultada com o marido numa capela que instituiu na igreja de S. Francisco (Porto).[103] Isabel Brandão era filha do contador João Brandão e de sua 1ª mulher Beatriz da Mesquita.[104] João Brandão foi cavaleiro fidalgo da Casa de D. Afonso V, recebedor, contador e tesoureiro da moeda do Porto e depois contador régio desta cidade e sua comarca (1472)[105], administrador de uma capela na igreja de Sela (Feira)[106], tendo a 1.1.1466 do mesmo rei confirmação do aforamento de umas casas na rua Formosa (Porto), por 55 libras da moeda antiga, com determinadas condições, entre as quais o melhoramento do edifício.[107] Esteve na batalha de Alfarrobeira por D. Afonso V, sendo então escudeiro da Casa Real e tendo a 15.7.1450 recebido mercê real de bens de indivíduos que os perderam por ter estado nessa batalha pelo lado do infante D. Pedro.[108] A 26.2.1492 comprou ao doutor Pedro do Sem a quinta da Boavista com a sua torre (Torre da Marca), na cidade no Porto.[109] Faleceu em 1501 e foi sepultado na sua capela na igreja de S. Francisco (Porto), em belo túmulo com suas armas[110], esquarteladas de Brandão e Pinto, com a legenda: "*AQVI IAS IOHAM BRANDAM FIDALGO DA CASA DEL REI E SEV COMTDOR DESTA CIDADE FALECEO NO ANO DE M.D.I.*" (*ver imagem adiante*). Para a ascendência do contador João Brandão ver adiante em *Anexo 1* as minhas *Reflexões sobre a origem dos Brandão*. A datação certa e provável de todo este conjunto familiar aponta para que o antedito Licenciado Braz Brandão Sanches, nascido cerca de 1513, tivesse sido o mais velho dos filhos do comendatário Braz Brandão Sanches, porventura havido ainda ele era estudante ou já recém abade de Mosteirô[111], na medida em que este comendatário terá nascido cerca de 1490, sendo dos filhos mais novos de João Sanches e Isabel Brandão.

3.1. Baltazar Ferreira Pinto Brandão, capitão, que segue no nº 4.

3.2. Maria Pinto Brandão[112], n. a 10.8.1638, ib, sendo pp de baptismo Gonçalo Pinto, da freguesia de Sobrosa, e Catarina Gonçalves, de Molelo, freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso). Fal. depois de 1724. Casou a 19.11.1665, ib[113], com *João Duarte Neto*, n. a 6.5.1646, ib, morador em Coquêda, onde fal. a 3.3.1721, com três ofícios de 70 padres. Era irmão Maria Duarte Neto, referida adiante, casada com seu cunhado.

3.2.1. Agostinho Brandão Pinto, padre, bacharel (21.6.1695) formado (18.7.1695) em Cânones pela Universidade de Coimbra[114], beneficiado na igreja de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão e sua anexa de S. Martinho de Carneiro (Amarante), familiar (30.9.1695), comissário (27.8.1705) e notário (29.8.1699) do Santo Ofício[115], abade de Maximinos (Braga) em 1705. N. a 10.12.1666 e b. a 19 em Paços, sendo padrinhos Agostinho Brandão, filho do Capitão Pedro Ferreira Pinto, e Maria, filha de João Pinto, de Cuqueda. Era clérigo *in minoribus* em 1692. A 17.5.1720, sendo abade de Maximinos, teve de D. João

---

Maria Martins viva gratuitamente numa câmara dessas casas para o resto da sua vida (CMI, 6, 120).

[102] Meia-irmã de Diogo Brandão, cavaleiro fidalgo da Casa de D. Manuel I, já contador em 1494, que este rei a 19.4.1501 confirmou contador na cidade do Porto e sua comarca, assim como o fora seu pai, João Brandão, que o dito ofício tinha e falecera (CMI, 1, 20). Tendo a 24.7.1514 aumentado o seu mantimento anual para 15.000 reais, dos 12.186 que recebia (ib, 15, 103). A 7.10.1516 teve mercê do dízimo da cal e sal, que até então nunca tinha sido pago, andando sonegados os direitos reais (ib, 25, 120). A mãe de Diogo Brandão foi Beatriz Pereira, 2ª mulher de João Brandão. Está sepultado em S. Francisco com suas armas (Brandão e Pereira). Estava ainda solteiro em 1594 quando consta como tal, morador na cidade do Porto, contador da fazenda d'el rei na dita cidade, no Tombo de Paço de Souza (1594) como tendo o prazo dos campo do Rego e da Tapada, em S. Vicente de Irivo, que comprara e Pedro Gonçalves, do Ribeiro.

[103] A 10.10.1513 a "*muito honrada senhora Isabel Brandoa Dona viúva molher que foi de João Sanches*" doou 1.000 reais anuais ao mosteiro de S. Francisco para rezarem 8 missas de aniversário no túmulo de João Sanches (*Tombo primeiro dos títulos das capellas e Legados deste Convento de S. Francisco da cidade do Porto*, fls 27-28v e 97v-99). E a 23.7.1528 deixou uma cédula de legado, escrita nas suas casa da Rua Nova, onde vinculou vários bens à instituição de uma capela em S. Francisco, onde ela e o marido deviam ficar sepultados, capela essa a fazer junto da capela de seu pai João Brandão (*Tombo primeiro dos títulos das capellas e Legados deste Convento de S. Francisco da cidade do Porto*, fls. 68v-70v e 145-146v). Hoje muito gasta, Braancamp ainda conseguiu ler a legenda: "*Aqui jaz Joham Sanches Cidadam da cidade do Porto o qual faleceo na era de MDXII a VIII de Mayo / E assi jaz Isabel Brandoa sua moler a qual faleceo na era de MD* (?) *DE / Aesy todos seus herdeiros*".

[104] Já viúva de Fernão Taveira.

[105] CAV, 37, 105. A 21.12.1472 D. Afonso V nomeou João Ferreira, cavaleiro da Casa do duque de Viseu, para o cargo de tesoureiro da moeda da cidade do Porto, com 12.000 reais de mantimento, em substituição de João Brandão, que fora nomeado para contador régio na dita cidade em substituição de João Afonso, que morrera. Foi confirmado contador por D. João II a 2.1.1484 (CJII, 24, 9).

[106] CAV, 31, 51v. A 11.6.1469 D. Afonso V doou a João Brandão, cavaleiro da sua Casa, tesoureiro da moeda régia da cidade do Porto, a administração de uma capela na igreja de Sela, terra de Santa Maria, bem como as suas terras e rendas.

[107] CAV, 14, 17 e 17v.

[108] CAV, 11, 153v.

[109] Por escritura feita no tabelião do Porto Pedro Fernandes. Vide "*A quinta de Xisto de S. Tomé de Negrelos*", Porto 2008, de Miguel Brandão Pimenta.

[110] Neste escudo as armas dos Pinto estão mal representadas. Dizem as genealogias que este João Brandão era filho de Álvaro Gonçalves Brandão e sua 2ª mulher Maria Pinto. Sobre este assunto ver o que digo nas *Reflexões sobre a origem dos Brandão*, adiante em Anexo 1.

[111] No Tombo das Propriedades e Rendas do Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela (1540-1568) vê-se que o comendatário de Vilela Braz Brandão também era abade de Mosteirô, em Vila do Conde.

[112] Em geral aparece nos paroquiais apenas como Maria Pinto.

[113] Foram testemunhas do casamento, entre outros, João Ferreira, seu irmão, e André Ferreira de Picafrio.

[114] Matrículas, AUC.

[115] Habilitações, Agostinho, mç. 2, doc. 27.

V provisão para poder possuir umas casas com suas terras, dizendo que estava "*carregado de anos*" (tinha apenas 53 anos…) e, tendo intenção de renunciar à sua igreja, comprara em Paços de Ferreira uma casa com suas terras para aí se recolher e que, após a compra, verificara que eram reguengas.[116] Fal. a 23.10.1724 em Vila Chã do Marão, na sua casa do Burgo, sem testamento, tendo sua mãe mandado fazer-lhe os bens de alma.

3.2.2. Maria, n. a 2.1.1667 e b. a 8, ib, sendo madrinha Francisca Ferreira, filha do Capitão Pedro Ferreira Pinto. Fal. depois de 1671 e antes de 1675.

3.2.3. Francisca, n. a 15.6.1669 e b. a 20, ib, sendo padrinhos o Padre Domingos Ferreira, do lugar de Quintela, e Maria Ferreira mulher de Francisco Gaspar, do lugar de Brito, freguesia do mosteiro de Ferreira. Fal. antes de 1679.

3.2.4. Joana Brandão Pinto[117], n. a 13.11.1670 e b. a 16, ib, sendo padrinhos Manuel Pinto e Joana, filhos do Capitão Pedro Ferreira Pinto. Fal. a 10.1.1749 na sua casa do Telhado, em Stª Mª de Atães (Guimarães). Casou a 30.11.1695, em Paços, com *Francisco Ribeiro Pereira*, senhor da dita casa do Telhado, em Atães, filho de João Ribeiro Pereira e sua mulher Francisca dos Santos. Testemunhou o casamento o Padre Manuel Pinto Brandão, abade de Vila Chã. Destes foi filho o Padre Agostinho Brandão Pereira, que tirou inquirições *de genere* em Braga a 5.8.1732[118] e aí fez testamento a 11.7.1764[119], no qual se conclui que não ficaram netos legítimos de Joana Brandão Pinto e Francisco Ribeiro Pereira. Com efeito, o Padre Agostinho Brandão Pereira deixou por seu universal herdeiro seu irmão bastardo Francisco Ribeiro (portanto só filho do pai), a quem deixou a obrigação de 30 missas por sua alma e outras 30 missas pelas almas de seu pai, sua mãe e seu irmão Manuel Ribeiro, que está casado em Amarante, mandando que seu herdeiro desse a este Manuel Ribeiro Pereira 5 moedas de ouro, outras 5 a seu sobrinho Francisco, filho natural deste Manuel, e 2 moedas de ouro a seu criado Agostinho.

3.2.5. Manuel, n. a 16.5.1672 e b. a 22, ib, sendo padrinhos Manuel Pinto, filho do Capitão Pedro Ferreira Pinto, e Maria, moça solteira, filha de Maria de Souza, viúva moradora em Côqueda. Fal. antes de 1675.

3.2.6. Manuel Pinto Brandão, padre, morador em Coquêda, b. a 6.1.1675, ib, em casa, pelo Padre Matias Ferreira, sendo padrinhos o mesmo padre e Agostinho, filho de João Duarte Neto (portanto o irmão mais velho). Fal. a 3.9.1726 com 50 anos *mais ou menos*, deixando obrigação de 400 missas e testamenteiro o dito seu irmão Padre Agostinho Brandão, abade de Maximinos (Braga).

3.2.7. Maria Pinto Brandão[120], gémea do anterior, b. no mesmo dia com o mesmo assento. Casou a 9.10.1695, ib, com *Sebastião Dias Pereira*, da freguesia de Santiago de Lordelo.

3.2.8. Vicência, b. a 23.8.1676, ib, sendo pp Paulo Ferreira Brandão e sua irmã Vicência Ferreira Pinto, mulher de Pedro Dias, morador na freguesia de Santiago de Carvalhosa.

3.2.9. João Pinto Brandão, b. a 10.10.1677, ib, morador em Coquêda, onde fal. a 19.4.1751. Casou a 11.2.1709, ib, com *Maria Ferreira Freire*, filha de Manuel Dias e sua mulher Maria Freire, do lugar de Brito, freguesia de S. Pedro de Ferreira. C.g. em Carvalhosa.[121]

3.2.10. Francisca, n. a 8 e b. a 11.5.1679, ib.

3.3. João Ferreira Pinto[122], n. cerca de 1639, cujo assento de b. não consta. Testemunhou em 1665 o casamento de Maria Pinto, onde é dito seu irmão.

3.4. Agostinho Brandão (Frei Agostinho do Rosário), frade franciscano e provincial desta ordem em Portugal quando em 1694 vivia no convento de Guimarães.[123] N. a 16.1.1640, ib[124], sendo padrinhos de baptismo

---

[116] RGM, CJV, 11, 387.

[117] Também aparece como Joana Pinto Brandão.

[118] ADB, IG, Nº 6677, p. 298.

[119] Fl. 4v e 5, testamentos, Paroquial nº 54.

[120] No assento de baptismo vem Manoel e Manoel, gémeos. Mas julgo que foi erro do padre e é Manuel e Maria.

[121] Tiveram várias filhas e um filho, Agostinho Pinto Brandão n. a 5.11.1719, ib, que casou a 18.11.1741 em Carvalhosa com Mariana da Costa Neto, sendo pais, nomeadamente, de Bernardo Pinto Brandão, casado a 11.5.1799, ib, com Maria Josefa Dias Barbosa (pais de Manuel José Pinto de Brandão casado a 21.5.1832 em Sanfins de Ferreira com Anastácia Coelho de Meirelles), e de Josefa da Costa Pinto Brandão casada a 23.7.1769, ib, com José Gomes de Oliveira, c.g.

[122] Mas não se trata do João Ferreira Pinto, morador em Pêgas, que fal. a 9.1.1724, dizendo o óbito que tinha 85 anos pouco mais ou menos e que seus herdeiros lhe fizeram três ofícios de 10 padres cada um. Este João Ferreira Pinto não era sequer Pinto, devendo ter sido engano do padre. Era João Ferreira e casou 14.11.1658, ib com Maria Pinto, filha de Fernão Gonçalves e sua mulher Marta Pinto. Ele, portanto nascido cerca de 1639, era filho de Gonçalo Pedro e sua mulher Catarina Gaspar. Este Gonçalo Pedro julgo que era filho de Gaspar Ferreira casado a 3.11.1613 em Paços com Senhorinha Francisco, sendo este Gaspar irmão do Gonçalo Ferreira casado com Domingas Ferreira referida no nº 1.3, ambos filhos de Gonçalo Pedro e sua mulher Ana Pires, moradores em Quintela, freguesia do mosteiro de Ferreira.

[123] Conforme se documenta nas habilitações de seus irmãos.

[124] O assento, como outros desta época e freguesia, não dá a data do baptismo. E diz que Agostinho era filho de Pedro Ferreira e sua mulher Domingas Brandão, o que é erro evidente do padre, pois documenta-se bem, nomeadamente no seu baptismo, casamento e óbito, que ela se chamou Francisca Brandão. Contudo, o cura Damião da Maia chama-a Domingas Brandão também nos baptismos dos filhos Pedro e Manuel, Finalmente, no baptismo de Paulo o cura já diz "*Domingas diguo Frª Brandoa*".

Diogo, filho de Domingos André, e a mulher de Salvador Pinto, de Freamunde. Ainda não tinha professado em 1666 quando foi padrinho, como Agostinho Brandão, de seu primo Agostinho Brandão Pinto, referido acima.

3.5. Catarina Ferreira Brandão, n. cerca de 1642, cujo assento de b. não consta. Casou a 5.8.1669, ib, com *Diogo Dias Moreira*, senhor da quinta de Fundevila da freguesia do mosteiro de Ferreira, filho de outro Diogo Dias Moreira e sua mulher, aí moradores.

3.5.1. Agostinho, n. a 9 e b. a 14.9.1670 em Ferreira, sendo p Luiz, estudante, irmão do pai.

3.5.2. Maria, n. a 14 e b. a 18.4.1672, ib, sendo pp Gonçalo Dias e sua filha Maria, de Fundevila.

3.5.3. Paulo Ferreira Brandão, n. a 12 e b. a 16.1.1674, ib, sendo padrinho seu tio Paulo Ferreira Brandão, então morador na cidade do Porto. Casou a 12.1.1799, ib, com *Catarina Nunes*, filha de Miguel Álvares, defunto, e de sua mulher Catarina António, da mesma freguesia. C.g.

3.5.4. Manuel, n. a 3 e b. a 7.12.1775, ib, sendo pp Pedro, filho de Diogo Dias, e Maria Dias Moreira mulher de António Dias de Souza.

3.5.5. Catarina, n. a 2 e b. a 6.2.1678, ib, sendo pp João Rodrigues e sua mulher Maria Ferreira da Costa.

3.6. Pedro, n. a 10.1.1644, ib, sendo pp Pedro António e Marta Pinto, mulher de Fernão Gonçalves, de Pêgas.

3.7. Francisca Ferreira, n. cerca de 1645, cujo assento de b. não consta. Em 1667 foi madrinha de sua prima Maria, referida acima. Vivia solteira nas Quintãs em 1715, quando foi madrinha de sua sobrinha-neta Ana Maria, sendo padrinho seu irmão o Padre Paulo Brandão Pinto.

3.8. Manuel Pinto Brandão, n. a 20.2.1647, ib. Licenciado em Cânones[125], que em 1679 foi abade de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão e sua anexa de S. Martinho de Carneiro, então no concelho de Gestaçô (hoje Amarante), e a 8.6.1694 comissário do Santo Ofício.[126] Em 1709 passou a abade resignatário, sendo substituído por seu sobrinho Agostinho. Fal. a 30.1.1737, com 90 anos, em Carvalhosa, em casa de sua sobrinha Vicência Pinto Brandão (casada com o Capitão Manuel Ferreira da Costa). Parece ter sido este o primeiro senhor da casa dita dos Brandão, em Vila Chã (imagem adiante), embora também a possa ter herdado por sua avó Maria Pinto, que julgo irmã do Padre Manuel Pinto que era coadjutor de Vila Chã do Marão em 1624. A abadia de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão, que incluía o anexo vicariato de S. Martinho de Carneiro, era apresentada pelo arcebispo de Braga.

3.9. Paulo Ferreira Brandão[127], capitão no Porto, "*pessoa nobre e de authoridade*". N. a 20.5.1648 em Paços[128], sendo b. pelo Padre Paulo Machado, cura do mosteiro de Vilela, que foi padrinho. Fal. a 1.9.1703 na sua casa na rua dos Carros, no Porto (Sé), deixando herdeiro o irmão, Capitão Baltazar Ferreira Pinto, como digo adiante. Quis ser familiar do Santo Ofício[129] a 7.2.1676, o que lhe foi recusado a 28.5.1696 por ter um filho

---

[125] Como se documenta na sua habilitação e na do irmão. Provavelmente licenciou-se em Salamanca, como o avô, pois não encontrei a sua matrícula em Coimbra.

[126] Habilitações, Paulo, mç. 2, doc. 32.

[127] Também aparece como Paulo Ferreira Pinto.

[128] Tem dois assentos quase seguidos, o primeiro dos quais muito trapalhão, o que terá motivado o segundo.

[129] Habilitações, Paulo, mç. 2, doc. 32; e mç. 3, doc. 44. Pediu para ser familiar a 7.2.1676, sendo solteiro, mercador de Marcenaria, com 30 anos mais ou menos, morador na cidade do Porto, onde vivia abastadamente na rua dos Carros (actual praça de Almeida Garrett ou de S. Bento), onde tinha "logea", sabendo ler e escrever. Mas tardou a ser despachado, aparentemente por uma testemunha declarar que uma sua bisavó era filha de uma escrava mulata. Paulo Ferreira Brandão protestou, dizendo que isso era falso, como era bem sabido em Duas Igrejas, e que a testemunha que isso declarou era inimiga de seu pai, e que a demora do processo punha em causa a sua honra. Já capitão, enviou ao Tribunal do Santo Ofício a seguinte petição: "*Diz o Cappam Paulo Ferreira Brandão da cidade do Porto que este foi admitido a deligª de genere e não se ter deferido deve ser per falta de algua clareza ou per algu testmº que se lhe levantasse como suppoe fez hua fulana Vaz da fregª de Sobrosa que per nome não perca, q na infirmidade de que faleceu pedio publicamente perdão de ter jurado contra este como he constante na dita fregª e mesmo considera faria o Pe Dmos de Mattos Ferrª Abe de Duas Igrejas por ser seu inimigo; e não he justo q. o dito destes prevaleça à limpeza do Suppte que esta bem apurada nas Inquirições que se fizeram a seu Irmão Ldo Mel Pinto Brandão, abe que he da Igreja de Stº Estevão de Vª Chã, as quaes estão no Catº da Camª Eclesiástica da Cidade do Porto e foram feitas por um Comº deste Stº Ofº, e pelas de outro Irmão, Pe Frei Agostinho do Rosário, Provál actual da Provª de São Frº de Portugal, que estão no Comto da Vila de Guimes, e delas consta com clareza o não haver impedimento algu na sua geração e he certo não serião admitidos as dignides em q. se achão; e per tanto não he justo que o Suppe fique com labeo e per conseqª os ditos seus Irmãos e maes paretes q. todos são pessoas nobres e de authoridade, por se não deferir ao seu reqtto que he publico na dita Cidade e no destrito daqla Provª e que toda esta verde se apure como he razão e o Suppe dezª. E lhe fação me mandar puxar tas e Inquirições de seus Irmãos e mandala fazer do perdão q a dta Fulana Vaz pediu de Juramtº falso que tinha dado para q. conhecesse como havia a limpeza do Suppe e se lhe mandar passar carta de famar*". Não chegaram a ser pedidas as inquirições de genere dos irmãos, porque entretanto o irmão abade Lic. Manuel Pinto Brandão pediu para ser comissário do Santo Ofício e fizeram-se as respectivas habilitações. Fizeram-se ainda diligências para encontrar em Guimarães as inquirições *de genere* do avô, o Padre Agostinho Brandão (neto da tal alegada escrava mulata), mas do Cabido de Guimarães veio a informação de que não constavam, pois apenas existiam as IG de 1596 em diante, e as do Padre Agostinho Brandão eram anteriores. Mas que o documentavam como subchantre de Nª Sª da Oliveira desde 28.5.1614. Os dois processos acabaram assim por ser tratados em conjunto, concluindo os comissários do Santo Ofício pela limpeza de sangue de ambos. Diz a propósito o comissário Estêvão de Britto Foyos: "*Pôr em perpetua infâmia hua família limpa e Nobre, sendo o irmão do pretendente Cappam, filho e netto de outros, pelos ditos de huas tas de anditur em mulatice, que he defecto fora de XNº, e pudera ainda duvidar de se fazer caso delle, e mais qdo essa mulatice não assentava em vileza por ser o pretendente já Nobre por si e per seus Avós, donde se não costuma fazer caso dela, principalmente havendo ódios, e ainda nestes auditos como diz já o irmão do pretendente*", dado o pouco crédito das únicas testemunhas que o referem. E o comissário Bento de Beja de Noronha sublinha que se trata de uma família reconhecidamente "*nobre e XVª e que com o apodo de molatice ouvera de perder o crédito e a honra e de todo a sua fama devia ser com provas tão claras como o sol, e não com tas de audito e ainda em recasos de pendencias, depondo as mais e quasi todas a favor*". Aprovado o Lic. Manuel Pinto Brandão para comissário, seu irmão o Capitão Paulo Ferreira Brandão meteu novo processo ao Santo Ofício a 11.4.1695, onde consta a declaração do próprio Santo Ofício de 23.2.1695 de

natural de *Bernarda Pinto*, parte cristã-nova, solteira, n. na Régua, filha de Domingos Álvares e sua mulher Esperança Guedes, moradores na Régua, sendo esta filha de Luiza Cardoso Pinto, de Brunhais, cristã-nova.

3.9.1. (N) Frei Paulo de Stº Agostinho, n. na Régua, que estudou no Seminário dos Órfãos do Porto e em 1695 era frade franciscano na Régua.

3.10. Joana Ferreira Pinto, n. a 21 e b. a 23.1.1650, ib. Casou a 6.4.1671 em Meixomil com *João Ferreira*, morador na quinta de Portas, da freguesia de Meixomil, filho de Pantaleão Ferreira, já defunto, e de sua mulher Maria António, moradores na Lama da mesma freguesia.

3.10.1. Maria Ferreira Pinto Brandão, n. a 21 e b. a 23.12.1671 em Meixomil. Casou a 5.5.1692, ib, pelo Padre Licenciado Agostinho Pinto Brandão, com *João Vieira da Silva*, senhor da quinta da Torre do Carvalhal, em Stª Mª de Guardizela (Guimarães), filho de António Fernandes e sua mulher Ana Vieira, então já defunta. Foram pais, nomeadamente, de Bernardo Pinto Brandão e de Manuel Vieira Pinto, que tiraram inquirições *de genere* em Braga respectivamente 28.5.1733[130] e 27.10.1734[131], e do Capitão Paulo António Vieira Pinto Brandão, herdeiro de seu tio o Padre Dr. Bernardo Pinto Brandão, que casou com D. Micaela Teresa Veloso de Miranda. Destes foi filho Bernardo Félix Veloso Brandão de Miranda que casou com D. Cecília Maria de Menezes Miranda. Destes foi filha D. Clemência Clara Miranda de Menezes que casou com Lourenço Machado de Miranda Gusmão Coelho Cunha, comendador da Ordem de Cristo, senhor da casa do Assento, em S. Paio de Figueiredo, etc. Destes foi filha D. Francisca Benedita de Gusmão, sucessora na casa do Assento, que foi 1ª mulher de Manuel Bernardino de Araújo e Abreu, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo e de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa.[132]

3.10.2. Joana, n. a 12 e b. a 16.3.1673, ib, sendo padrinho seu tio Paulo Ferreira Brandão, solteiro, morador nas Quintãs de Stª Eulália de Paços.

3.10.3. Paulo, n. a 11 e b. a 13.2.1684, ib, sendo pp o Pe Domingos Carneiro Pinto e sua irmã Maria Carneiro.

3.10.4. Bernarda, n. 11 e b. a 15.2.1688, ib, sendo padrinho Baltazar Ferreira das Quintãs, freguesia de Paços, e Maria Pinto, solteira de Meixomil.

3.10.5. Francisca, na a 11 e b. a 16.3.1690, ib, sendo pp Manuel Ferreira, filho de Manuel Ferreira, de Fermentãos, e Catarina António, viúva de Meixomil.

3.10.6. Bernardo Pinto Brandão[133], padre, bacharel (10.6.1618) formado (25.7.1718) em Cânones pela UC[134], comissário do Santo Ofício (8.9.1746)[135], brevemente abade de Meixomil. N. a 19 e b. a 21.8.1692, ib, sendo madrinha Maria do Espírito Santo Pinto, "beata" da freguesia de Penamaior. Fal. a 9.10.1778 na quinta de Portas, em Meixomil, com testamento, em que deixou herdeiro universal seu sobrinho o Capitão Paulo António Pinto Vieira Brandão com obrigação de lhe fazer três ofícios de 30 missas cada um e de mandar rezar por sua alma mais 3.000 missas. Na sua habilitação para o Santo Oício diz quer ser comissário do Santo Ofício apesar de não ser pároco, porquanto de seus bens patrimoniais tem mais de 200.000 réis de renda anual, mais 500.000 réis num padrão de juro de 30.000 cruzados que emprestou à Companhia da Fábrica das Sedas[136], *com cujo rendimento se trata nobremente como é bem notório*.

3.10.7. Rafael Ferreira Brandão, n. em Meixomil cerca de 1694, familiar do Santo Ofício (1.3.1735).[137] Nesta habilitação apura-se que em 1733 tinha 44 anos mais ou menos, era solteiro, homem de negócios no Brasil, onde vivia limpa e abastadamente na vila de Ouro Preto, tendo de seu uma fortuna de 200 para 300 mil cruzados. Fal. antes de 1746, sendo herdeira a mãe.[138]

3.11. Vicência Ferreira Pinto Brandão[139], n. a 22 e b. a 26.1.1652, ib[140] e fal. viúva depois de 1724. Casou a 6.3.1674, ib, com *Pedro Dias*, n. na freguesia de S. Tiago de Carvalhosa, onde viveram. Foram

---

que ele era capaz, cristão velho e limpo. Mas fizeram-se novas inquirições a 14.6.1695 sobre a sua vida, nas quais se apurou que tinha um filho natural, então frade franciscano na Régua, havido numa meia cristã-nova, pelo que foi declarado incapaz de ser familiar a 28.5.1696.

130 ADB, IG, nº 2067, p. 90.

131 ADB, IG, nº 2067, p. 90.

132 Vide Maria Adelaide Pereira de Moraes, "*Cabedais do Brasil em Guimarães: os da Torre de Carvalhal, em Guardizela*", Separata da Revista de Genealogia e Heráldica, N.º 9/19 do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003, pág. 27 a 30; e Rui Faria, "*A Ascendência dos Araújo e Abreu Pinheiro Torres*", Lisboa 2011, Ed. Abdul's Angels L.da, pp. 58-62.

133 Em novo usou Bernardo Ferreira Pinto e Bernardo Ferreira Brandão.

134 Matrículas, AUC.

135 Habilitações, Bernardo, mç. 8, doc. 424.

136 Bernardo Pinto Brandão consta de facto na folha de juros pertencentes aos sócios (1735/50) da Real Fábrica das Sedas, L. 5.

137 Habilitações, Rafael mç. 1, doc. 8. Por erro evidente, os avós maternos são aqui referidos sempre como Capitão Pedro Ferreira Brandão e sua mulher Francisca Brandão.

138 Na sua habilitação diz-se que mandava conduzir carregamento de negros da Baía para as minas, ou seja, negociava em escravos. Na IG do irmão diz uma testemunha que ele levava escravos, cavalos e fazendas da Baía para as minas e que depois teve um contrato, durante o qual morreu, solteiro, sendo herdeira a mãe, que aí mandou o filho Bernardo para recolher a herança.

139 Aparece como Vicência Ferreira Pinto e Vicência Ferreira Brandão.

140 Assento fora de ordem. M1, fl. 85.

nomeadamente pais do Padre Agostinho Pinto Brandão, fal. 22.10.1724 em Vila Chã, onde vivia com seu tio o abade Manuel Pinto Brandão, com óbito em Carvalhosa, que tirou inquirições *de genere* em Braga a 30.4.1714[141], e de Vicência Pinto Brandão, fal. a 1.5.1765, ib, que casou 23.7.1725, ib, com o Capitão Manuel Ferreira da Costa, fal. a 16.5.1787, ib. Estes tiveram 10 filhos, entre eles Bernardo José Brandão[142] e Fernando António Brandão, cónego regrante de Stº Agostinho, que tiraram IG's em Braga respectivamente a 24.4.1755[143] e a 11.8.1773[144], e José Joaquim Brandão[145], capitão da 9ª Companhia da Ordenança de Aguiar de Sousa, senhor da casa da Botica, em Carvalhosa, onde fal. a 25.10.1844 (Óbitos 1807-1859, f. 62), em cujo portão o filho veio a colocar uma pedra de armas de Teixeira, Barros, Correa e Brandão.[146]

3.12. (N) Catarina Pinto, filha bastarda do Capitão Pedro Ferreira Pinto, moradora em Meixomil, havida em Mariana[147], solteira de Coquêda. Casou a 7.1.1704 em Meixomil com *Gabriel Ferreira*, senhor da quinta do Moinho do Moleiro, em Paços, onde fal. a 12.6.1721 com 50 anos. Era filho de Gabriel Carneiro e sua mulher Maria Ferreira, de Coquêda. C.g.

3.13. (N) Manuel, n. a 20 e b. a 23.11.1671, ib, filho de Maria, moleira de Picafrio, que deu por pai da criança o Capitão Pedro Ferreira Pinto.

Túmulo de João Brandão, na sua capela na igreja de S. Francisco (Porto), armoriado de Brandão e Pinto (este mal representado).

141 ADB, IG, nº 980, p. 44.

142 Viveu na casa da Botica, onde fal. a 19.9.1793. Casou com Mariana Teixeira Barbosa, c.g.

143 ADB, IG, nº 31590, p. 1402.

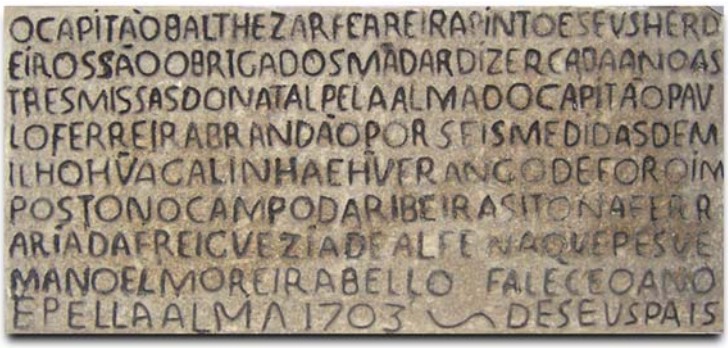
144 ADB, IG, nº 29735, p. 1314.

145 Casado com D. Leonor de Almeida Correa Botelho, n. a 2.6.1772 em Parada do Pinhão e fal. a 16.4.1824 em Carvalhosa, c.g.

146 Pedra de armas feita com base na da casa de Parada de Pinhão (Teixeira, Barros, Correa e Botelho), de sua mãe, na qual substituiu Botelho por Brandão.

147 O assento de casamento diz: "*fª que mostrou ser do Cappam Pedro Frrª do lugar das Quintãns, e de Mariana soltra do lugar de Cuqueda, todos da dita frgª de Passos*".

4 Baltazar Ferreira Pinto Brandão[148], capitão de Paços de Ferreira na Ordenança de Aguiar de Sousa, senhor da casa das Quintãs, onde viveu de suas fazendas, sendo pessoa nobre e de autoridade.[149] B. a 9.10.1636, ib[150], pelo reitor de Penamaior João Rangel. Foi crismado com sua mulher e uma criada a 19.9.1675, ib. Fal. a 24.12.1727, dizendo o óbito que o Capitão Baltazar Ferreira Pinto, das Quintãs, fal. com "*noventa e tantos anos*" (na verdade com 91 anos), ficando os herdeiros de lhe fazer os bens de alma, que foram três ofício de 60 padres. Foi ele, ou seu filho, quem instituiu a capela da quinta da Torre ou casa das Quintãs. Foi herdeiro de seu irmão o Capitão Paulo Ferreira Pinto Brandão, ficando obrigado a mandar rezar-lhe pela alma três missas no Natal. Na matriz de Stª Eulália de Paços, gravada numa grande laje na parede ao lado direito de quem entra pela porta principal, onde justamente ficava o jazigo da família[151], está a seguinte inscrição: "*O CAPITAO BALTHESAR FERREIRA PINTO E SEVS HERDEIROS SAO OBRIGADOS MÃDAR DIZER CADA ANO AS TRES MISSAS DO NATAL PELA ALMA DO CAPITAO PAVL0 FERREIRA BRANDÃO POR SEIS MEDIDAS DE MILHO HVA GALINHA E HV FRANGO DE FORO IMPOSTO NO CAMPO DA RIBEIRA SITO NA FERRARIA DA FREGVESIA DE ALFENA QVE PESSVE MANOEL MOREIRA BELLO E PELLA A ALMA DE SEVS PAIS. FALECEO O ANO 1703*" (imagem). Casou a 11.4.1673, ib, com *Maria Duarte Neto*, n. a 6 e b. a 12.12.1649, ib, e fal. a 13.6.1722, ib, dizendo o óbito que "*teria de idade setenta e tantos anos*" (72 ao certo), fazendo-lhe os herdeiros três ofícios de 110 padres com a obrada costumada. Era filha de João Duarte, morador em Coquêda, n. em 1608[152], crismado a 18.10.1621, ib, e fal. com 90 anos a 4.9.1698, ib, e de sua mulher (casados a 5.3.1645 em Santiago de Carvalhosa) Ana Neto, fal. a 6.12.1678 em Paços; neta paterna de Domingos Duarte[153], morador em Coquêda, fal. a 20.9.1647, ib, deixando obrigação de 40 missas, e de sua 2ª mulher[154] Isidora João, fal. a 3.4.1634, ib; e neta materna de António Neto e sua mulher Francisca Fernandes, moradores na freguesia de Santiago de Carvalhosa, onde ela fal. a 23.2.1654.



4.1. Maria Emília Pinto Brandão, que segue no nº 5.

4.2. Agostinho Brandão, padre, cura de Stª Eulália de Paços de 1705 a 1709, ano em que passou a abade de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão e sua anexa de S. Martinho de Carneiro (Amarante), em substituição de seu tio Manuel. N. a 1 e b. a 3.12.1679, ib. Em 1740 passou a abade reservatário de Vila Chã, sendo substituído por seu sobrinho o Doutor Bernardo Pinto Brandão. Fal. a 30.9.1770 em Vila Chã, com 90 anos, sendo abade reservatário, sem testamento, e foi sepultado na capela-mor da matriz.

4.3. Francisca Brandão, n. a 14 e b. a 18.5.1682, ib, sendo padrinho o Padre João Ferreira, de Quintela, freguesia do mosteiro de Ferreira, que a baptizou. Viveu com seu irmão em Vila Chã do Marão, onde fal. solteira a 16.2.1757.

4.4. Bernardo Pinto Brandão[155], capitão de Paços de Ferreira na Ordenança de Aguiar de Sousa[156], senhor da

---

148 Em geral aparece nos paroquiais apenas como Baltazar Ferreira ou Baltazar Ferreira Pinto.

149 Documenta-se como capitão nos paroquiais desde 1701. Na habilitação da neta diz-se que foi capitão da Ordenança, e que ele e sua mulher viviam de suas fazendas, sem outro ofício que capitão, nesta freguesia (Paços). Na habilitação de seu irmão o Capitão Paulo Ferreira Pinto o próprio se refere à sua família como "*principal e nobre*" e diz que ele, os irmãos e mais parentes são todos "*pessoas nobres e de authoridade*". E no mesmo processo o comissário Estêvão de Brito Foyos refere ser o Capitão Paulo Ferreira Pinto "*Nobre por si e por seu Avós*".

150 Sendo padrinhos o Padre Jorge Barbosa e Catarina Fernandes, de Vilela.

151 Vários membros da família foram justamente sepultados na matriz, na sepultura que está na parede, na terceira corrida ao ir da porta principal para cima, da parte direita.

152 Ano baseado nos anos que tinha quando morreu. Mas não encontrei este baptismo. Dos mesmos pais encontrei Adão, b. a 3.2.1606, ib, Verónica, b. a 12.12.1610, dois Domingos, nascidos em 1602 e 1613, e Maria, b. a 20.5.1617. João podia assim ter nascido em 1608 e ter falecido com 90 anos mais ou menos, como diz o seu óbito. A 12.6.1612, ib, foram crismados Maria e Adão, filhos de Domingos Duarte. A 18.10.1621, ib, foram crismados Domingos, João, Catarina e Verónica, filhos de Domingos Duarte. Domingos Duarte, o filho, portanto irmão de João Duarte, casou com Senhorinha João, das Quintãs, aí falecida viúva a 25.11.1674, deixando os seus bens móveis ao filho Domingos Duarte com a obrigação dos bens de alma. Este filho deve ser o Domingos Duarte, da Igreja, que faleceu viúvo a 10.6.1710, com 75 anos.

153 A 16.2.1617, ib, faleceu Catarina Gonçalves, de Coquêda, mãe de Domingos Duarte.

154 Domingos Duarte casou a 1ª vez com Francisca Neto, falecido na grande peste, com óbito de 8.9.1601, ib, que inclui muitas outras pessoas. Tiveram pelo menos Domingos, b. a 8.7.1600, ib.

155 Às vezes também aparece referido como Capitão Bernardo Ferreira.

156 Consta como capitão de Ordenança na habilitação da filha. A 16.2.1711 foram testemunhas em Paços o Capitão Baltazar Ferreira Pinto e seu filho o Capitão Bernardo Pinto Brandão, assinando ambos. Assim, como ele e o pai se documentam capitães ao mesmo tempo e Paços de Ferreira não teria duas companhias, é provável que tivesse inicialmente sido capitão de alguma freguesia vizinha e só após a morte do pai (1727) de Paços de Ferreira.

casa das Quintãs ou quinta da Torre, onde viveu de suas fazendas à lei da Nobreza.[157] N. a 16 e b. a 19.8.1685 pelo abade Manuel Pinto Brandão, seu tio, sendo pp os padres Jerónimo de Almeida Salgado e Gonçalo Ferreira, cura de Paços. Foi ele, ou seu pai, quem instituiu a capela da quinta da Torre ou casa das Quintãs. Em 1734, quando foi padrinho em S. Martinho de Carneiro, já vivia em Vila Chã do Marão, portanto na casa dita dos Brandão, onde viveu até morrer, pois no óbito é referido como Capitão Bernardo Pinto Brandão, de Vila Chã, pai do Reverendo Abade. Contudo, fal. a 8.6. 1754 em S. Martinho de Carneiro, onde estaria provisoriamente, pois morreu de ataque cardíaco ("*de hu estupor que logo o destituiu de todos os sentidos*") e onde tinha casas no lugar das Vendas, em que então estava, tendo por isso ficado sepultado na igreja de Carneiro. Além do óbito em S. Martinho de Carneiro também em Vila Chã o filho abade assentou o seu óbito, onde se diz que ficaram obrigados aos bens de alma a mulher e o filho e que teve três ofícios, o primeiro de 13 padres em Carneiro, e os outros de 69 padres em Vila Chã. Casou a 28.10.1711 em Monte Córdova (Santo Tirso) com *Domingas Gomes da Costa*, n. a 18 de Abril e b. a 1.5.1679, ib, e fal. a 9.3.1759 em casa de seu filho, em Vila Chã, filha de Manuel André, senhor do casal de Rotundo, ib, já defunto, b. a 24.2.1639, ib, e de sua mulher Maria António da Costa, b. a 6.2.1644, em Meixomil.

4.4.1. Bernardo Pinto Brandão, licenciado em Cânones pela UC (1738)[158], padre, em 1740 foi abade de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão e sua anexa de S. Martinho de Carneiro (Amarante), em sucessão a seu tio Agostinho Brandão, e nesta qualidade assinou a 28.2.1758 o depoimento sobre Vila Chã que integra as *Memórias Paroquiais*. N. a 5 teve os santos óleos a 14.8.1712 em Paços, sendo pp Bernardo de Lemos e Távora e sua irmã D. Luiza, da quinta de Varziela, pois fora baptizado em casa pelo Padre Paulo Brandão Pinto (seu tio) por estar em perigo de vida. Passou a abade reservatário em 1783 e fal. como tal a 8.7.1799, com 87 anos, sendo sepultado na capela-mor da matriz, dizendo o óbito que foi acompanhado à sepultura por 39 padres e os mesmos lhe fizeram o ofício de corpo presente. A 7.8.1745 teve de D. João V despacho sobre uma pendência que trazia na justiça, tento o rei nomeado desembargador para julgar a questão.[159]

4.4.2. Paulo Brandão Pinto, n. a 1 e b. a 6.3.1714, ib, pelo Padre Paulo Brandão Pinto, sendo pp António Gomes da Costa, da freguesia de Monte Córdova, e sua tia Francisca.[160] Fal. solteiro a 14.15.1760 em casa de seu irmão em Vila Chã do Marão.

4.4.3. D. Ana Maria Brandão, sucessora na casa das Quintãs, que em 1750 começa a ser referida como quinta da Torre.[161] N. a 13 e recebeu os santos óleos a 21.7.1715 pelo Padre Manuel Pinto Brandão, abade de Vila Chã (seu tio-avô), tendo sido b. em casa dos pais pelo Padre Paulo Brandão Pinto, das Quintãs (seu tio), que foi padrinho, sendo madrinha a irmã deste, Francisca, solteira das Quintãs. Foi habilitada pelo Santo Ofício para casar (5.7.1743). Fal. a 20.6.1779 na casa das Quintãs, sendo sepultada na sua capela. Casou a 17.2.1743 na Póvoa de Varzim (Nª Srª da Conceição), pelo abade reservatário de Vila Chã Agostinho Brandão, sendo a noiva representada por seu irmão o Doutor Bernardo Pinto Brandão, abade efectivo de Vila Chã, com *Francisco Félix Henriques da Veiga Leal*, tenente (1738) e capitão (1781) de Infantaria, governador da fortaleza da Póvoa de Varzim (13.5.1738, confirmado em 1752)[162], familiar do Santo Ofício (28.9.1736)[163], fidalgo da Casa Real[164], autor da interessante "*Noticia da Villa da Povoa de Varzim, feita a 24 de Mayo de 1758*"[165], que esteve matriculado em Leis na Universidade de Coimbra de 1731 a 1735[166], n. em 1714 em Sintra e fal. a 18.8.1795 nas Quintãs, sendo sepultado na sua capela, com 81 anos, deixando herdeiro seu filho José Rodrigo Brandão. Era filho do Bento Félix da Veiga, Tenente-coronel do Regimento do Porto, já fal. em 1743, b. na Sé de Coimbra, e de sua mulher D. Teresa Maria Henriques Leal, n. em Cascais e moradora em Sintra.

4.4.3.1. Francisco Diogo Henriques Brandão da Veiga Leal, que como Francisco Diogo Henriques Brandão consta como cadete de Artilharia da fortaleza da Póvoa de Varzim, assistente na quinta

---

157 Como se refere na habilitação da filha, onde nomeadamente se diz que teria 30.000 cruzados de rendas.

158 Matrículas, AUC.

159 CJV, 111, 30.

160 Referida como solteira, filha de Baltasar Ferreira e sua mulher Maria Duarte, das Quintãs.

161 Até 1750 é referida como das Quintãs. Mas no baptismo da filha Maria Bernarda já vem referida como "*moradora na sua quinta da Torre desta freguesia*". Embora no óbito volte a ser referia como das Quintãs, pelo que não é possível saber de quando data a designação de quinta da Torre, que na verdade pode ser muito anterior.

162 "*Archivo pitoresco*", Volume XI. [S.l.]: Castro Irmão & C.ª, 1868.

163 Habilitações, Francisco, mç. 56, doc. 1109. Era então solteiro e estudante na UC. A habilitação da mulher foi feita mais tarde.

164 Consta como "*Francisco Felix Henriques da Veiga, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Capitam de Infantaria reformado no governo da fortaleza de Nossa Senhora da Conceiçam da Villa da Povoa de Varzim, e de Dona Anna Maria Brandam, moradores na sua quinta da Torre da Freguesia de Santa Eullallia de Passos*" nomeadamente no casamento do filho José Rodrigo.

165 Vide "*Da Ermida da Mata à nova Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim*", de Deolinda Carneiro, in "*Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*", Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto 2006.

166 Matrículas, AUC. Referido como Francisco Félix Henriques da Veiga, de Sintra, teve anos suficientes para se formar, mas isso não vem indicado.

da Torre, em Paços de Ferreira, quando a 5.1.1775 testemunhou em Penafiel na justificação de nobreza de José António Sanches Brandão de Barbosa e Silva e de seu irmão o Padre Dr. Francisco Xavier Sanches Brandão, que a 1.7.1775 tiveram carta de armas para Silva, Brandão, Ferreira e Barbosa[167] e as mandaram colocar na capela da sua casa da Igreja, em Sanfins de Ferreira. N. a 5 e b. a 20.5.1744 na Póvoa de Varzim (Nª Srª da Conceição), sendo pp o tio Bernardo Pinto Brandão, abade de Stº Estêvão de Vila Chã, que o baptizou com licença do abade da Póvoa de Varzim, e D. Diogo de Souza, governador de Armas do Porto, vivendo então os pais na fortaleza desta vila. Viveu casado na casa de Sobrão, em Meixomil, onde fal. a 1.12.1797, dia o óbito que com 50 anos (na verdade 53). Casou a 29.7.1781 em Stª Eulália de Paços com *D. Bernardina Inez de Azevedo Moura*, n. na casa de Sobrão, depois também dita do Bispo, em Meixomil, irmã de D. Carlos de S. José de Azevedo Moura, que acompanhou D. João IV ao Brasil e veio a ser bispo da Guarda (25.7.1823), par do Reino, etc., e de Jerónimo de Azevedo Moura[168], escrivão e tabelião de Paços de Ferreira, senhor da dita casa de Sobrão, todos filhos do Dr. Manuel de Azevedo Moura (1719-1796), advogado, senhor da dita casa de Sobrão, onde fal. a 1.11.1796, com 77 anos, senhor do prazo do Casal do Loureiro, em Ferreira (1790), etc., e de sua mulher D. Ana Joaquina da Silveira, n. no Porto e fal. a 15.7.1788 em Meixomil, com 63 anos. C.g.[169]

4.4.3.2. D. Josefa Marcelina Brandão da Veiga, n. a 8 e b. a 19.3.1746 na Póvoa de Varzim (Nª Srª da Conceição), sendo pp Manuel de Almeida Beça, vedor-geral da cidade do Porto, e seu tio-avô o Padre Agostinho Brandão, abade reservatário de Vila Chã, que a baptizou, sendo então os pais moradores na rua da Ponte ao Castelo, no sítio da Junqueira. Fal. solteira na casa das Quintãs ou quinta da Torre a 19.9.1810, diz o óbito que com 60 anos mais ou menos (na verdade 64), sendo sepultada na sua capela.

4.4.3.3. José Bernardo Henriques Brandão da Veiga, alferes da 7ª Companhia do Regimento de Milícias da Maia (16.2.1829)[170], que a 26.4.1833, ainda aí alferes, doou 2.400 réis para o esforço de guerra de D. Miguel.[171] N. a 22 de Novembro e b. a 3.12.1747 em Stª Eulália de Paços pelo Padre Doutor Bernardo Pinto Brandão, abade de Vila Chã, seu tio, sendo pp o Padre Doutor Bernardo Pinto Brandão, comissário do Santo Ofício, morador em Meixomil (seu primo), e D. Ana Tereza de Araújo Veiga de Castro, por procuração que passou ao Padre Paulo Pinto Brandão (seu tio-avô, na verdade Paulo Brandão Pinto). Matriculou-se em Instituta na Universidade de Coimbra em 1761.[172]

4.4.3.4. D. Maria Bernarda Brandão, n. a 21 de Setembro e b. a 4.10.1750, ib, pelo Padre Doutor Bernardo Pinto Brandão, abade de Vila Chã, seu tio, sendo pp o Padre Bernardo Pinto Brandão, de Meixomil, e Micaela Josefa Brandão, religiosa em Stª Clara de Amarante, por procuração passada ao Padre Francisco Xavier Brandão, de Vila Chã. Fal. solteira na casa das Quintãs ou quinta da Torre a 21.2.1803, diz o óbito que de moléstia de reumatismo, tendo 55 anos (na verdade 52), sendo sepultada na sua capela.

---

[167] Cartório da Nobreza, livro particular, folha 62. José António Sanches Brandão de Barbosa e Silva e o Padre Dr. Francisco Xavier Sanches Brandão eram filhos do desembargador dr. Manuel Brandão da Silva e de sua mulher (casados a 2.9.1740 em Sanfins de Ferreira) D. Maria Barbosa de Leão, senhora da dita casa da Igreja; netos paternos de Simeão da Silva Ribeiro e sua mulher Maria da Ascensão Brandão, de S. Mamede de Negrelos; e netos maternos de Gervásio Ferreira de Leão, 1º senhor da dita casa da Igreja, que esteve no Brasil onde terá feito fortuna, e de sua mulher Maria Barbosa de Leão, ambos defuntos em 1740. Este é mais um caso típico das cartas de armas do séc. XVIII, que davam as armas dos nomes, sem mais investigação, num processo que basicamente correspondia à nobilitação. Contudo, dado que foi chamado a testemunhar Francisco Diogo Henriques Brandão, é possível que aquela Maria da Ascensão Brandão, já defunta em 1740 quando do casamento do filho, ainda fosse sua parente, embora não me pareça que fosse descendente do Capitão Pedro Ferreira Pinto e sua mulher Francisca Brandão. Na verdade, dado viver em S. Mamede de Negrelos, é bem possível que seja dos Souza Brandão da quinta de Xisto, em S. Tomé de Negrelos, muito bem tratados por Miguel Brandão Pimenta, descendentes de Fernão Brandão, irmão do abade Licenciado Braz Brandão Sanches. Talvez mesmo a Maria aí nascida em 1659. Mas podia também descender de qualquer dos outros filhos do Padre Agostinho Brandão, ou dos filhos de seus irmãos. Nomeadamente, pode descender do Domingos Ferreira Brandão e de sua mulher Maria de Araújo, que não casaram em Sanfins de Ferreira mas aí tiveram filhos baptizados entre 1614 e 1629. Este Domingos era necessariamente mais velho do que a Francisca Brandão casada com o Capitão Pedro Ferreira Pinto e podia ser seu primo-direito, filho de sua tia Juliana Brandão, que sabemos vivia viúva no couto de Cedarça em 1633. Neste caso, o desconhecido marido de Juliana Brandão seria Ferreira, sendo certo que ela só viveu na casa do Azydo em solteira e depois de viúva, com sua mãe, até à morte desta, de quem foi herdeira. Mas a casa do Azydo (ou Aydo) tinha já ficado para seu irmão, razão porque o seu óbito não consta em Sobrosa, bem assim como não constam nesta freguesia nem o nascimento de filhos nem o óbito do marido, pelo menos identificado como tal. É portanto de deduzir que Juliana Brandão tenha vivido casada noutra freguesia, onde lhe nasceram os filhos, se os teve, e para onde voltou após a morte da mãe e onde veio a falecer.

[168] Pai do Dr. Manuel de Azevedo Moura, advogado, licenciado em Direito pela UC (1843), cavaleiro da Ordem de Cristo, juiz de fora em Guimarães, capitão dos Voluntários Realistas, senhor da dita casa de Sobrão, também dita do Bispo, etc.

[169] Pais de: Francisco, n. a 28.10.1782 em Meixomil; José, n. a 19.10.1783, ib; António, n. a 26.9.1784, ib; Joaquim, n. a 11.11.1785, ib; D. Luiza, n. a 1.2.1787, ib (foi padrinho o Capitão Aniceto Pinto Brandão); outro José, n. a 7.9.1788, ib; António de Pádua, n. a 24.3.1790, ib; Florêncio, n. a 24.5.1794; e D. Ana, n. 16.7.1798, ib.

[170] "*As Ordenanças e as Milícias de Portugal*", Vol. 1, de Nuno Gonçalo Pereira Borrego.

[171] "*Gazeta de Lisboa*", nº 99, de 27.4.1833.

[172] Matrículas, AUC.

4.4.3.5. José Rodrigo Brandão da Veiga Leal, que foi herdeiro do pai, como se diz no óbito deste. N. a 1 e b. a 5.11.1753, ib, pelo Padre Paulo Brandão Pinto (seu tio-avô), sendo pp o Doutor Manuel Correa de Mesquita Barba, por procuração passada ao dito Padre Paulo Brandão Pinto, e o Doutor Rodrigo Coelho Machado Torres, juiz de fora em Vila do Conde. Fal. a 14.8.1797 em Vila Chã do Marão, onde viveu casado, sendo sepultado na matriz com um ofício de 43 padres. Casou 24.11.1782 em S. Tiago de Carvalhosa com *D. Bernardina Angélica de São José Leite*[173], n. na Póvoa de Varzim (Nª Srª da Conceição) e fal. a 15.3.1824 em Vila Chã do Marão. Era irmã do Padre João Bernardo Leite, abade de Vila Chã do Marão, e do Dr. Manuel Joaquim Leite, todos filhos de Manuel António Festas, já fal. em 1782, morador que foi na Póvoa de Varzim, e de sua mulher D. Maria Josefa Leite Ferreira, Dona viúva que em 1782 vivia em S. Tiago de Carvalhosa, irmã do Padre Dr. João José Leite Ferreira. C.g.[174]

4.4.3.6. D. Bernarda Micaela, n. a 22 de Outubro e b. a 2.11.1755 na capela da quinta da Torre, com dispensa do bispo do Porto, sendo pp Vicente da Silva, governador de Armas do Porto, e sua irmã D. Maria Micaela de França, assistente no convento de Aveiro, por procuração passada ao Padre Bernardo Pinto Brandão, de Meixomil. Fal. depois de 1785.

4.5. Paulo Brandão Pinto, padre, n. e b. em Setembro de 1689, como diz um assento feito a 11.10.1708, ib, a pedido do próprio, aí dito Paulo Ferreira, e por despacho do Doutor Provisor, por faltar o respectivo registo nos livros paroquiais. Foi vigário de S. Martinho de Carneiro de 1744 a 1751, sendo abade seu irmão Agostinho, e em 1753 vivia já na casa das Quintas ou quinta da Torre. Mas também aparece referido como Padre Paulo Pinto Brandão, embora assine sempre Paulo Brandão Pinto. Como Paulo Brandão Pinto é referido como estudante em 1705 e em 1715 é referido como Reverendo Paulo Brandão Pinto, das Quintãs, quando baptizou sua sobrinha Ana Maria. O vicariato de S. Martinho de Carneiro era anexo à abadia de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão, pelo que tinha apenas vigário, sob a supervisão do abade de Vila Chã.

4.6. Baltazar Ferreira Pinto, cujo assento de b. também terá ficado esquecido, era igualmente estudante em 1705. Talvez seja o Baltazar Ferreira que morreu preso na Relação do Porto, com óbito em Paços.

4.7. Francisco Xavier Brandão, padre, beneficiado na igreja de Stº Estêvão de Vila Chã do Marão, n. a 20 e b. a 25.5.1692 em Stª Eulália por Manuel Pinto Brandão, abade de Vila Chã, seu tio, sendo pp o Padre Agostinho Brandão Pinto, clérigo *in minoribus*, e Jerónima Duarte, mulher de Manuel Ferreira, das Quintãs. Como Francisco Brandão Pinto aparece em 1705 como estudante. Fal. a 23.5.1776 em Vila Chã, sendo sepultado na capela-mor da matriz, dizendo o óbito que era beneficiado e aí assistia há mais de 50 anos com seu irmão e seu sobrinho (o abade Bernardo Pinto Brandão, que fez o assento), e que deixou testamento, feito no escrivão Manuel Pereira da Silva deste concelho, ficando herdeiro o sobrinho Francisco Diogo Brandão.

Casa dos Brandão em Vila Chã do Marão, de que parece ter sido 1º senhor o abade Manuel Pinto Brandão (referido no nº 3.8.).

[173] Casou 2ª vez com José Ferreira Pinto de Vilhena, de Borba de Godim, c.g.

[174] Destes foram filhos: o Padre Francisco Félix Henriques Brandão da Veiga Leal, abade de Santo Estêvão de Vila Chã do Marão desde 1809 e "*amigo do vinho em algum excesso*", segundo testemunho de um visitador à sua paróquia em 1818; Bento Félix da Veiga, fal. solteiro a 26.8.1718 em Vila Chã do Marão; João, n. a 20.9.1786, ib; Padre João Diogo Henriques Brandão da Veiga, vigário de S. Martinho de Carneiro, n. a 29.10.1787 em Vila Chã e fal. a 12.3.1834, ib; D. Ana Bernardina Angélica, n. a 29.4.1789, ib, e fal. solteira a 23.5.1848, ib; D. Maria Lodovina Angélica, n. a 27.8.1690, ib, e fal. solteira a 23.10.1857, ib; José Bernardo Henriques Brandão da Veiga, n. a 15.2.1792, ib, e fal. solteiro a 23.11.1855; Manuel Joaquim, n. a 17.10.1793, ib; Bernardo, n. a 2.7.1795, ib; D. Matilde Leonor, n. a 28.4.1697, ib.

5 Maria Emília Pinto Brandão[175], b. a 1.3.1676, ib[176], crismada a 3.6.1682, ib, e fal. viúva a 1.10.1753 em Cête (Paredes), diz o óbito que com 70 anos mais ou menos (na verdade 77 anos), sendo sepultada no mosteiro de Cête, junto à porta do claustro, pegado à grade do altar do Santo Lanho. Casou a 10.1.1701 em Stª Eulália de Paços[177] com *Manuel Barbosa (de São Miguel)*, senhor da casa de Cima, na Várzea (Cête), onde n. a 18.9.1667 e fal. a 24.7.1723. Licenciado em Artes (Humanidades) pela Universidade de Coimbra (3.6.1699).[178] Era filho de Domingos Gonçalves[179], senhor da casa ou casal de Cima, na Várzea (Cête), onde n. a 29.10.1614, e de sua mulher (casados a 29.10.1657, ib) Domingas Barbosa (de São Miguel), que era filha de Sebastião Barbosa, senhor da casa do Pizão, na dita Várzea de Cête[180], onde n. a 27.10.1596 e fal. a 10.4.1657, e de sua mulher (casados em 11.9.1623 em Urrô) Isabel Fernandes de São Miguel[181], b. a 19.4.1594, ib. Sebastião Barbosa era irmão de Pedro Barbosa, que era estudante quando em 1608 foi padrinho em Cête, ambos filhos de Pedro Fernandes (Barbosa), senhor do dito casal do Pizão, na Várzea, onde n. cerca de 1564 e fal. a 28.9.1616, e do Casal de Enxerves, ib[182], prazo do mosteiro de Paço de Sousa que teve em dote de sua mãe[183], e de sua mulher (casados cerca de 1586, ib[184]) Maria Nogueira, fal. a 22.6.1651, ib; neto paterno de Pedro Fernandes, senhor do dito casal do Pizão, e de sua mulher Margarida Tomé (Barbosa), n. cerca de 1550, senhora do antedito prazo do casal de Enxerves, irmã de Gonçalo Tomé (Barbosa)[185], senhor da quinta da Aveleda; e neto materno de Gonçalo Nogueira, o Velho, senhor da casa da Nogueira, ib, onde fal. a 21.7.1600, e de sua mulher (casados cerca de 1572) Leonor Gonçalves, aí fal. a 14.12.1615, que em 1594 constam moradores no casal de Nogueira e senhores do prazo do Casal de Marelães, em S. Salvador de Galegos (Penafiel), que compraram a Francisco Garcia e sua mulher Isabel da Maia, e do prazo do Casal de Vessadas de Baixo, no lugar de Vau, em Paço de Sousa, que compraram a Belchior de Barros e sua mulher Francisca Gomes.[186] Este Gonçalo Nogueira, o Velho, foi pai de outro Gonçalo Nogueira[187], o Novo, que herdou a dita casa da Nogueira e casou a 16.9.1608 em Baltar (Paredes) com Isabel Fayão, fal. a 2.10.1663 em Cête, filha ilegítima de Afonso Fayão, abade de Baltar, com geração nos Meirelles Afonso Fayão e Bragança, da dita casa da Nogueira.

5.1. Ricardo Pinto Brandão, bacharel formado em Teologia pela Universidade de Coimbra[188], clérigo *in monoribus*, n. a 28 de Novembro e b. a 4.12.1701 em Cête, sendo pp seus tios Agostinho Brandão e Ângela Barbosa, mulher de Manuel de Seabra. Fal. a 9.10.1722, ib, diz o óbito que com 21 anos pouco mais ou

---

[175] Nos paroquiais coevos consta apenas como Maria Pinto, Maria Brandão Pinto e Maria Pinto Brandão.

[176] Sendo padrinhos a tia Vicência Ferreira Pinto Brandão e seu marido Pedro Dias, moradores na freguesia de Santiago de Carvalhosa.

[177] Foram testemunhas João Duarte Neto e seu filho Manuel Pinto Brandão.

[178] Matrículas, AUC.

[179] Filho de Francisco Gonçalves, senhor do dito casal, onde faleceu a 19.11.1659 (tendo-lhe seu filho Domingos Gonçalves mandado fazer 3 ofícios de 10 padres cada um) e de sua mulher (casados a 20.10.1613 em S. Cristóvão de Louredo) Catarina Duarte, falecida a 6.4.1672 em Cête, filha de Estácio Duarte, senhor do casal do Sobrado, em Louredo, onde faleceu viúvo a 30.3.1623.

[180] O Tombo de Paço de Sousa, referindo-se a seus pais Pedro Fernandes e Maria Nogueira, que viviam na mesma casa do Pizão, diz que moravam "*no lugar da Varzea, couto do Mosteiro de S. Pedro de Cepte, concelho de Aguiar de Sousa, freguesia de S. Vicête de Eriuo, concelho de Penafiel de Sousa*". Contudo, pelos paroquiais Verifica-se que a Várzea ficava na freguesia de Cete, concelho de Aguiar de Sousa. Possivelmente o casal do Pizão estendia-se às duas freguesias.

[181] Irmã de Agostinha de São Miguel, que casou a 21.4.1619 em S. Miguel de Urrô com Gonçalo Barbosa, senhor da quinta de Quintela, em Guilhufe, que era primo-direito de Pedro Fernandes, pai do Sebastião Barbosa casado com Isabel Fernandes de São Miguel. Agostinha de São Miguel e Isabel Fernandes de São Miguel eram filhas de Braz Fernandes de São Miguel, senhor da quinta de S. Miguel, em S. Miguel de Urrô, onde faleceu a 2.5.1633, e de sua mulher Isabel Pires, falecida a 4.8.1620, ib; e netas paternas de Afonso Fernandes de São Miguel, senhor da dita quinta, e de sua 1ª mulher Senhorinha Gonçalves. Braz Fernandes documenta-se filho de Afonso Fernandes de Sam Miguel quando este, juntamente com seu filho Braz Fernandes, foram testemunhas em 1597 em Urrô.

[182] O Tombo de Paço de Sousa diz que este casal "*he da freguesia de Sam Vicênte de Eriuo, concelho de Penafiel de Sousa, e está sito no couto do Mosteiro de Sam Pedro de Cepte, concelho de Aguiar de Sousa*".

[183] Tombo de Paço de Sousa (1594). Consta como Pedro Fernandes, casado com Maria Nogueira, moradores na Várzea. Diz o tombo que o casal, sito no couto do mosteiro de S. Pedro de Cete, era constituído por duas casas, uma cozinha, uma corte de bois, um palheiro, uma horta, uma vessada a que chamam a Carvalha, a devesa da Cancela, vários campos, leiras e lameiros, árvores de fruto e outras árvores, tudo cercado, que levará de semeadura 50 alqueires de pão, com o foro anual de 600 reais e duas galinhas. O prazo fora feito em 1ª vida a Margarida Tomé, viúva, mãe de Pedro Fernandes, a qual o passou em dote a seu filho e o teve em 1ª vida do procurador do bispo de Targa D. Manuel Santos, comendatário que foi de Paço de Sousa. Ora, como este comendatário faleceu em 1570, Margarida Tomé teve o prazo antes, provavelmente sendo ainda solteira, cerca de 1564, razão porque não é referido o marido nem este o teve em 2ª vida. Com efeito, se ela tivesse tido o prazo já casada, o costume era dar o prazo ao casal, em 1ª e 2ª vida a cada um.

[184] Os assentos de casamento de Cête começam em Fevereiro de 1587.

[185] Margarida Tomé, como se documenta no Tombo de Paço de Sousa, não podia deixar de ser irmã (e a mais velha, pois terá nascido cerca de 1550) dos vários filhos (naturais) de Tomé Barbosa, 1º senhor do prazo da quinta da Aveleda, que na mesma cronologia e geografia se documentam apenas com o patronímico Tomé, nomeadamente António Tomé, n. cerca de 1556, 1º senhor da quinta de Quintela, em Guilhufe, e Gonçalo Tomé, n. cerca de 1552, que sucedeu no prazo da quinta da Aveleda. Vide in *www.soveral.info/aatv/default.htm* o meu estudo sobre as "*Ascendências de Teixeira de Vasconcellos*", em Aditamentos.

[186] Tombo de Paço de Sousa (1594).

[187] Gonçalo Nogueira, o Novo, sendo referido como cunhado do antedito Pedro Fernandes, do Pizão, foi padrinho a 11.11.1594, ib, de um filho deste (Santos).

[188] Não encontrei a sua matrícula na Universidade de Coimbra mas vem assim referido no óbito.

menos, sendo sepultado no mosteiro de Cête, acima das grades, pegado ao altar do Nome de Deus.

5.2. Mariana Pinto Brandão, n. a 26 de Setembro e b. a 4.10.1703, ib, sendo pp Manuel de Seabra e Miranda (seu tio por afinidade) e sua filha Mariana de Seabra. Fal. solteira a 19.8.1771, na casa de Cima, na Várzea, diz o óbito que tinha 60 anos de idade mais ou menos (na verdade tinha 67 anos).

5.3. Teodósio Pinto Brandão, padre, cura de Stª Mª de Coreixas (Penafiel) e depois cura de Parada de Todeia (Paredes). N. a 14 e b. a 15.5.1706, ib, sendo pp Agostinho Brandão, cura da freguesia de Paços de Ferreira (seu tio materno), e Mariana de Seabra, desta freguesia (sua prima paterna). Fal. a 20.11.1793 na casa de Cima, na Várzea, diz o óbito que com "*perto de 90 anos*" (na verdade 87 anos), deixando herdeiro e testamenteiro seu sobrinho Aniceto Pinto Brandão e sendo sepultado no mosteiro de Cête, acima das grades, da parte do altar da Sª da Graça.

5.4. Micaela Josefa Brandão, freira no convento de Stª Clara de Amarante, n. a 15 e b. a 23.8.1709, ib, como Caetana, pelo Padre Pedro Correa de Carvalho, abade de Stª Eulália de Vandoma, sendo pp Bernardo[189], mancebo solteiro, filho do Capitão Bernardo Ferreira, da freguesia de Paços de Ferreira, e Maria, moça solteira, filha de Manuel Barbosa de Andrade e sua mulher Isabel Moreira, da Várzea desta freguesia. Fal. depois de 1745.

5.5. Bernardo Pinto Brandão, que segue no nº 6.

5.6. Francisco Xavier Brandão, padre, brevemente cura de Cête, n. a 12 e b. a 19.2.1716, ib, sendo pp Agostinho Soares, da Várzea (seu tio paterno por afinidade, casado com Águeda Barbosa), e Francisca Pinto, de Stª Eulália de Paços (tia materna).

[189] Seu primo Bernardo Pinto Brandão, futuro abade de Vila Chã.

6 Bernardo Pinto Brandão, senhor da casa de Cima, na Várzea (Cête), onde viveu solteiro[190] e desde 1755, depois de casado, morando no ínterim na quinta de Coreixas, em Stª Maria de Coreixas (Penafiel), que teve por sua mulher e onde lhe nasceram vários filhos. N. a 12 e b. a 15.2.1712, ib, sendo padrinhos seus tios Bernardo Pinto Brandão e sua mulher Domingas Gomes da Costa. Fal. a 1.9.1771, em Cête, diz o óbito que com 58 anos mais ou menos (na verdade 59 anos), sem testamento, sendo sepultado no mosteiro de Cête na sepultura nº 27. Fizeram-lhe três ofícios de 10 padres cada um. Casou a 25.2.1745 em Stª Mª de Coreixas com *Antónia Maria Moreira (Rebello Pereira)*[191], senhora da quinta de Coreixas, ib, onde n. a 13.6.1726, e que fal. viúva a 2.1.1792 em casa de sua filha Quitéria, ib, deixando obrigação de 3 ofícios de 10 padres cada um, mais 275 missas a 120 réis cada uma e esmolas de 1.440 réis.[192] Era filha única de João Ferreira Moreira, alferes[193], senhor da dita quinta de Coreixas, b. a 5.4.1671, ib, e fal. a 28.10.1733, ib, e de sua mulher (casados a 24.2.1721 em S. Miguel de Urrô) Ana Rebello Pereira[194], b. a 6.8.1684 em Urrô e fal. a 7.9.1770 em Cête[195], em casa de seu genro; neta paterna de Manuel Ferreira, n. em S. Vicente de Irivo (Penafiel) e fal. a 10.2.1709 na quinta de Coreixas[196], com três ofícios de 10 padres cada um e 1.500 réis de esmola, e de sua mulher Maria Moreira[197], fal. viúva a 5.4.1724, ib, com um ofício de 26 padres e 4 cruzados de esmola; e neta materna de Gonçalo Pereira, senhor da quinta da Fonte, em S. Miguel de Urrô (Penafiel), onde n. a 19.2.1637 e fal. a 18.10.1715, com três ofícios de 20 padres cada um, dando de obrada 2.400 reais, e de sua mulher Antónia Rebello Brochado[198], n. a 11.3.1652 em S. Miguel de Rans (Penafiel) e fal. a 12.1.1742 na quinta da Fonte, deixando obrigação de três ofícios de 10 padres cada um, mais 86 missas e uma esmola de 16 tostões (1.280 réis).

6.1. Francisco Xavier Brandão[199], padre, cura e pároco de Stª Mª Madalena (Paredes) desde 1777 até à data da sua morte, a 22.4.1810, ib, dizendo o óbito que teria 66 anos mais ou menos (na verdade 64), foi sepultado na capela-mor da matriz e fez testamento, no qual se mandou sepultar com as suas vestes sacerdotais, em caixão coberto de preto, sem galões, que seu corpo fosse acompanhado por 12 padres, aos quais deixava a esmola de 240 réis a cada um, e se fariam mais dois ofícios, deixando 140 missas por sua alma, 50 delas em altar privilegiado, mais 100 de bênçãos, de 120 reais cada, 30 pelas almas de seus pais de sua tia Mariana e 10 pela alma de seu irmão falecido no Brasil, todas em altar privilegiado, mais um terno de missas no Natal durante três anos, de 800 réis cada um, e um terno da mesma esmola por sua alma. N. a 2 e foi b. como Francisco José a 15.11.1745 em Coreixas, em casa, por estar em perigo de vida, pelo abade pensionário de Galegos Luiz Pereira de Souza, sendo pp João de Mendonça Barreto, abade efectivo de Galegos, e seu tio o Padre Francisco Xavier Brandão, com procuração da tia Micaela Josefa Brandão, freira no convento de Stª Clara de Amarante.

6.2. José Joaquim Pinto Brandão, capitão de Carvalhosa na Ordenança de Aguiar de Sousa (10.10.1799)[200], n. a 9 e b. como José Bernardo a 16.1.1747, ib, pelo cura de Coreixas Teodósio Pinto Brandão, seu tio, sendo pp o Padre Jerónimo de Stª Tereza Barreto, de Paço de Souza, e sua avó paterna, por procuração passada ao Capitão Jerónimo Borralho de Andrade.

6.3. Félix António Brandão, n. a 20 e b. a 29.9.1748, ib, pelo abade de Galegos João de Mendonça Barreto, sendo pp Félix António e sua mulher D. Gertrudes de Moraes, de Paço de Sousa. Sua mãe deixou em 1792 100 missas por sua alma, embora ainda estivesse vivo em 1797, sendo certamente o Félix António Brandão em que 1783 vivia na casa do Assento, em Paço de Sousa, certamente com seu irmão Diogo.

6.4. Diogo Xavier Pinto Brandão[201], n. a 5 e b. a 9.12.1749, ib, por seu tio o cura Teodósio Pinto Brandão,

---

190 A sua assinatura consta na fl. 2 do Misto 4 de Cête, quando ainda solteiro, testemunhou de um baptismo a 14.9.1743.

191 Filha única, nasceu 5 anos após o casamento tardio dos pais, tendo sua mãe quase 42 anos quando a teve.

192 Deixou testamento, nomeando testamenteiro o filho Diogo, no qual se mandou sepultar na matriz de Coreixas envolta no hábito de S. Bento. Deixou 800 réis para os ofícios de corpo presente, mais 640 réis para serem distribuídos pelos pobres da freguesia. Por sua alma deixou mais 125 missas em altar privilegiado, mais 100 missas por seu filho Félix, 40 missas por alma de sua mãe e 10 pela do marido, todas de 120 réis cada uma (envolvendo portanto a avultada verba de 33.000 réis).

193 Vem referido como Alferes João Ferreira no casamento dos netos. No próprio casamento consta como João Ferreira Moreira.

194 Irmã do Padre André Rebello Pereira e de Agostinho Pereira Rebello, capitão da Ordenança de Penafiel, que casou a 10.8.1717 em Mouriz com Catarina Moreira, filha de Jerónimo Ribeiro e sua mulher Ana Moreira.

195 Diz o óbito que só teve a extrema-unção, e mais nenhum sacramento, por estar "*totalmente privada do juízo*", tendo 95 anos pouco mais ou menos (na verdade tinha 86 anos), tendo-lhe sido feitos três ofícios de 10 padres cada um.

196 A quinta de Coreixas parece ter sido comprada aos herdeiros de Jerónimo Brandão Pereira, que aí faleceu solteiro a 2.8.1676.

197 Irmã do Padre João Moreira, aí falecido a 18.8.1718.

198 Filha de António Rebello, senhor da casa do Loureiro, em Rans, onde foi b. a 8.12.1608 como Manuel, crismado a 21.7.1613 e fal. a 26.7.1687, com 3 ofícios de 20 padres cada um, e de sua mulher Maria Brochado, aí fal. viúva a 29.3.1711, com 3 ofícios de 12 padres cada um e a obrada costumada; e neta paterna de Vicente Fernandes, senhor da dita quinta, onde fal. a 17.6.1616, e de sua mulher (casados a 19.7.1595 em Bustelo) Antónia Gaspar Rebello, filha de Gaspar Rebello e sua mulher Maria António, moradores na quinta de Cabanelas, ib. António Rebello e Maria Brochado casaram em 1644 (o 1º filho n. a 3.4.1645), mas não em Rans, pelo que ela era de outra freguesia, talvez de Gestaçô.

199 Também aparece como Francisco Xavier Pinto Brandão e Francisco Pinto Brandão.

200 "*As Ordenanças e as Milícias de Portugal*", Vol. 1, de Nuno Gonçalo Pereira Borrego.

201 Baptizado como Diogo Xavier, aparece contudo nos paroquiais apenas como Diogo Pinto Brandão.

sendo pp o Padre André Rebello, de S. Miguel de Urrô, e Rosa, solteira, filha do Capitão José da Rocha, desta freguesia. Foi testamenteiro de sua mãe, viveu em Coreixas e depois em Paço de Sousa, na casa do Assento, e fal. solteiro na casa de Cima, na Várzea (Cête) a 25.8.1822, deixando testamenteiros seu sobrinho o Padre Custódio (Custódio José Barbosa de Leão) e António Lopes Ferraz, morador na quinta de Verdeal (António Lopes Coelho Ferraz casado com sua sobrinha Maria Barbosa de Leão).

6.5. Aniceto Pinto Brandão, sargento-mor da Ordenança de Aguiar de Sousa, que segue no nº 7.

6.6. Quitéria Gertrudes Pinto Brandão, que viveu casada na casa da Carreira, em Coreixas, onde lhe nasceram os filhos, e depois também na casa da Guarda, em Cête. N. a 28 de Abril e foi b. a 6.5.1753 em Stª Mª de Coreixas pelo Padre Teodósio Pinto Brandão, seu tio, sendo pp Henrique de Souza e Miana Pinto, ambos solteiros de Paço de Sousa. Fal. viúva a 30.4.1793 na dita casa da Guarda. Casou a 16.5.1770 em Coreixas com *Manuel Gomes Soares*, senhor da casa da Carreira, ib, já viúvo[202], fal. a 16.10.1782, ib.

6.6.1. D. Ana Joaquina Pinto Brandão, sucessora na casa da Carreira, em Stª Mª de Coreixas, onde n. a 2.12.1771. Fal. viúva a 29.10.1844 na casa da Guarda, dizendo o óbito que os bens de alma serão feitos por seu filho Victorino conforme ficou na escritura de dote que ela e seu marido lhe fizeram. Acrescentando que as suas rendas vencidas no S. Miguel seriam também gastas em missas. Casou a 16.10.1792, ib, com *José Joaquim Álvares Moreira*, senhor da casa da Guarda, em Cete, onde n. a 9.9.1763 e fal. a 24.5.1837, irmão dos padres António José Moreira e Custódio José Moreira, todos filhos de Custódio Álvares e sua mulher Ana Moreira, moradores na dita casa da Guarda.

6.6.1.1. Maria, que n. morta a 12.11.1793 em Cête, sendo *enxopiada* (expiada) por seu tio o Padre Custódio José Moreira, que foi padrinho, juntamente com sua irmã Maria Joaquina.

6.6.1.2. Victorino José Álvares Moreira, senhor da casa da Guarda, onde n. a 29 de Maio e foi b. a 1.6.1797, pelo Padre Custódio José Moreira, seu tio paterno, sendo pp seus tio maternos Félix António e Maria, solteiros. Fal. em 1860, segundo averbamento no assento de baptismo. Casou a 3.10.1814 em Penafiel com *Ana Joaquina Teixeira dos Guimarães*, n. em Macieira (Lousada), filha de Manuel Mendes dos Reis (ou Mendes da Costa), de Macieira, e de sua mulher Maria Teixeira dos Guimarães; neta paterna de Manuel Mendes da Costa, de S. Tiago de Sarnedelo, e de sua mulher Catarina Josefa Ferreira de Mello, de S. João de Aião; e neta materna de Domingos Teixeira dos Guimarães e sua mulher Maria Tereza, da vila de Refontoura. Foram pais do Padre João Álvares Moreira Brandão, que tirou ordens menores no Porto a 23.11.1844[203], e de José Álvares Moreira Pinto Brandão, senhor da dita casa da Guarda, que vendeu em 1858, e foi casado com D. Isabel de Faria Allen, c.g.[204]

6.6.1.3. D. Maria Joaquina Moreira Pinto Brandão, n. a 8 e b. a 9.5.1799, ib, e fal. a 30.3.1879 em Fonte Arcada. Casou a 21.9.1818, ib, com o *Carlos José Moreira*, capitão do Regimento de Milícias de Penafiel, reformado em 1829[205], senhor da casa do Casal, em Fonte Arcada, filho de Carlos José Moreira e sua mulher Maria Angélica Álvares de Magalhães, moradores na dita casa do Casal. C.g. nos Avides Moreira.[206]

6.6.2. D. Maria, solteira em 1797.

6.6.3. Félix António Pinto Brandão, escrivão e tabelião do Juízo Ordinário do julgado de Paredes[207], senhor da quinta de Guerfeixe, em S. Vicente de Irivo (Penafiel), n. a 7.7.1776 em Coreixas. Casou a 12.9.1799 em Cête com *D. Ana Marcelina de Souza Soares*[208], filha do Dr. Carlos José Soares, senhor da casa de Valverde, em Gandarela (Cête), onde fal. a 18.4.1812, e de sua mulher D. Rita Clara de França; neta paterna de Manuel Soares, de Mouriz, e sua mulher Maria Coelho, de Cête; e neta materna de Agostinho Manuel de França, de Fânzeres (Gondomar), e de sua mulher Clara Rosa da Fonseca, de Cête. Foram testemunhas do casamento o Capitão Aniceto Pinto Brandão e José Joaquim Álvares Moreira.

6.6.3.1. José António Pinto Brandão, escrivão e tabelião do Juízo Ordinário do julgado de Paredes (17.5.1866)[209], n. a 9 e b. a 19.3.1801 em Cête, sendo pp o Padre Custódio Barbosa de Leão, seu primo, e Ana Joaquina, sua tia. Fal. solteiro a 25.11.1874 em Castelões de Cepeda.

---

[202] Casou a 1ª vez com Maria de Freitas de Oliveira, falecida a 27.1.1770, ib.

[203] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[204] Vide "*Os Braganças da Província do Minho*", Porto 1973, de D. Maria da Conceição de Menezes Pereira da Cunha e Dr. Elísio de Meireles Ferreira de Sousa, pág. 333 e seguintes.

[205] "*Gazeta de Lisboa*", nº 172, de 23.7.1829.

[206] Bisavós paternos do Dr. Manuel Carlos Avides Brandão Moreira (1907-1976), médico, senhor da casa do Casal, em Fonte Arcada (Penafiel), etc., casado com D. Maria Clotilde Raposo do Amaral de Viveiros, c.g. Vide "*Os Braganças da Província do Minho*", Porto 1973, de D. Maria da Conceição de Menezes Pereira da Cunha e Dr. Elísio de Meireles Ferreira de Sousa, pág. 341 e seguintes.

[207] Livro das distribuições do concelho de Aguiar de Sousa (1816-1825), I/94/4 - 2273 (mç. 29), ADP.

[208] Irmã de José Bernardino Soares de Souza e Francisco José Pedro Soares, que tiraram ordens menores no Porto a 25.1.1792 e 4.5.1803, respectivamente. Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[209] RGM, CLuizI, 16, 6v.

6.6.3.2. D. Margarida Pinto Brandão, fal. a 22.10.1884 em Guilhufe. Casou a 22.6.1858, ib, com *João Teixeira de Araújo e Silveira Queiroz*, senhor das casas do Carvalhal e da Gandra, em Guilhufe, onde n. a 31.12.1824 e fal. a 9.6.1887, filho do Major Gaspar Teixeira da Silveira, sargento-mor de Aguiar de Sousa (1823), e de sua mulher D. Maria Clementina Leite Cabral de Araújo. S.g.

6.7. Maria da Conceição Barbosa e Brandão, n. a 8 e b. a 15.12.1755, ib, sendo pp Simão Nunes e sua mulher Maria Barbosa, de Cête, e fal. a 2.12.1820, ib, com testamento feito de mão comum com seu marido. Foi co-herdeira da casa de Cima, na Várzea, onde viveu. Casou a 7.6.1774 em Parada de Todeia, por seu tio o Padre Teodósio Pinto Brandão, aí cura, com *Luiz Barbosa de Leão*[210], alferes[211], n. ib e fal. a 17.8.1827 em Cête, filho de Henrique Barbosa de Leão e de sua mulher (casados a 1.10.1736, ib) Clara Maria Barbosa da Silva, senhora da casa de Paços, em Parada de Todeia; neto paterno de Domingos Nunes Barbosa, da Várzea de Cête, e sua mulher (casados a 29.1.1690 em Parada de Todeia) Maria de Leão, b. a 7.5.1656, ib; e neto materno de Agostinho Barbosa da Silva, senhor da dita casa de Paços, e de sua mulher (casados a 12.12.1701, ib) Isabel da Rocha, da casa dos Chãos, ib.

6.7.1. Custódio José Barbosa de Leão, padre, presbítero secular, tirou ordens menores a 31.8.1793 no Porto.[212] N. a 29 de Março e b. a 3.4.1775 em Cête, sendo pp o tio materno Diogo Pinto Brandão e a tia paterna Custódia Barbosa. Foi testamenteiro de sua irmã Joana e de seu tio Diogo Pinto Brandão. Fal. a 15.4.1849, ib, sem testamento.

6.7.2. Clara Barbosa de Leão, n. a 28 de Novembro e b. a 4.12.1776, ib, sendo pp o Padre Francisco Xavier Brandão, tio materno, e Custódia Barbosa, tia materna. Fal. solteira a 10.5.1865, com 90 anos.

6.7.3. José Pinto de Leão, n. a 7 e b. a 9.9.1778, ib, sendo pp José Barbosa de Leão, tio paterno, e Tereza Maria Brandão, tia materna. Fal. a 16.10.1821 de congestão ("*repentinamente ao sair do Banho em S. João da Foz*"), com assento de óbito em Cête.

6.7.4. Joana Barbosa Brandão, n. a 29 de Agosto e b. a 6.9.1780, ib, sendo padrinho o tio Félix António Brandão. Fal. a 22.8.1827, ib, com testamento, ficando testamenteiro seu irmão o Padre Custódio Barbosa de Leão.

6.7.5. Bernardo, n. a 24 e b. a 26.10.1782, ib, sendo pp Bernardo Custódio (Nogueira Borges) e sua mulher Ana Maria Pinto Brandão, moradores em Paço de Sousa (tia materna). Terá fal. pouco depois de nascer.[213]

6.7.6. Bernarda Barbosa de Leão, n. a 7 e b. a 11.10.1784, ib, pelo Padre Francisco Xavier Pinto Brandão, seu tio, sendo pp o Padre Doutor Bernardo Álvares Coelho e sua sobrinha D. Maria Joaquina Coelho Brandão, mulher de Aniceto Pinto Brandão. Fal. solteira a 21.1.1855, ib, com testamento feito de mão comum com suas irmãs, dizendo o óbito que teria 65 anos (na verdade 70).

6.7.7. Rita Barbosa de Leão, n. a 2 e b. a 5.10.1786, ib, sendo pp seu tio José Barbosa e Maria Barbosa, sobrinha deste, ambos de Parada de Todeia. Fal. solteira a 23.3.1866, com 80 anos.

6.7.8. Ana Barbosa Brandão, n. a 12 e b.a 16.11.1788, ib, sendo pp o Capitão Aniceto Pinto Brandão e sua sobrinha Ana Maria Brandão, da freguesia de Coreixas. Fal. solteira a 29.12.1829 na casa de Cima, com testamento feito de mão comum com suas irmãs, deixando obrigação de 150 missas por sua alma.

6.7.9. Maria Barbosa de Leão, n. a 31.12.1790 e b. a 5 de Janeiro seguinte, ib, sendo padrinho Diogo Pinto Brandão, solteiro, morador em Coreixas (seu tio materno), e testemunhas o Capitão Aniceto Pinto Brandão (seu tio materno) e Carlos Moreira, ambos de Cête. Viveu casada na casa do Verdeal, onde fal. a 28.8.1847. Casou a 18.11.1819, ib, com *António Lopes Coelho Ferraz*, médico[214], senhor da casa do Verdeal, ib, onde n. a 13.12.1773 e fal. a 23.6.1848, deixando obrigação de 390 missas, 150 por sua alma, outras tantas pela alma de sua mulher, 30 pelas almas de seus pais e 40 pelas almas de seus irmãos falecidos. Ficou testamenteiro seu filho o Padre Agostinho Lopes Coelho Ferraz. Era filho de outro António Lopes Coelho Ferraz, senhor da dita casa do Verdeal (por compra a Manuel João), onde ele fal. viúvo a 9.4.1831, ficando testamenteiro o dito seu filho, e de sua mulher Tereza Moreira Barbosa[215], da casa de Moreira, ib, n. a 14.1.1739, ib, e fal. a 4.8.1825, ib.

6.7.9.1. Agostinho Lopes Coelho Ferraz, padre, abade de Baltar e Meinedo, tirou ordens menores no Porto a 6.11.1840.[216] Foi testamenteiro de seu pai. N. a 3 e b. a 5.9.1820 em Cête por seu tio o Padre Custódio Barbosa de Leão, sendo pp seu tio-avô Diogo Pinto Barbosa e sua tia Clara

---

[210] Também aparece como Luiz Barbosa Nunes de Leão, nomeadamente no casamento.

[211] Referido com tal nas inquirições *de genere* do filho e dos netos.

[212] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[213] Como acontece em outras freguesias, nesta época ainda não se faziam assentos de óbitos para os chamados inocentes ou anjinhos.

[214] É referido como médico no óbito de seu filho Padre Agostinho Lopes Coelho Ferraz. Mas coevamente não consta como tal e essa informação é dada 50 anos após a sua morte. Segundo outras informações foi cirurgião.

[215] Vide "*Os Bragança da Província do Minho*", Porto 1973, de D. Maria da Conceição de Menezes Pereira da Cunha e Dr. Elísio de Meireles Ferreira de Sousa, pág. 353 e seguintes.

[216] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

Barbosa de Leão. Fal. a 14.6.1898 na casa do Verdeal.

6.7.9.2. José Lopes Coelho Ferraz, padre, abade de S. Martinho do Campo e reitor de S. Tiago de Riomeão (Vila da Feira), tirou ordens menores no Porto a 8.11.1843.[217] N. a 26 e foi b. a 27.10.1821, ib, sendo pp o avô paterno e a tia Ana, filha deste.

6.7.9.3. Luiz Barbosa de Leão Coelho Ferraz, n. a 2 e b. a 4.1.1824, ib, sendo pp os tios Pe Custódio Barbosa de Leão e Joana Barbosa. Sucedeu na casa do Verdeal, onde viveu. Casou 8.8.1854, ib, com *Carlota Cândida Teixeira*, n. em 1637 em S. Martinho de Milhundos (Penafiel) e fal. a 17.3.1893, na dita casa do Verdeal, com 56 anos, filha de Victorino Teixeira e sua mulher Tereza da Silva. C.g.[218]

6.7.9.4. António, n. e b. a 26.12.1825, ib, sendo pp o avô paterno e a tia Maria, filha deste. Fal. em 1828, com 3 anos de idade.

6.7.9.5. Ana Barbosa de Leão, n. e b. a 14.2.1828, ib, sendo pp os tios Agostinho Barbosa de Leão e Ana Barbosa. Fal. solteira.

6.7.9.6. Maria Barbosa de Leão, n. a 2 e b. a 3.9.1830, ib, sendo pp os tios Padre Custódio José Barbosa de Leão e Rita Barbosa. Fal. viúva a 25.4.1900 em Parada de Todeia, onde viveu casada. Casou a 19.2.1852 em Cête com *Manuel Barbosa de Leão*, "*honrado e modesto lavrador*"[219], senhor da casa do Fundo, em Parada de Todeia, filho de Manuel Barbosa e sua mulher Custódia Maria Barbosa. C.g. Destes foi filho, entre outros, D. António Barbosa Leão (1860-1929), n. em Parada de Todeia, que tirou ordens menores no Porto a 31.3.1884[220] e foi bispo do Porto de 1919 até à sua morte.

6.7.9.7. Bernardina Barbosa de Leão, n. a 19 e b. a 20.3.1834, ib, por seu tio o Padre Custódio Barbosa de Leão, sendo pp seu irmão Agostinho e sua tia Bernarda, solteira. Fal. solteira a 8.1.1852 na casa de Verdeal.

6.7.10. Agostinho Barbosa de Leão, n. a 21 e b. a 26.5.1793, ib, sendo pp seus irmãos Custódio Barbosa de Leão e Clara Barbosa de Leão. Viveu na casa de Cima, na Várzea, e fal. a 26.4.1841 em Penafiel, com óbito em Cête. Casou a 13.1.1839, ib, com *D. Clara Maria Rodrigues Moreira da Silva*[221], n. a 23.12.1801 em Paço de Sousa e fal. viúva a 23.4.1856 em Cête, diz o óbito que teria 56 anos, com três ofícios de 30 padres. Era filha de João Rodrigues Moreira, 5º senhor da quinta de Vales de Cadeade, em Paços de Sousa, e de sua mulher Tereza Maria Lopes Pereira.

6.7.10.1. Agostinho Barbosa de Leão, n. a 17.8.1842, ib, e por estar em perigo de vida foi b. em casa no dia seguinte por seu tio o Padre Custódio Barbosa de Leão, que foi padrinho. Fal. solteiro a 25.8.1874, ib, referindo o óbito que era proprietário, de 33 anos, e deixou testamento.

6.7.11. Luiz, n. a 4 e b. a 6.10.1795, ib, sendo pp seu irmão José Pinto e sua prima Ana Angélica, de Parada de Todeia, e testemunha seu tio o Capitão Aniceto Pinto Brandão. Julgo que fal. novo.

6.7.12. Rosa, n. a 7 e b. a 9.9.1798, ib.

6.8. D. Rosa Floriana Pinto Brandão, n. a 17 e b. a 21.12.1758 em Cête, sendo pp seu tio o Padre Teodósio Pinto Brandão e seu irmão Francisco, viveu solteira na casa de Cima, na Várzea, onde fal. a 29.1.1812, sendo sepultada na capela de Nª Sª do Vale, ib.

6.9. Tereza Maria Barbosa Brandão[222], n. a 3 e b. a 8.4.1760, ib, sendo pp o Padre Custódio João Borges, cura de S. Martinho de Parada de Todeia, e sua irmã Ana Maria Barbosa, mulher de Manuel Nogueira Barbosa, da mesma freguesia. Fal. viúva a 2.6.1846 na casa de Paços, dizendo o óbito que tinha 90 anos mais ou menos (na verdade 87), sendo sepultada na matriz na sepultura que está na parede, na terceira corrida ao ir da porta principal para cima, da parte direita, e tendo seu filho Aniceto mandado fazer três ofícios de 33 padres. Casou a 11.2.1779 em Parada de Todeia com *José Barbosa de Leão*, senhor da casa de Paços, em Parada de Todeia, onde fal. a 15.1.1826, com 80 anos mais ou menos. Era irmão mais velho de seu concunhado Luiz Barbosa de Leão, referido acima.

6.9.1. Ana Barbosa de Leão, n. a 14 e b. a 17.11.1779 em Parada de Todeia, sendo pp o tio materno Aniceto Pinto Brandão e a tia paterna Custódia. Fal. solteira a 30.6.1857, ib, diz o óbito que tinha 80 anos mais ou menos (na verdade 77).

---

[217] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[218] Destes foi bisneto por varonia o Dr. Victorino Manuel Leão (1922-2002), médico fundador do Hospital S. João (Porto), exercendo as funções de director do serviço de pessoal, médico fundador do serviço de urgência da Casa de Saúde da Boavista, vereador da Câmara Municipal do Porto (1960-8), etc., casado com D. Maria Madalena de Freitas da Cunha Teixeira, c.g. Vide "*Os Braganças da Província do Minho*", Porto 1973, de D. Maria da Conceição de Menezes Pereira da Cunha e Dr. Elísio de Meireles Ferreira de Sousa, pág. 357.

[219] Vide "*Monografia de Paredes*", Porto, 1922, de José do Barreiro (pseudónimo do Dr. José Correa Pacheco de Portocarrero, senhor da casa do Barreiro, na Madalena, Paredes).

[220] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[221] Irmã de D. Custódia Maria Cândida Lopes Moreira da Silva casada com o Brigadeiro Bernardo Coelho Pinto Brandão, e do Dr. António Rodrigues Moreira casado com D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão, referidos no nº 7.5.

[222] Nome com que consta no casamento. Mas também aparece como Tereza Maria Brandão e Tereza Maria Pinto Brandão.

6.9.2. Aniceto Barbosa de Leão, n. a 14 e b. a 16.6.1782, ib, sendo padrinho o tio Félix Pinto Brandão, então morador na casa do Assento, em Paço de Sousa, e testemunhas os tios Padre Teodósio Pinto Brandão, que o baptizou, e Aniceto Pinto Brandão. Foi senhor da casa de Paços e casou com *Custódia Barbosa da Silva*, fal. a 3.12.1857, ib, com 80 anos. Foram pais de David Barbosa de Leão.

6.9.3. Bernardina, n. a 5 e b. a 20.4.1785, ib, sendo madrinha a avó materna.

6.9.4. José Joaquim Barbosa de Leão, n. a 6 e b. a 8.1.1787, ib, sendo pp José Barbosa de Leão e sua irmã Maria Barbosa, de S. Martinho de Parada de Todeia (primos paternos). Fal. solteiro na casa de Paços a 15.11.1861, diz o óbito que com 73 anos (na verdade 74), mandando-lhe fazer os bens de alma seu sobrinho (David) Barbosa de Leão.

6.10. Manuel, n. a 4 e b. a 5.9.1761, ib, sendo pp seus tios o Padre Teodósio Pinto Brandão, cura de Stª Mª de Coreixas, e Mariana Pinto. Deve ser este (ou seu irmão Antonio, referido adiante) o que faleceu no Brasil antes de 22.4.1810, pois o Padre Francisco Xavier Brandão deixou 10 missas por alma de seu irmão falecido no Brasil, não nomeado.

6.11. Ana Maria Pinto Brandão, n. a 8 e b. a 14.2.1762, ib, sendo pp o Padre Manuel José Machado de Miranda, abade encomendado de Stº André de (…) e seu irmão Caetano António, da Várzea. Viveu casada em Paço de Sousa. Casou a 22.10.1781 em Cête com *Bernardo Custódio Nogueira Borges*, senhor da casa de Lamas, em Paço de Sousa, filho de João Nogueira Borges e sua mulher Luiza Coelho de Magalhães, senhores da dita casa.

6.11.1. Félix, n. a 11 e b. a 14.9.1782 em Paço de Sousa, sendo padrinho Félix António Brandão, do Assento desta freguesia (seu tio).

6.11.2. Francisco, n. a 3 e b. a 10.5.1784, ib, sendo pp os tios Padre Francisco Xavier e Quitéria Gertrudes.

6.11.3. Maria, n. a 26 e b. a 28.6.1786, ib, sendo pp seus tios o Padre Teodósio Pinto Brandão e Tereza Maria Brandão, casada, de Paços, freguesia de Parada. Foram testemunhas os tios Félix António Brandão e Aniceto Pinto Brandão.

6.11.4. Joaquina, n. a 18 e b. a 20.8.1788, ib, sendo pp o Capitão Aniceto Pinto Brandão (seu tio) e Ana Joaquina, de Coreixas (sua prima).

6.11.5. Joaquim, n. a 17 e b. a 21.6.1790, ib, sendo pp seus tios Diogo Pinto Brandão (seu tio) e Ana Joaquina, solteira de Coreixas (sua prima).

6.11.6. José, n. a 22 e b. a 24.3.1792, ib, sendo padrinho seu irmão Félix.

6.12. António, n. a 3 e b. a 8.6.1766, ib, sendo pp seus irmãos José e Quitéria.

Casa do Outeiro de Além, em Mouriz, e sua capela de Nª Sª da Livração, instituída em 1766.

7. Aniceto Pinto Brandão, sargento-mor de Aguiar de Sousa[223], major[224], capitão[225], etc., senhor da casa de Cima, na Várzea (Cête), onde lhe nasceram os filhos. N. a 3 e foi b. a 11.8.1751 em Stª Mª de Coreixas[226], e fal. a 17.12.1824 na casa do Outeiro, que teve por sua mulher, sendo referido no óbito como major.[227] Casou a 23.10.1782 na capela da dita casa com *D. Maria Joaquina Coelho de Souza*[228], 5ª senhora da casa do Outeiro d'Além e capela de Nª Sª da Livração por nomeação do pai[229], onde n. a 24 e foi b. a 28.3.1759[230] e fal. viúva a 9.2.1846. Era irmã do Padre Bernardo António Coelho de Souza, que a 25.5.1790 tirou ordens menores no Porto[231], e do Padre José Bernardo Coelho de Souza[232], todos filhos do Dr. António José Coelho de Souza[233], juiz e advogado em Mouriz, 4º senhor da antedita casa do Outeiro, onde em 1766 instituiu a capela de Nª Sª da Livração, onde n. a 18.7.1719[234] e fal. a 26.7.1776, e de sua mulher (casados a 2.6.1755 em Cête) Custódia Maria Álvares Coelho[235], n. a 25.1.1727 em Cête[236] e fal. viúva a 1.1.1808 na casa do Outeiro[237], irmã do Padre Doutor Bernardo Álvares Coelho[238]; netos paternos de Manuel de Souza Delgado, 3º senhor da casa do Outeiro

---

223 Aparece referido como tal nomeadamente no casamento de sua filha D. Maria Tomásia, em 1826, tinha já falecido. Deve ter exercido o cargo entre João Leite de Bragança, nomeado a 13.7.1793, e Gaspar Teixeira da Silveira Queiroz, nomeado a 21.8.1823 (sogro de uma sua sobrinha-neta). Antes foi certamente capitão de Cête (3ª Companhia) na mesma Ordenança.

224 Aparece como tal pelo menos de 1821 a 1824, ano da sua morte.

225 Já aparece como tal em 1783 pelo menos até 1799. Em 1787, sendo referido como capitão, foi padrinho em Meixomil de uma filha de seu primo Francisco Diogo Henriques Brandão da Veiga.

226 Baptizado pelo tio Teodósio Pinto Brandão, cura de Stª Mª de Coreixas, sendo padrinhos o Padre Manuel da Silva, de S. Vicente de Irivo, e Antónia Maria Bernarda, filha do Capitão José da Rocha, desta freguesia.

227 Diz o óbito que o Major Aniceto Pinto Brandão teria 73 anos e sua mulher ficou obrigada aos bens de alma, que foram três ofícios, o 1º de 30 padres e os outros de 10 padres cada um, dando de oferta meia moeda de ouro para o corpo presente.

228 No assento do seu casamento aparece como Maria Joaquina Álvares Brandão Coelho, mas é seguramente erro do padre, não tendo ela ascendência Brandão nem tendo usado Álvares. Nos restantes assentos, nomeadamente no baptismo dos filhos, consta como D. Maria Joaquina Coelho e apenas D. Maria Joaquina. No seu óbito consta com D. Maria Joaquina, viúva que ficou do Major Aniceto Pinto Brandão, de idade de oitenta e nove anos mais ou menos (na verdade com quase 87). No óbito do marido e no casamento da filha D. Maria Emília consta como Dona Maria Joaquina Coelho Brandão, mas este Brandão era necessariamente pelo marido. No casamento da filha D. Bernardina Angélica consta como D. Maria Joaquina Coelho de Souza, certamente o seu verdadeiro nome.

229 Diz o óbito do Doutor António José Coelho de Souza que ele tinha 60 anos mais ou menos (na verdade 57) e que fez testamento, nomeando nele seus bens em primeiro lugar a sua filha Maria, com obrigação de pagar suas dívidas e dar a seus irmãos o que lhes tocar, bem como casar conforme a vontade de sua mãe e tios, caso contrário nomeava seu filho José, e ainda com a obrigação de lhe mandar fazer os bens de alma, mais 150 missas para si e outras 150 por sua mulher, quando esta falecer, ficando esta curadora dos filhos.

230 Foram padrinhos de baptismo seus tios maternos, o Licenciado Bernardo Álvares Coelho e sua irmã Ana Maria.

231 Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*". Neste livro há lapso, constando como pai o avô. O Padre Bernardo António Coelho de Souza n. a 11.3.1766 em Mouriz e fal. a 30.10.1854, ib, com 88 anos (o óbito diz erradamente 93). Viveu na casa do Outeiro.

232 O Padre José Bernardo Coelho de Souza foi b. a 6.10.1761, ib, e viveu na casa do Outeiro. Eram ainda irmão de Manuel José, n. a 9.1.1757, ib, e de Rita, n. a 20.9.1764, ib, que julgo terem falecido crianças.

233 Também aparece como Lic. António José de Souza, Lic. António José de Souza Coelho e Lic. António José Coelho.

234 Sendo b. a 23. Foram padrinhos António Álvares, filho de Domingos Álvares, da freguesia de Campanhã (Porto), e D. Clara, mulher de Luiz Coelho de Lemos, sendo testemunhas o Padre João Coelho, da Lama, e Hipólito Barreto de Moraes.

235 Nos paroquiais aparece também como Custódia Maria Coelho e até apenas como Custódia Álvares.

236 Baptizada a 13, sendo padrinho o Sargento-mor Hipólito de Moraes Barreto.

237 No seu óbito diz-se que teria 80 anos, e sua filha e genro ficaram obrigados aos bens de alma, os quais mandaram fazer 3 ofícios de 10 padres cada um, deram de oferta ao corpo presente meia moeda de ouro e mandaram rezar mais 150 missas, conforme constava no testamento do marido, Doutor António José Coelho de Souza.

238 N. a 9.8.1722 em Cête (teve um irmão homónimo n. a 6.9.1720, ib, que fal pouco depois) e fal. a 22.12.1810, ib, com 88 anos e testamento no tabelião do couto de Cête. Em 1759 aparece como Licenciado Bernardo Álvares Coelho quando é padrinho de sua sobrinha. Em 1782 consta como Bernardo Álvares Coelho, como assina no assento de casamento desta sobrinha, onde é tratado como Reverendo Doutor Padre Bernardo

d'Além, onde n. a 1.9.1682, e de sua mulher (casados a 23.9.1714 em Castelões de Cepeda) Luiza Clara da Cruz Coelho de Oliveira[239]; e netos maternos de Custódio Nunes Coelho[240], senhor da quinta de Além, em Conde foi b. a 1.5.1689 e fal. a 15.7.1765, alferes da Ordenança de Aguiar de Sousa e escrivão e tabelião (proprietário) do Público, Judicial e Notas do concelho de Aguiar de Sousa em sucessão a seu pai (14.1.1749)[241], e de sua mulher (casados a 10.2.1719 em Cête) Maria Álvares Teixeira.[242] Aquele Manuel de Souza Delgado[243] era filho de João de Souza Delgado 2º senhor da casa do Outeiro d'Além, onde n. cerca de 1641 (falta o assento mas deve ser um incompleto de 4.2.1641) e fal. a 5.12.1721 com 2 ofícios de 31 padres, e de sua 1ª mulher (casados a 11.2.1680 em Mouriz) Ana Ferreira[244], da casa da Lama, em Mouriz, fal. a 28.2.1703, ib, com dois ofícios de 40 padres; e bisneto de Agostinho de Souza Delgado[245], 1º senhor da casa do Outeiro d'Além, onde fal. a 21.9.1656 com obrigação de cinco ofícios de 48 padres, n. cerca de 1573 em Beire, e de sua mulher (casados a 10.12.1618 em Mouriz) Maria Dias, n. cerca de 1600 e fal. a 7.4.1666 na casa do Outeiro d'Além.

7.1. D. Ana Rita, n. a 21 e b. a 24.9.1783 em Cête pelo Pe Francisco Pinto Brandão, cura da Madalena, seu tio, sendo pp o Pe Doutor Bernardo Álvares Coelho, seu tio-avô materno, e Félix António Brandão, tio paterno.

7.2. D. Bernardina Josefa Angélica Pinto Coelho Brandão[246], n. e b. a 21.7.1785, ib, pelo Padre Teodósio Pinto Brandão, cura de Parada, seu tio, sendo padrinho o Padre Francisco Xavier Brandão, cura da Madalena, também seu tio. Fal. a 25.10.1825 na casa de Cristelo. Casou a 5.8.1823, ib, com *José Caetano Barbosa e Andrade*[247], capitão de Cête (3ª Companhia) na Ordenança de Aguiar de Sousa (23.1.1830, depois de ser alferes)[248], senhor da casa de Cristelo, em Cête, n. a 12.5.1785, ib, e fal. a 4.2.1846, ib, nomeando testamenteiro seu sobrinho António. Era filho de Tomaz António Barbosa de Andrade, capitão de Cête (3ª Companhia) na Ordenança de Aguiar de Sousa (3.7.1805)[249], senhor da quinta do Vilar, em Cête, fal. a 17.4.1826, ib, e de sua mulher Tomásia Antónia de Barbosa. S.g.

Alves Coelho. Licenciado em Teologia em 1743 (Matrículas, AUC).

[239] Aparece nos paroquiais em geral apenas como Luiza Coelho e casou como Luiza da Cruz Coelho. Era filha de João Coelho, morador na casa de Paredes, em Castelões de Cepeda, e de sua mulher (casados a 3.6.1674, ib, pelo beneficiado Manuel de Oliveira Ramos, presbítero) Maria de Oliveira, filha de Domingos (Garcia) e sua mulher Grácia de Oliveira. João Coelho era filho de Manuel Simão e sua mulher Catarina Coelho, sendo esta filha de Gaspar Coelho, senhor da casa de Paredes ou da Igreja, ib, sua mulher Maria Pedro. Vide o meu estudo "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*", nota nº 61.

[240] Filho sucessor de João Coelho Furtado (nome que assina, embora também apareça chamado apenas João Furtado), escrivão e tabelião (proprietário) do Público, Judicial e Notas do concelho de Aguiar de Sousa, b. a 16.4.1651 em Mouriz, senhor da quinta do Coelho, em Cête, onde fal. a 3.1.1727, e de sua mulher (casados a 25.11.1684 em Cête) Isabel Nunes (da Cunha); neto paterno de João Furtado, n. cerca 1614 em Mouriz e fal. em Cête depois de 1683 (irmão de Marta Furtado, referida na nota nº 244) e de sua mulher (casados a 22.1.1641, ib) Maria Coelho de Meirelles, b. a 28.9.1614 em Cête e fal. a 2.11.1683 na quinta do Coelho, ib. Esta era filha de Manuel Coelho, senhor da dita quinta do Coelho, onde n. cerca de 1586 e fal. depois de 1666, e de sua mulher Maria Coelho de Meirelles, n. cerca de 1587 em Mouriz e fal. a 20.8.1666 na quinta do Coelho, sendo esta filha do Dr. Roque Coelho, médico em Arrifana de Sousa (hoje Penafiel), que também viveu em Mouriz, e de sua mulher Maria de Meirelles Barbosa; e neta paterna de outro Roque Coelho, tabelião do público, judicial e notas do julgado de Aguiar de Sousa (17.12.1555 - CJIII, 57, 328) e escrivão das sisas deste concelho (1556 - CJIII, 57, 333v), tudo em sucessão ao pai, e de sua mulher Beatriz de Moura, fal. viúva a 17.11.1595 em Mouriz. Ver o que sobre estes digo em "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*" e nas "*Reflexões sobre a origem dos Rocha, dos Aguiã, dos Calheiros e dos Jácome*".

[241] RGM, CJV, 38, 488v. Na propriedade deste ofício sucedeu a 8.7.1766 (RGM, CJosel, 20, 143) sua filha Antónia Josefa Álvares Coelho, a qual teve dele confirmação a 11.3.1772 (RGM, CJosel, 25, 157). Esta Antónia Josefa casou a 7.1.1773 em Cête com António José Soares, n. em Stº Adrião de Canas de Duas Igrejas, que por ela foi escrivão e tabelião (proprietário) do Público, Judicial e Notas do concelho de Aguiar de Sousa e fal. viúvo a 23.5.1825 em Cête.

[242] Ou Maria Teixeira Álvares, como também aparece, ou ainda Maria Teixeira da Conceição e Maria da Conceição. Era filha legitimada do Capitão Manuel Álvares de Souza, capitão da Ordenança em S. Tiago de Carvalhosa, e de Margarida de Oliveira, moradora em Cête.

[243] No assento de casamento vem mal referido como filho de Manuel de Souza Delgado e sua mulher Ana Ferreira, defunta. Mas o pai era João de Souza Delgado, como consta no b. do filho e nos próprios assentos do seu casamento e óbito.

[244] Filha de Domingos Ferreira, senhor da casa da Lama, e de sua mulher (casados a 11.6.1645, ib) Marta Furtado, b. a 10.11.1623 em Mouriz (irmã do João Furtado referido na nota nº 240); neta paterna de Manuel João e de sua mulher Isabel Dias (Ferreira), de Mouriz; e neta materna de João Furtado, n. cerca de 1588 em Alfena (Valongo) e fal. a 28.10.1650 em Mouriz, onde viveu casado no casal da Estrada da Igreja, e de sua mulher (casados a 8.5.1612, ib) Isabel Diogo, de Mouriz. João Furtado era filho de Frutuoso Fernandes, natural de Alfena, e sua mulher Maria João (Furtado), n. cerca de 1570 em Mouriz, filha de João Furtado e neta de Afonso Furtado (Vide "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*"). Aquela Isabel Dias (Ferreira) era irmã de Domingos, b. a 17.2.1588 em Mouriz, ambos filhos de Diogo Ferreira e sua mulher Madalena Gonçalves, moradores da quinta da Bouça, em Mouriz.

[245] Casou como Agostinho Fernandes e desde o baptismo do 1º filho aparece sempre como Agostinho de Souza ou Souza Delgado. Era filho do abade de Beire Francisco de Beça, havido na sua juventude em Grácia Fernandes, moça solteira. Alão (Delgados de Sousa, do Porto) chama Manuel de Beça a este Francisco de Beça, que se documenta de facto abade de Beire no Tombo de Paço de Sousa (1593), onde aparece com o prazo da quinta das Lageas, em Milhundos (Penafiel), que comprara a António de Escovar Vieira, viúvo, e Violante Lopes, viúva, moradores em Arouca, pelo foro de 200 reais, um carneiro e duas perdizes. O dito autor dá este abade como irmão de Simão de Souza Delgado, António de Souza Delgado e José Delgado de Souza, todos filhos de Manuel Delgado de Macedo e sua mulher Violante de Souza, sendo esta filha de Jorge Coelho de Beça, senhor da quinta da Costa, em Mouriz, e de sua mulher Guiomar de Souza. Vide o meu estudo "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*".

[246] Baptizada como Bernardina Josefa, surge nos paroquiais muitas vezes, nomeadamente no óbito, como D. Bernarda Angélica Pinto Brandão.

[247] Este Capitão José Caetano de Barbosa e Andrade voltou a casar a 27.10.1831 em Mouriz com D. Ana Rita de Souza Coelho, filha do Alferes José Coelho Vieira, da quinta da Costa, em Mouriz.

[248] "*As Ordenanças e as Milícias de Portugal*", Vol. 1, de Nuno Gonçalo Pereira Borrego.

[249] "*As Ordenanças e as Milícias de Portugal*", Vol. 1, de Nuno Gonçalo Pereira Borrego.

7.3. José Maria Pinto Brandão (Frei José de Nª Sª do Vale), n. a 15 e b. a 22.2.1788, ib, pelo Padre Francisco Pinto Brandão, cura da Madalena, seu tio, sendo padrinho António José Soares (escrivão e tabelião de Aguiar de Souza, seu tio materno por afinidade). Foi frade beneditino no mosteiro de Tibães, onde tomou o hábito a 21.4.1806, professou a 26.4.1807 e fal. a 29.10.1850, sendo sepultado na igreja do mosteiro de Tibães, defronte do Altar de Nª Sª do Rosário.

7.4. D. Maria Joaquina Pinto Brandão, n. a 30 de Junho e b. a 6.7.1789, ib, pelo Padre Francisco Xavier Brandão, pároco da igreja de Stª Mª Madalena, seu tio, sendo pp Frei Joaquim da Nactividade, padre visitador e presidente do mosteiro de Cête, e Frei Francisco das Chagas, prior de S. João Novo do Porto, por procuração passada ao Padre Teodósio Pinto Brandão. Viveu casada na casa de Juntios, na freguesia de Stª Eulália de Sobrosa, onde fal. a 8.7.1863. Casou a 21.3.1836 em Mouriz, tinha já 48 anos, com *Bernardino Gomes de Souza Moreira*, capitão, senhor da dita casa de Juntios, em Stª Eulália de Sobrosa, onde fal. viúvo a 15.11.1873, com 75 anos. Era filho do Capitão Manuel José Gomes de Souza Moreira, senhor da dita casa, e de sua mulher D. Mariana Nunes Moreira, aí moradores. S.g.

7.5. Bernardo Coelho Pinto Brandão[250], Brigadeiro[251], 6º senhor da casa do Outeiro d'Além, em Mouriz, n. a 24 e b. a 26.1.1791 em Cête, sendo pp seu tio Diogo Pinto Brandão, solteiro, morador em Coreixas. Fal. viúvo a 8.9.1855 na casa do Outeiro. Destacou-se na resistência às invasões francesas, sendo alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias de Penafiel a 5.1.1809, passando a 2.3.1817 a tenente desta mesma Companhia.[252] Era capitão em 1825 quando casou. Fez obras de modernização na casa do Outeiro, que lhe retiraram alguma da sua traça original. Depois de casar viveu alguns anos na quinta de Cima de Vila de Esmegilde, em Paço de Souza, que teve por dote de sua mulher. Casou a 24.11.1825 em Mouriz[253] com *D. Custódia Maria Cândida Lopes Moreira da Silva*[254], n. a 10.3.1799 em Paço de Sousa e fal. a 23.6.1853 na casa do Outeiro, filha de João Rodrigues Moreira, 5º senhor da quinta de Vales de Cadeade, em Paços de Sousa[255], e de sua mulher Tereza Maria Lopes Pereira, senhora da dita quinta de Cima de Vila de Esmegilde. S.g. Sucedeu na casa do Outeiro sua sobrinha D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão (1831-1897), filha de sua irmã D. Maria Emília, por dote que os tios lhe fizeram quando casou a 8.11.1853 na capela de Nª Sª da Livração da dita casa com o Dr. António Rodrigues Moreira (1814-1897), advogado e juiz de Direito, comendador da Ordem de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (27.5.1840), várias vezes presidente da Câmara e administrador do concelho de Paredes, 6º senhor da dita quinta de Vales, etc., que era cunhado do Brigadeiro Bernardo Coelho Pinto Brandão, pois era o irmão mais novo de sua mulher D. Cândida.

7.6. D. Maria de Jesus Pinto Brandão, n. a 11 e b. a 14.1.1793, ib, sendo pp seus primos José Joaquim Álvares Moreira e sua mulher Ana Joaquina Pinto Brandão e testemunhas os tios Luiz Barbosa de Leão, da Várzea, e Diogo Pinto Brandão, de Paço de Sousa. Viveu casada na quinta de S. Salvador, em Soalhães, onde fal. a 17.8.1859, deixando obrigação feita de mão comum com o marido de 500 missas para cada um. Casou a 25.11.1822 em Cête com *José Monteiro Soares*, bacharel formado em Direito pela UC (14.10.1813), senhor da dita quinta de S. Salvador, filho de António Monteiro Soares, já fal. em 1822, e sua mulher Maurícia Joaquina Soares da Mota, moradores na dita quinta. Foram testemunhas do casamento Tereza Barbosa, de Parada de Todeia, tia do noivo, a Agostinho Barbosa de Leão, da Várzea (primo da noiva). S.g.[256]

7.7. D. Joana Emília de Souza Pinto Brandão[257], n. a 11 e b. a 13.12.1794, ib, pelo Padre Francisco Xavier Brandão, cura de Stª Mª Madalena, seu tio, sendo padrinho o Padre Bernardo António Coelho de Souza, igualmente seu tio, e testemunhas os também seus tios Diogo Pinto Brandão, de Paço de Sousa, e Luiz Barbosa de Leão, da Várzea. Viveu casada na quinta de Sermanha, em Sedielos (Régua) e, depois de viúva, morou com a já referida filha D. Margarida Máxima na casa do Outeiro, onde fal. a 25.1.1880, sendo sepultada na capela de Nª Sª da Livração da dita casa, no carneiro de seu tio materno o Padre Bernardo António Coelho de Souza. Casou a 25.8.1822 em Cête com *José António de Meirelles Vidal Barreto de Moraes* (imagem), senhor da dita quinta de Sermanha (Sedielos), etc., onde n. a 15.12.1800, tendo fal. entre 1859 e 1864, provavelmente na cidade no Porto. Era filho de António José Vidal da Costa Reis (1776-1803) e de sua mulher (casados a

[250] Também aparece como Bernardo António Pinto Brandão.

[251] É referido como Brigadeiro no óbito.

[252] "*Gazeta de Lisboa*", nº 80, ano de 1817.

[253] Foram casados pelo Padre Bernardo António Coelho de Souza, tio do noivo. Testemunhou o Padre Francisco Pinto Brandão, irmão do noivo.

[254] D. Custódia Maria, que também aparece como D. Custódia Cândida, além de irmã do Dr. António Rodrigues Moreira, era também irmã de D. Clara Maria Moreira da Silva que veio a casar com Agostinho Barbosa de Leão, primo-direito do Brigadeiro Bernardo Coelho Pinto Brandão.

[255] Vide "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*".

[256] Pelo menos não encontrei baptismo de filhos nem em Soalhães nem em Cête.

[257] Também aparece apenas como D. Joana Emília Pinto Brandão, nomeadamente no assento do seu casamento.

25.7.1796 na capela de Santo António de Sermanha) D. Maria Isabel de Menezes Meirelles Barreto de Moraes (1770-1815), herdeira da dita quinta de Sermanha e seus prazos. C.g. nos Meirelles Pinto Brandão, da casa do Outeiro d'Além, que trato em "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*".

7.8. D. Maria Tomásia Pinto Brandão, n. a 23 e b. a 25.11.1796, ib, pelo Padre Francisco Xavier Brandão, cura da Madalena, seu tio, sendo pp o abade de Recezinhos José Coelho e sua irmã Bernarda. Fal. viúva na quinta de Esmontadas a 15.2.1877, com 80 anos.[258] Casou a 30.8.1826, ib, com *António Joaquim Barbosa de Andrade*, já viúvo[259], senhor da dita quinta de Esmontadas, ib, onde viveu e teve por sua 1ª mulher, n. a 11.8.1795, ib, e fal. a 3.8.1859, ib, deixando herdeiro o filho José Maria e usufrutuária a mulher. Era irmão de seu concunhado o Capitão José Caetano Barbosa e Andrade, referido atrás.

7.8.1. José Maria Barbosa de Andrade Pinto Brandão, n. a 30 de Junho e b. a 2.7.1827 em Cête, sendo pp António Pinto Brandão e D. Felisbela Augusta, tios maternos. Sucedeu na quinta de Esmontadas.

7.8.2. Bernardo, n. a 29 de Dezembro e b. a 1.1.1829 em casa pelo tio-avô materno Padre Bernardo António Coelho de Souza, por correr perigo de vida, sendo pp os tios Bernardo António Pinto Brandão e sua mulher D. Custódia Cândida, então moradores em Paço de Sousa. Fal. pouco depois.

7.8.3. Bernardo Barbosa de Andrade Pinto Brandão, padre, tirou ordens menores no Porto a 3.2.1848.[260] n. a 25 de Abril e b. a 3.5.1830, ib, sendo pp seus tios José Monteiro e D. Maria Brandão, moradores em Soalhães. Foi capelão militar e abade de Nª Sª da Soledade (S. Paulo) e da Lagoa Vermelha, no Brasil, onde fal. a 14.5.1907.

7.8.4. Francisca, n. a 26 e b. a 30.10.1832, ib, sendo pp os tios maternos Padre Francisco Pinto Brandão e D. Felisbela Augusta Pinto Brandão.

7.8.5. D. Maria Raimunda Barbosa de Andrade, n. a 11 e b. a 16.10.1836, ib, sendo pp o Padre Manuel da Rocha, presbítero do mosteiro de Cête, e sua irmã D. Raimunda Rosa de Lima, da casa do Carvalhal, em Cête. Casou a 7.2.1867, ib, com *Joaquim Rodrigues*, de Paço de Sousa.

7.9. Francisco Pinto Brandão, padre, presbítero encomendado da igreja de Mouriz, tirou ordens menores no Porto.[261] N. a 5 e b. a 8.6.1799, ib, sendo pp o Padre Francisco Xavier Brandão, seu tio, e D. Bernardina, sua irmã. Viveu na casa do Outeiro, sendo capelão da capela da casa, onde fal. a 21.11.1835, deixando obrigação de mais de 100 missas.

7.10. D. Felisbela Augusta Pinto Brandão, n. a 9 e b. a 11.9.1801, ib, sendo pp o Padre Bernardo José de Souza, seu tio materno, e D. Bernardina, sua irmã. Fal. depois de 1832.

7.11. António Joaquim Pinto Brandão, clérigo *in minoribus*, tirou ordens menores no Porto a 27.8.1827.[262] Abandonou a vida religiosa e foi administrador do concelho de Paredes. Em 1835 vivia na casa do Outeiro, não sendo já referido como clérigo. N. e b. a 2.2.1804, ib, pelo Padre Custódio Barbosa de Leão, seu primo, sendo pp seus irmãos José e Bernardina. Fal. a 17.1.1864 em Castelões de Cepeda (Paredes). Casou a 30.12.1855, ib, com *D. Maria Angélica Monteiro Barreto*[263], fal. a 19.9.1867, ib. Não deixaram geração, mas ele deixou um filho natural.[264]

Porto, 2012

[258] O padre enganou-se no óbito e di-la filha do sogro, Tomaz António Barbosa de Andrade, dando este casado com D. Maria Joaquina Brandão, de facto mãe dela, mas casada, isso sim, com o Major Aniceto Pinto Brandão.

[259] Viúvo, c.g., de D. Maria das Neves Barbosa da Fonseca Pinto, falecida a 3.1.1725 em Cête e casados a 5.3.1821, ib.

[260] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[261] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Penafiel*".

[262] Vide "*Inquirições de genere do Bispado do Porto. Concelho de Paredes*".

[263] Filha de Manuel José Carlos Barreto de Andrade e sua mulher Rosa Maria Monteiro, ambos já falecidos em 1867, moradores em Paredes (Castelões de Cepeda); neta paterna de José Carlos Barreto de Andrade e Mariana Rodrigues de Matos, moradores em S. Vicente de Irivo, e neta materna de Luiz Coelho da Silva e sua mulher Antónia Maria Monteiro, da casa de Paredes.

[264] Conforme diz o óbito, onde esse filho não é nomeado.

Anexo 1

Reflexões sobre a origem dos Brandão

O que as genealogias dizem sobre os verdadeiros[265] Brandão dos séculos XIV e XV não está conforme o que pude documentar, pelo que, mais uma vez, se impõe quer uma revisão crítica quer uma reconstrução mais ao pé dos documentos e do bom senso. Alão, sempre o mais cauteloso, começa o seu título dos Brandão com Fernão Martins Brandão, de Évora, ao qual dá como filho Lopo Fernandes Brandão, sendo este pai de Diogo Lopes Brandão, o que é certo e se documenta, como direi adiante. E acrescenta como irmão de Diogo Lopes Brandão, se bem que com muitas dúvidas[266], um Álvaro Gonçalves Brandão que dá como pai de João Brandão, contador do Porto, de Fernão Brandão[267], guarda-roupa do infante D. Fernando, e de Fernão Brandão, de Coimbra. E Gaio segue as pisadas, acrescentando mais umas tantas fantasias, pelo que esta é actualmente a genealogia oficial dos Brandão, repetida em todo o lado. Como não cabe neste anexo uma verdadeira reconstrução genealógica desta linhagem, aqui me limitarei a apontar as impossibilidades e a sugerir as hipóteses alternativas mais plausíveis.

Começo a análise pelos de Melres (Gondomar), que para aí foram com Álvaro Brandão[268], escudeiro fidalgo da Casa Real e cidadão do Porto, onde foi vereador do Senado da Câmara e juiz almotacé em 1501. Instituí uma capela de missas no convento de S. Domingos, nesta cidade, à qual vinculou um senso anual de trinta reais, imposto no seu casal de Esposade, junto a Leça da Palmeira. Nasceu cerca de 1440, certamente em Coimbra, e faleceu entre 1523 e 1525, muito provavelmente em Melres. A 10.11.1498 Álvaro Brandão, escudeiro, morador na cidade do Porto, teve de D. Manuel I mercê do cargo de escrivão das sisas e redízima do concelho de Melres[269], na sequência do que se instala nesta vila, onde foi o 1º senhor da quinta da Sobreira, onde viveu, e senhor da quinta do Souto, mais tarde chamada dos Loureiros. No foral da vila de Melres, dado a 15.9.1514 por D. Manuel I, já se fala deste Álvaro Brandão e das suas duas quintas, que no total pagavam 1.720 reais de foro: "*E a quimtaa de souereira paga outros mill e oytmta Reaaes. E outra quimta dáluaro brandam seis cemtos e quoremta Reaaes*". Álvaro Brandão casou cerca de 1492 com Maria Beatriz de Aragão, irmã mais nova de James de Aragão, escudeiro do bispo do Porto (1486), juiz almotacé (1497-1504) e vereador do Senado do Porto (1509),

---

[265] Por oposição aos falsos, nomeadamente os descendentes de Duarte Brandão, judeu, filho do rico mercador Jocob Baru, falecido em 1471, que foi primeiro para a Holanda e depois para Inglaterra, onde o rei Edward IV o baptizou de pé com o nome de Edward Brampton e o armou cavaleiro (documenta-se como Sir) e lhe deu o governo da ilha de Guernsey. Com a morte deste rei voltou a Portugal, adoptando o nome de Duarte Brandão. Comprou a lezíria da Corte dos Cavalos, no termo de Azambuja, ao conde de Abrantes D. João de Almeida, e a vila de Buarcos, com as marinas de Tavarede e a dízima nova de Montemor, a Martim de Sepúlveda, tudo bens da coroa que D. João II lhe doou de juro e herdade a 14 de Janeiro e 22 de Maio de 1487, sendo então já do Conselho deste rei e continuando a sê-lo com D. Manuel. A 19.5.1509 fez-se execução nos bens de Duarte Brandão, por 120.708 reais que ficou devendo como provedor das capelas do rei D. Afonso IV.

[266] "*Segundo diz um nobiliário, que não aprovo*", refere Alão.

[267] Este é o Fernão Brandão que vem referido como camareiro e guarda-roupa do infante na lista de 1508 dos cavaleiros do Concelho de D. Manuel I com 1.500 reais de moradia (ACS, Provas).

[268] Vide o meu estudo "*Brandão de Macedo e Mello, de Melres*".

[269] CMI, 31, 151.

que sendo referido como Jaime de Aragão, escudeiro, morador no Porto, já a 25.1.1463, era ainda muito novo, quando teve o cargo de coudel nessa cidade e seu termo. Eram ambos filhos de João de Aragão, escudeiro (1440) e vassalo (1460) da Casa Real, cidadão do Porto a aí vereador do Senado da Câmara desde 1439 a 1456, juiz (1460), alcaide da Moeda (1440), vedor das obras da muralha (6.3.1448), etc., e de sua mulher Violante Gil.

Não dão as genealogias a filiação deste Álvaro Brandão. Mas era filho de João Brandão, de Coimbra, como se documenta no testamento de D. Filipa, filha do infante D. Pedro, no qual ela declara dever 10.000 reais a uma filha de João de Aragão, casada com Álvaro Brandão, filho de João Brandão, de Coimbra. A transcrição deste documento[270] leu mal o nome Brandão bem assim como a data, referida como 19.7.1497, mas é necessariamente 1493, pois D. Filipa, freira em Stª Clara de Odivelas, faleceu aí a 25.7.1493. Os 10.000 reais referidos deviam ser respeitantes a uma tença, e são apresentados como dívida certamente por resultarem de um dote de casamento transformado em tença. Álvaro Brandão era, portanto, filho de João Brandão, de Coimbra, que também aparece como João Vasques Brandão, nascido cerca de 1400, e de sua mulher Isabel de Alpoim, com quem se documenta estar casado em 1445. João (Vasques) Brandão foi escudeiro do infante D. Pedro e depois de D. Afonso V, e almoxarife de Coimbra e procurador desta cidade às Cortes de Lisboa de 1455 e 1459. Com efeito, a 24.6.1439 D. Afonso V confirmou a nomeação de João Brandão, criado do infante D. Pedro, para o cargo de almoxarife da cidade de Coimbra.[271] A 19.1.1440 o mesmo rei privilegiou Lourenço Esteves, morador em Setúbal, a pedido de João Vasques Brandão, escudeiro da Casa do infante D. Pedro, isentando-o de ir com presos e dinheiros, bem como de ser posto por besteiro do conto.[272] A 28.8.1443 confirmou o perfilhamento de João Vasques Brandão, escudeiro do infante D. Pedro, feito por Vasco Lourenço Gorrios e sua mulher Maria Domingues.[273] A 28.11.1444 D. Afonso V privilegiou João Vasques Brandão, almoxarife na cidade de Coimbra, concedendo-lhe carta de segurança para poder fretar dois navios na Galiza para transportar sal das suas marinhas de Setúbal, contanto que não passem do cabo de S. Vicente.[274] A 14.5.1445 perdoou a justiça régia e a fuga da prisão a Inez Beltrão, moradora na cidade de Coimbra, acusada de jurar falso testemunho e de ter difamado João Vaz Brandão e sua mulher Isabel de Alpoim, moradores na mesma cidade, mediante o perdão das partes, tendo pago 200 reais para a Chancelaria.[275] A 16.4.1450 nomeou João Vasques de Mello, morador na cidade de Coimbra, para o cargo de homem do almoxarifado da dita cidade, em substituição de Fernando Anes, criado de João Vasques Brandão, que renunciara.[276] A 15.7.1450 D. Afonso V doou a João Brandão[277], escudeiro da sua Casa, os bens que pertenceram a Vasco Gonçalves, criado do infante D. Pedro, e a Afonso de Abreu, criado de João de Ataíde, de Penacova, que os perderam por terem estado na batalha de Alfarrobeira ao lado do dito infante.[278] Finalmente, a 23.6 e 8.7.1459 D. Afonso V, na sequência dos capítulos especiais apresentados nas Cortes de Lisboa de 1459 pelo concelho e homens bons da cidade de Coimbra, por João (Vasques) Brandão[279], cavaleiro da sua Casa, e João Rodrigues, bacharel em leis, seus procuradores, decidiu sobre as contendas entre os moradores da cidade e termo com o prior do mosteiro de Santa Cruz, os abusos de jurisdição feitos por D. João de Menezes, o número de besteiros do conto, a isenção que alguns fidalgos e homens nobres dizem ter para não contribuírem para as despesas dos procuradores às Cortes,

[270] ACS, Provas, vol. I.

[271] CAV, 18, 93v.

[272] CAV, 27, 123v e 124.

[273] CAV, 35, 21v. Estes perfilhamentos, em geral feitos por casais sem filhos, eram então comuns e uma forma de tornar os perfilhados seus herdeiros.

[274] CAV, 25, 22.

[275] CAV, 25, 64v.

[276] CAV, 34, 189.

[277] Não sendo certo que se trate do mesmo João (Vasques) Brandão, parece provável, sendo de entender que, apesar de ser escudeiro do infante D. Pedro, não terá estado em Alfarrobeira e que, com a morte do infante, passou a escudeiro da Casa Real.

[278] CAV, 11, 153v.

[279] Numa destas cartas aparece como João Brandão e na outra como João Vasques Brandão.

as isenções para os encargos de jurado e juiz de alguns lugares do termo da vila, a transferência do contador da comarca do almoxarifado para a vila de Chaves, entre outros assuntos.[280]

De quem era filho este João (Vasques) Brandão, nascido cerca de 1400?

As genealogias não o referem, mas dão como tronco dos Brandão de Coimbra um Fernão Brandão, que dizem filho de Álvaro Gonçalves Brandão e de sua mulher Mécia de Avelar. Tendo em conta o que se documenta, e para lá da sua verdadeira filiação, julgo que João Vasques Brandão era irmão deste Fernão Brandão, sendo estes irmãos os que em 1455 foram procuradores de Coimbra e Aveiro à Cortes de Lisboa. Com efeito, a 26 e 27.3.1455 D. Afonso V decidiu a favor dos peticionários, na sequência dos capítulos especiais apresentados por Fernão Brandão e João Vasques, moradores em Coimbra, procuradores da cidade de Coimbra e da vila de Aveiro às Cortes de Lisboa de 1455.[281]

Este Fernão Brandão terá nascido cerca de 1398 e faleceu depois de 1466. A 22.9.1452 D. Afonso V concedeu privilégio de vassalo a Fernão Brandão, criado, cavaleiro e fidalgo da sua Casa.[282] E 10 dias depois concedeu carta de privilégio a Fernão Brandão, criado, vassalo, cavaleiro, homem fidalgo, para todos os seus caseiros, mordomos, apaniguados e lavradores das quintãs, casais encabeçados e herdades, todos que servirem de capas e saias, isentando-os de irem com presos, dinheiros, de serem tutores e curadores, de ofícios, encargos e servidões concelhias, bem como do direito de pousada.[283] A 29.3.1455 o mesmo rei nomeou Fernão Brandão, que fora criado de D. Duarte, para o cargo de administrador dos bens de Maria Domingues, moradora que foi no Lumiar, termo da cidade de Lisboa, em virtude de os herdeiros dela não terem cumprido as suas disposições testamentárias.[284] Finalmente, a 18.1.1466 nomeou Fernão Brandão, cavaleiro da sua Casa, para o cargo de juiz de fora de Aveiro, concedendo-lhe uma tença para seu mantimento de 12.000 reais de prata.[285]

Podemos assim concluir que Fernão Brandão e João (Vasques) Brandão, além de serem ambos de Coimbra tinham aproximadamente a mesma idade, pelo que julgo terem sido irmãos. Acresce que, se não nasceram em Coimbra, foram para lá muito novos, tendo em conta que a 21.9.1442 D. Afonso V privilegiou Pedro Álvares, barbeiro, amo[286] de João Vasques Brandão, e a seu pedido, ambos moradores na cidade de Coimbra, isentando-o do direito de pousada.[287] Portanto, se o amo de João Vasques Brandão era de Coimbra este terá aí sido criado.

Mas podiam ser ambos filhos de Álvaro Gonçalves Brandão e de sua alegada 2ª mulher Mécia de Avelar?

Álvaro Gonçalves Brandão, progenitor dos Brandão da cidade do Porto, diz Alão que foi pajem de lança de D. João I, que o nomeou o 1º contador do Porto, coisas que não documentei nem constam na documentação portuense. Mas encontrei um Álvaro Gonçalves Brandão que se documenta como criado do rei D. Duarte e morador em Sanfins[288] quando a 9.9.1439 teve de D. Afonso V a carta de privilégio para todos os seus caseiros, lavradores, mordomos e apaniguados da comarca e correição da Beira.[289] Este não terá nascido antes de 1391 porque, sendo criado por D. Duarte, não era certamente mais velho do que ele.[290] Dado que não se documenta o nome do pai do contador do Porto João Brandão nem nenhum Álvaro Gonçalves Brandão contador do Porto e pajem de Lança de D. João I, ao que acresce que o contador João Brandão não nasceu antes de 1430, julgo que na verdade este era filho daquele

[280] CAV, 36, 151v a 152v; e 187v a 189.
[281] CAV, 15, 142v a 143v.
[282] CAV, 12, 107v.
[283] CAV, 12, 110v e 111.
[284] CAV, 15, 42.
[285] CAV, 14, 4 e 4v.
[286] Estes amos eram em geral os maridos das amas-de-leite.
[287] CAV, 25, 21.
[288] Sanfins é seguramente a freguesia deste nome em Stª Mª da Feira.
[289] CAV, 19, 106v.
[290] D. Duarte nasceu a 31.10.1391.

Álvaro Gonçalves Brandão, morador em Sanfins em 1439. E julgo ainda que este Álvaro Gonçalves Brandão, de Sanfins, era irmão de Diogo Brandão, o Velho, morador no Porto, nascido cerca de 1415, o qual foi pai de Pedro Dias Brandão, senhor da torre da Mota, em Carvalhais (S. Pedro do Sul), que certamente teve pela mulher, Isabel de Almeida, filha dos 3ºs senhores de Moçâmedes (Vouzela), c.g.[291]

Como quer que seja, este Álvaro Gonçalves Brandão de Sanfins não podia cronologicamente ser pai de Fernão Brandão, de Coimbra, que aliás também foi criado de D. Duarte. Acresce que, se Fernão Brandão, de Coimbra, era irmão de João (Vasques) Brandão, de Coimbra, como parece, ambos foram criados nesta cidade, como deixei dito, não havendo indícios de nenhum Álvaro Gonçalves Brandão morador ou ligado a Coimbra. Por outro lado, o patronímico Vasques de João indica que não era filho de nenhum Álvaro Gonçalves mas sim de um Vasco, prenome pouco usado na linhagem dos Brandão. Álvaro Gonçalves Brandão, morador em Sanfins em 1439 e nascido entre 1391 e 1412, não podia ser o genealógico Álvaro Gonçalves Brandão, pajem de lança de D. João I, rei que alegadamente o fez contador do Porto, pois se assim fosse não seria em 1439 referido apenas como criado de D. Duarte, dando de barato a inconsistência de viver em Sanfins. Julgo, na verdade, que este Álvaro Gonçalves Brandão, de Sanfins, é que casou com Maria Pinto, irmã de Aires Pinto[292], juiz ordinário do Porto (1.4.1449), escudeiro[293] do conde de Barcelos D. Afonso e depois cavaleiro[294] de sua Casa, quando este passou a 1º duque de Bragança, senhor da quinta e morgado de Crasto e 1º padroeiro da igreja de Real[295], freguesia onde também viveu[296], por doação que lhe fizeram os moradores, em 1455, para que ele os amparasse e favorecesse; ambos filhos[297] de Gonçalo Esteves Pinto, escudeiro e vassalo da Casa Real, que a 8.1.1385 teve do mestre de Avis mercê do foro que pagava pela quintã de Covelas, em Ferreiros de Tendais (Cinfães), que tinha aforada pela coroa[298], de que a 1.2.1386 teve confirmação[299], e que em 1420 doou ao mosteiro de Tarouquela a parte que tinha no casal de Paradela, em Alpendurada.[300] Era então escudeiro da Casa d'el rei e "pousava" em Covelas, termo do julgado de Ferreiros, com sua mulher Maria Martins, como se vê numa outorga que está nas costas da dita doação.

Esta será a verdadeira origem dos Brandão do Porto, sendo que aquele Álvaro Gonçalves Brandão[301], de Sanfins, mais provavelmente nascido cerca de 1412 (nascendo seu filho o contador João Brandão cerca de 1435) devia ser filho do Gonçalo Brandão que a 3.3.1444 se encontrava homiziado[302], sendo escudeiro, vassalo e criado de D. Duarte, morador em Stª Mª da Feira, onde tinha alguma jurisdição[303] e foi monteiro-mor (18.9.1450)[304] e vedor das obras dos julgados e lugares do arcediago de Vouga

---

[291] Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, 2 volumes.

[292] Parece ser o Aires Pinto que a 15.8.1454 teve carta de privilégio para o Entre-Douro-e-Minho e para a Beira, sendo então dito morador na cidade do Porto (CAV, 10, 130). E o que, com Gomes Pinto, provavelmente seu irmão, teve forte querela com terceiros, de que resultaram três cartas de perdão para três indivíduos moradores no termo de Felgueiras entre 1441 e 1451 (CAV, 11, 80). Não confundir este Aires Pinto com o homónimo que foi criado do príncipe D. João e escrivão das sisas régias de Viana da Foz do Lima a 6.6.1469 (CAV, 31, 84v) e que foi legitimado por carta real de 5.7.1469 como filho de Vasco Anes, clérigo de missa, abade de Santa Marta, termo de Viana da Foz do Lima, já falecido, e de Maria Pires, mulher solteira (CAV, 31, 65).

[293] CAV, 23, 36.

[294] CAV, 29, 227 e 227v, Era então (1472) casado com Génova Ferreira.

[295] Freguesia do concelho de Castelo de Paiva.

[296] CAV, 21, 83v e 84.

[297] Cartório de S. Bento do Porto, 1445.

[298] CJI, 1, 75 e 75v.

[299] CJI, 1, 154v.

[300] Tombo do mosteiro de Tarouquela.

[301] Possivelmente irmão do Luiz Gonçalves Brandão que era morador em Alcácer ou Lisboa quando a 28.12.1469 D. Afonso V perdoou a prisão e o degredo de dois anos a Martinho Esteves, corretor, morador na cidade de Lisboa, a que foi condenado para a vila de Alcácer, acusado de agredir Luiz Gonçalves Brandão, ali morador, tendo pago 3.000 reais de prata para a arca da piedade (CAV, 26, 173).

[302] A 3.3.1444 D. Afonso V doou para sempre a Fernão da Fonseca, escudeiro da Casa do infante D. Pedro, a quinta, marinha e pinhais de Sarilhos Grandes, termo do Ribatejo, com todos os foros, direitos, rendas e tributos, que estavam em posse de Gonçalo Brandão, que por se encontrar homiziado não pode apresentar documentos da sua posse, tendo-a por isso perdido (CAV, 24, 28 a 29).

[303] CAV, 34, 12v. A 11.1.1450 D. Afonso V mandou que se cumpram os direitos de Gonçalo Brandão, criado régio, relativos à sua jurisdição nas terras de João Álvares Pereira, como era de seu direito.

[304] CAV, 11, 21. A 18.9.1450 D. Afonso V nomeou Gonçalo Brandão, morador em Terra de Santa Maria, para o cargo de monteiro-mor, em substituição de André Gil, criado do Infante D. Pedro.

(6.8.1450)[305], já falecido a 7.8.1454 quando D. Afonso V nomeou Martinho de Abreu, cavaleiro da sua Casa, como administrador da capela de João Lobeiro, na vila de Elvas, em substituição de Gonçalo Brandão, que fora morador em Lobão, terra de Stª Maria.[306] Este Gonçalo Brandão, sendo referido como escudeiro do infante (D. Duarte), tinha tido de D. João I, a 10.4.1427, sendo então morador em Évora, a administração da capela de Stª Susana, em Stª Mª dos Açougues desta vila, instituída por Domingos Joanes, sogro de João Lobeira, também chamada capela de João Lobeira, por não haver herdeiro ou parente do antedito João Lobeira e ele ser, por sua mulher, "*parente de seus parentes*".[307]

Este Gonçalo Brandão, nascido cerca de 1385, era certamente irmão de um outro Álvaro Gonçalves Brandão que se documenta morador em Évora em 1405 e 1411, quando um seu criado fez um escambo com a igreja de S. Tiago de Évora.[308] Devendo ambos ser filhos do Gonçalo Brandão a quem D. Domingos Geraldes Alão, na instituição da sua capela a 29.10.1381, deixou o lugar de Bonjardim, no Porto, como diz Alão.[309] E este último Gonçalo Brandão, nascido cerca de 1358, devia ser o Gonçalo Fernandes Brandão que as genealogias dizem filho de Fernão Martins Brandão, de Évora, o qual tratarei adiante.

Voltando aos Brandão de Coimbra, quer pela cronologia quer pelo facto de não se conhecer outro Vasco, nem mesmo nas fontes secundárias, julgo certo que Fernão Brandão e sobretudo João Vasques Brandão eram filhos de um Vasco Martins Brandão, escudeiro, completamente desconhecido das genealogias, que teve de D. Fernando I confirmação da coutada da sua herdade de Vale da Arca, em Anchão, no termo de Montemor-o-Novo.[310] Temos, portanto, que o escudeiro Vasco Martins Brandão, nascido cerca de 1360, terá casado[311] em Coimbra, onde passou a viver, sendo o tronco quer dos Brandão de Coimbra quer, como adiante direi, dos Brandão de Arouca. Este Vasco Martins Brandão era filho de Fernão Martins Brandão, de Évora, com o qual Alão começa os Brandão e que eu já tratei noutro lugar.[312] Na verdade, Fernão Martins Brandão tinha tido também de D. Fernando I carta de coutada para aquela herdade no termo de Montemor-o-Novo.

Fernão Martins Brandão nasceu cerca de 1333 e já tinha falecido em 1391. Foi vassalo de D. Pedro I, que a 1.2.1367 o fez alcaide-mor de Arronches.[313] Em 1369 D. Fernando coutou-lhe a herdade de Vale da Arca, no termo de Montemor-o-Novo, morando então em Évora.[314] E a 21.3.1373 coutou-lhe a sua herdade a par de Stª Margarida, no termo da cidade de Évora, onde vivia[315], o que a 10.7.1391 D. João I confirmou a sua viúva[316] e filhos, infelizmente não nomeados. Mas documenta-se como pai de Lopo Fernandes Brandão[317], que a 20.3.1411 teve confirmação da dita coutada de Évora[318], avô de Diogo Lopes Brandão[319], escudeiro da Casa do infante D. João, a quem D. Duarte a 28.3.1436 e D. Afonso V a

---

[305] CAV, 11, 12v. A 6.8.1450 D. Afonso V nomeou Diogo Álvares de Lemos, escudeiro e vassalo régio, morador em Recardães, para o cargo de escrivão das obras dos julgados e lugares do arcediago de Vouga, bem como nomeou Gonçalo Brandão, escudeiro, vassalo e criado de D. Duarte, morador em Lobão, para o cargo de vedor das ditas obras.

[306] CAV, 19, 120v.

[307] CJI, 4, 107 e 107v.

[308] BPE, Pergaminhos Avulsos, pasta 11, peça 071; e pasta 11, peça 094, doc. 001.

[309] Alão testemunha que o documento de instituição estava em poder de um seu tio, o Capitão David Coutinho Alão, que então era o administrador da capela.

[310] CFºI, 2, 79.

[311] Possivelmente com a Mécia de Avelar que as genealogias dão como mãe de Fernão Brandão, de Coimbra, e 2ª mulher de Álvaro Gonçalves Brandão.

[312] Vide o meu estudo "*Origem dos Avelar e dos Soveral*".

[313] CPI, 1, 79v.

[314] CFºI, 1, 35v; e Guadiana, 3, 194v.

[315] Guadiana, 5, 94.

[316] Alão diz que Fernão Martins Brandão casou com Maria de Brito, que não filia, mas que podia perfeitamente ser filha de Martim Afonso de Brito, 1º morgado da Torre de Évora (12.3.1335), e de sua 2ª mulher Maior Rodrigues Mafaldo, morgada de Stº Estêvão de Beja.

[317] Lopo Fernandes Brandão documenta-se em 1406, numas confrontações, como morador em Évora e senhor de uma herdade coutada em Alcáçovas (CJI, 3, 56 e 56v).

[318] Carta incerta na confirmação de D. Afonso V.

27.4.1442 confirmaram a dita coutada de Évora[320], e bisavô de Fernão Brandão, cavaleiro da Casa Real, morador em Lisboa, a quem a mesma coutada foi confirmada por D. Manuel I a 28.5.1497.[321] D. João II a 7.12.1482 fizera a este Fernão Brandão mercê para poder comprar casas em Évora.[322]

Fernão Martins Brandão era irmão de João Brandão[323], alcaide-mor de Penamacor (1.12.1366)[324], ambos filhos de Martim Brandão e sua mulher Berengária Dias de Avelar (depois casada com João Afonso de Sanir). Algumas genealogias tardias dão Martim Brandão filho do inglês Charles Brandon, 1º duque de Suffolk o que é uma fantasia, além do mais anacrónica, pois ele, duque em 1515, nasceu cerca de 1484 e morreu a 24.8.1545 na batalha de *Bosworth Field*. O conde D. Pedro, embora não o filie, já refere este Martim Brandão e trata de vários indivíduos desta linhagem, que já se documenta no séc. XII, ligada ao mosteiro de Lordelo.[325] Nas inquirições de 1284 documenta-se um Martim Anes Brandão que tinha um casal na aldeia de Carvalhal de Oliveira, na freguesia de Romariz, julgado de Fermedo. E D. Dinis legitimou a 19.6.1295, com todas as "*onrras de filho d'algo*" um Lourenço Martins, escudeiro, filho de Martim Brandão, já este tinha falecido, pois fê-lo "*a rogo dalguus de seu linhagem*".[326] Sobre isto acresce que a 4.2.1385 D. João I coutou a Gonçalo Anes de Abreu, seu vassalo, a sua quintã de S. Mansos, no termo de Évora, dizendo nas confrontações que essa quintã parte com a de Fernão Martins, filho de Martim Vasques.[327] É possível que se trate de Fernão Martins Brandão, sendo assim seu pai Martim Brandão, nascido cerca de 1300, afinal Martim Vasques Brandão, portanto filho de um Vasco. E este Vasco, nascido cerca de 1270, podia ser filho do antedito Martim Anes Brandão, documentado em 1284, chamando-se portanto Vasco Martins Brandão.

De realçar, ainda, que João (Vasques) Brandão em 1444 tinha marinhas de sal em Setúbal, como ficou dito, o que pode ser uma pista para a identidade de sua mãe, portanto a mulher do escudeiro Vasco Martins Brandão, que julgo ter sido Mécia de Avelar.

Alão dá a Fernão Brandão, de Coimbra, uma filha, D. Francisca, freira no mosteiro de Lorvão, e um filho, Rui Brandão. Quanto aos mais Brandão que se documentam nesta cronologia em Coimbra, fica a dúvida se eram esquecidos filhos de Fernão Brandão ou filhos de seu proposto irmão João (Vasques) Brandão.

O antedito filho de Fernão Brandão é certamente o Rui Brandão, nascido cerca de 1437, que era escudeiro d'el rei quando a 22.6.1484 foi nomeado por D. João II escrivão da portagem da cidade de Coimbra[328], cargo em que foi confirmado a 28.4.1496 por D. Manuel I.[329] A este Rui Brandão, sendo

---

319 Irmão mais velho de Estevão Brandão, por cujos serviços D. Manuel I deu a 1.11.1502 a seu filho Diogo Lopes Brandão, fidalgo da sua Casa, uma tença de 15.000 reais (CMI, 4, 39v).

320 CAV, 23 e 23v. Incerta a carta de D. Duarte.

321 CMI, 22, 111. A Fernão Brandão, cavaleiro da Casa d'el rei, morador em Lisboa, confirmação do privilégio pelo qual lhe é contada uma herdade, situada no termo de Évora, da parte de Santa Margarida, com as confrontações declaradas, porquanto sucedera na sua posse, pela apresentação de uma carta feita em Évora a 20.3.1436 por Afonso Esteves e mandada pelo rei, que confirma esse privilégio a Diogo Lopes Brandão, escudeiro da Casa do infante D. João, pela apresentação de uma carta feita em Santarém a 21.3.1411 (1373), por João Marcos e o rei o mandou por Joane Anes, seu vassalo e vedor da fazenda - que concedeu o privilégio a Fernão Martins Brandão morador em Évora, avô de Diogo Lopes Brandão -, que é confirmada por outra feita em Évora a 10.7.1429 (1391) por Gonçalo Caldas e o rei o mandou por Álvaro Pires, escolar em leis, do seu desembargo, não sendo presente Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em degredos, do desembargo -, que confirma o privilégio à mulher e filhos de Fernão Martins Brandão.

322 CJII, 3, 108.

323 Certamente pai do Estêvão Anes Brandão que em 1406 teve mercê de coutada para uma sua herdade em Alcáçovas (CJI, 3, 56 e 56v) e em 1434 tinha bens em Évora (CDI, 1, 40). Foi nomeadamente senhor da quintã coutada de Sadão, em Alcácer, em que sucedeu uma sua filha que casou com Fernão Borges, criado do infante D. João. Com efeito, a 16.8.1504 Heitor Borges, fidalgo da Casa d'el rei, teve de D. Manuel I confirmação do privilégio pelo qual lhe é coutada a quintã de Sadão, em Alcácer, que foi de Estevão Anes Brandão, sogro de Fernão Borges, criado do infante D. João, a quem também pertenceu a quinta, segundo a apresentação de uma carta feita em Lisboa a 5.7.1454 por Lopo Fernandes (CMI, 22, 81). De Estêvão Anes Brandão devia ser irmão Pedro Anes Brandão, criado do infante D. Henrique, alcaide-mor de Castelo Branco e comendador da Louzã na Ordem de Cristo, que a 6.5.1475 foi acrescentado fronteiro de Castelo Branco (CAV, 30. 123v) e cujos filhos António Brandão, Amélia Brandão e Elisa Brandão foram legitimados por carta real de 10.6.1476 (CAV, 6, 95v). E ainda irmão de João Anes Brandão, morador em Serpa, que a 30.5.1452 teve de D. Afonso V carta de perdão a justiça régia, estando acusado de ter participado nas mortes, desacatos e assaltos nessa vila, tendo pago 200 reais de prata para a Chancelaria (CAV, 12, 73).

324 CPI, 1, 80v.

325 Tombo da Câmara do Porto, fl 59, referido por Alão.

326 CDinisI, 2, 107.

327 CJI, 2, 93 e 93v.

328 CJII, 22, 7.

referido como escudeiro morador na cidade, fez ainda este rei a 6.7.1506 a mercê da escrivaninha dos órfãos de Coimbra em sua vida[330] e a 20.6.1506 nomeou escrivão dos órfãos dessa cidade, também em sua vida.[331] Deste Rui Brandão, de Coimbra, foi pelo menos filho o Fernão Brandão, nascido cerca de 1455, que a 26.4.1480 foi de coudel de Coimbra.[332] Também Alão dá este Fernão Brandão como filho de Rui Brandão e neto de Fernão Brandão, dizendo que foi pai de várias filhas freiras, de António Brandão, solteiro, de D. Gaspar Brandão, frade de Stª Cruz de Coimbra, e de Jerónimo Brandão, que sucedeu. Embora Alão tenha corrigido depois em nota o nome deste Jerónimo para João Brandão, julgo que na verdade é o Jerónimo Brandão[333], de Coimbra, dito filho de Fernão Brandão quando se matriculou em Instituta[334] a 11.10.1540.[335] Este Jerónimo Brandão, aparentemente nascido cerca de 1515/20, podia de facto ser o filho mais novo do antedito Fernão Brandão, que terá casado entre 1490 e 1500. Tanto mais que Alão dá a este Jerónimo/João Brandão os filhos Fernão Brandão e João Brandão, que também se documentam na Universidade, sendo o primeiro o Fernão Brandão, de Coimbra, filho de Jerónimo Brandão, que se matriculou em Artes em 1567, tirando o bacharelato (27.8.1573) e a formatura (23.11.1578) em Cânones.[336] O outro é João Brandão, de Coimbra, filho de Jerónimo Brandão, que tirou o bacharelato (28.7.1584) e a formatura (23.7.1591) em Leis.[337]

Julgo que do antedito Fernão Brandão (pai de Jerónimo Brandão) foi ainda irmão um Rui Brandão que consta como pai de Jorge Brandão, de Coimbra, licenciado (23.2.1544) e doutorado (29.12.1550) em Leis pela Universidade de Coimbra.[338]

Tendo em conta que João (Vasques) Brandão foi almoxarife da cidade de Coimbra, dele deve também ser filho, além do Álvaro Brandão que foi para Melres, o Gonçalo Brandão, escudeiro da Casa Real, que a 2.3.1487 foi nomeado almoxarife de Coimbra por D. João II[339], confirmado no cargo por D. Manuel I a 26.5.1496[340], e já tinha falecido a 3.9.1499 quando, por sua morte, foi substituído por Gaspar Dias, também escudeiro da Casa Real.[341]

Resta tentar integrar neste quadro os Brandão de Arouca. Como refiro no meu "*Ensaio sobre a origem dos Proença*" (2010), o mais antigo que consegui documentar foi Pedro Brandão, nascido cerca de 1396, que foi tabelião do cível e crime nos julgados de Arouca, Sanfins e Alvarenga e escrivão da câmara e dos órfãos do julgado de Alvarenga e seu termo. A 30.4.1439 foi nomeado por D. Duarte tabelião do cível e crime nos julgados de Arouca, Sanfins e Alvarenga, cargo em que D. Afonso V o confirmou a 20.7.1439[342] e a 16.9.1450.[343] A 1.7.1450 Pedro Brandão teve licença deste rei para receber seu filho Diogo Brandão[344] como escrivão no seu ofício, contanto que subscrevesse todas as cartas por ele feitas.[345] Já

---

329 CMI, 40, 90.

330 CMI, 44, 119v.

331 CMI, 44, 14v.

332 CAV, 33, 119.

333 Não se pode confundir este Jerónimo Brandão com o homónimo que foi contador do Porto, cujos filhos António Brandão, do Porto, esteve matriculado em Leis em 1572 e 1773; Francisco Machado Brandão, do Porto, se doutorou em Cânones a 2.1.1583; e Carlos Brandão, do Porto, se doutorou em Leis a 12.3.1589.

334 Chamava-se Instituta à cadeira, prévia ao 1º ano dos cursos de Leis e Cânones, na qual se estudava as *Institutas* do *Corpus iuris civilis.*

335 Matrículas, AUC.

336 Matrículas, AUC.

337 Matrículas, AUC.

338 Matrículas, AUC.

339 CJII, 19, 60.

340 CMI, 31, 132v.

341 CMI, 14, 60v.

342 CAV, 18, 66v. Inserta carta de D. Duarte.

343 CAV, 34, 112v.

344 A 17.2.1498 foi legitimada por carta real Isabel Brandão, filha de Diogo Brandão, morador em Arouca, homem solteiro e que *diz já não ser para casar*, e de Beatriz Anes, viúva ao tempo de seu nascimento. Seu pai enviou pedido por público instrumento, assinado por Gonçalo Teixeira, tabelião público no lugar e couto do mosteiro de Arouca, em 16.1.1498 (CMI, 28, 56v). Desta Isabel Brandão parece filho o Diogo Brandão, aí morador, que a 22.8.1520 foi feito recebedor das sisas da vila de Arouca e a 7.9.1520 recebedor das sisas de Alvarenga (CMI, 36, 65 e 65v; e 67).

tinha falecido a 6.11.1454, quando o dito seu filho Diogo Brandão, morador em Arouca, sucedeu como tabelião do cível e crime nos julgados de Arouca, Sanfins e Alvarenga[346], confirmado por D. João II a 27.4.1483.[347] Filho este que a 27.10.1463 também lhe sucedeu como escrivão da câmara e dos órfãos do julgado de Alvarenga e seu termo[348], igualmente confirmado por D. João II a 28.4.1483.[349] Diogo Brandão foi aposentado a 20.4.1497[350], pelo que terá nascido cerca de 1427.

Sem outros indícios, a cronologia e a geografia levam-me a considerar que aquele Pedro Brandão, tabelião de Arouca, seria irmão mais velho de Fernão Brandão, de Coimbra, juiz de fora de Aveiro, e de João (Vasques) Brandão, almoxarife de Coimbra, todos filhos de Vasco Martins Brandão.

Por entroncar ficam ainda os Brandão de Midões, Lagos da Beira e Travanca da Beira, também ascendentes dos Brandão Coelho dos Arcos de Valdevez e julgo que ainda dos Paiva Brandão, de Braga.[351] Descendem de Gonçalo Gil Brandão, de Midões, e de sua mulher Violante Afonso Machado, sendo estes pais de outra Violante Afonso Machado, casada com Gonçalo Nunes Coelho (de Miranda)[352], e de Álvaro Afonso Brandão, escudeiro de Midões e "*pessoa nobre*"[353], nascido cerca de 1460, casado em Travanca de Lagos com Catarina Vaz, sendo pais de João Álvares Brandão, juiz de Lagos da Beira e Travanca de Lagos, c.g. nos morgados de Nª Sª da Ajuda de Sameice.

As genealogias que o tratam[354] dão Gonçalo Gil Brandão como fidalgo da Casa de D. Afonso V, como filho do inevitável Álvaro Gonçalves Brandão e sua (2ª) mulher Mécia de Avelar; e como genro de Rodrigo Afonso Machado, senhor de Sandomil, e de sua mulher Aldonça Aires. Mas nenhuma destas coisas é possível. Começando por seu alegado sogro, Rodrigo Afonso Machado, senhor de Sandomil, Loriga, Lapa, Gavinhos, Covas, Ferreiros, Touriz, Vila Chã e Bobadela (1389), nasceu cerca de 1342 e casou cerca de 1368 com Aldonça Aires (de Figueiredo).[355] Em 1387 documenta-se a viver em Coimbra.[356] A 23.3.1389 D. João I confirmou a Rodrigo Afonso Machado, escudeiro criado de Diogo Lopes Pacheco, o couto e honra das suas quintãs, casais, herdades e terras de Sandomil, Loriga, Lapa, Gavinhos, Covas, Ferreiros, Touriz, Vila Chã, Bobadela e outros lugares, que "*som seus proprios e forom sempre jssentos e livres e honrados*".[357] Donde resulta evidente que Rodrigo Afonso Machado não podia ser pai de Violante Afonso Machado, nascida cerca de 1435/40. Contudo, podia e devia ser filha (possivelmente natural) de um outro Rodrigo Afonso Machado, neto do anterior.[358]

Álvaro Gonçalves Brandão, que já ficou largamente tratado, nascido cerca de 1412, do ponto de vista cronológico podia ser pai de Gonçalo Gil Brandão, mas o patronímico impede tal hipótese. Midões era então um couto do bispo de Coimbra, pelo que Gonçalo Gil Brandão, nascido cerca de 1430, parece neto (menos provavelmente bisneto) de Vasco Martins Brandão, nascido cerca de 1360, o proposto progenitor dos Brandão de Coimbra. Mas não me foi possível documentar nenhum Gil (Vasques) Brandão que possa estabelecer essa ligação. De resto, carece ainda de confirmação o próprio nome de Gonçalo Gil

---

345 CAV, 34, 102v.

346 CAV, 10, 111.

347 CJII, 24, 103.

348 CAV, 9, 154v.

349 CJII, 24, 103.

350 CMI, 30, 80v.

351 Vide o meu estudo "*Paiva Brandão, de Braga - uma descendência em Gondomar*".

352 Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, 2 volumes.

353 Vide a habilitação para o Santo Ofício (1596) de seu bisneto o Dr. João Álvares Brandão, do Conselho de D. Filipe II, vigário-geral de Lamego, cónego das sés de Lamego e Coimbra, inquisidor-mor de Coimbra (2.9.1603) e de Lisboa (6.5.1612), deputado do Conselho-geral do Santo Ofício, etc.

354 Nomeadamente Manuel Rosado de Vasconcellos.

355 Também aparece nas genealogias como Aldonça Anes. Era filha do célebre Aires Gonçalves de Figueiredo e de sua 1ª mulher Catarina Anes. Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, 2 volumes.

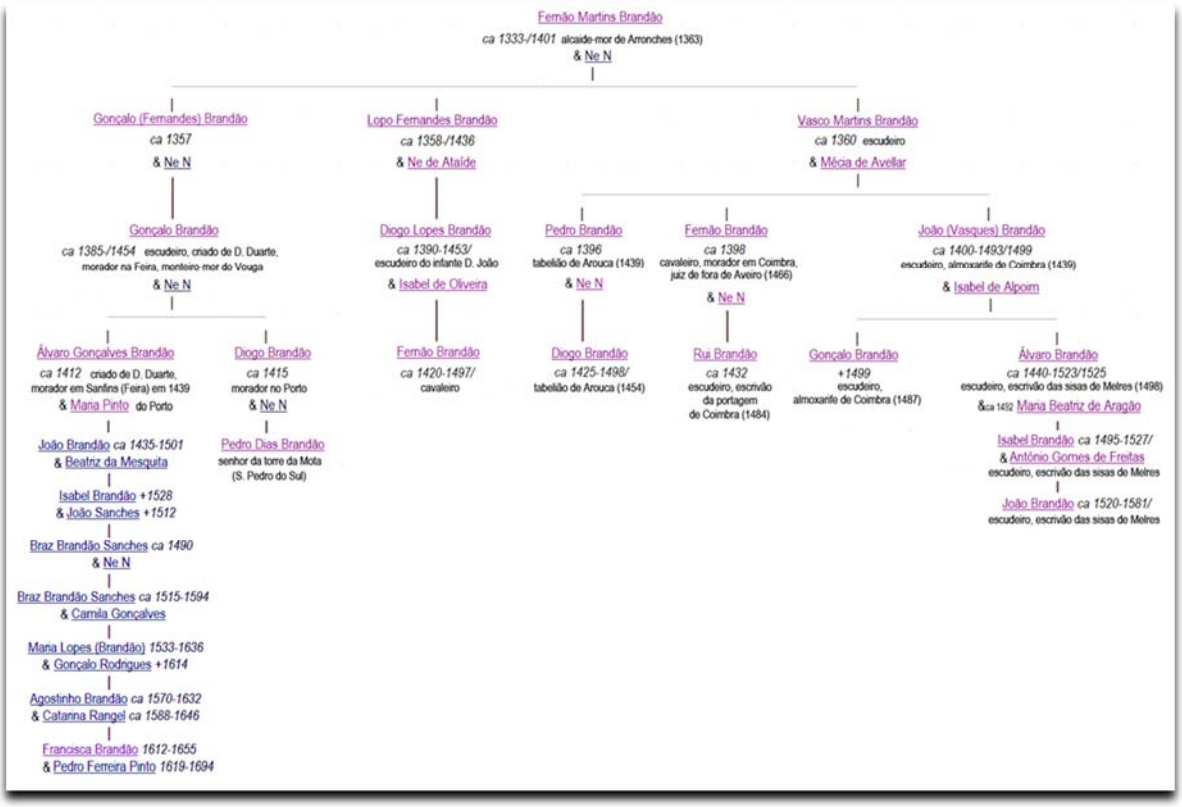
356 CJI, 2, 12 a 14.

357 CJI, 2, 14v e 15.

358 Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, 2 volumes.

Brandão, alegado fidalgo da Casa de D. Afonso V, pois dele não encontrei qualquer rasto documental. O único que vagamente se pode identificar com este é o Gonçalo Gil, escudeiro de D. Duarte de Menezes, alferes-mor, capitão e governador de Alcácer, que a 1.4.1459 D. Afonso V nomeou juiz e contador dos resíduos de Lamego, Viseu, Guarda e seus termos, com o mantimento anual de 2.000 reais de prata.[359]

Esquema das principais ligações e entroncamento dos Pinto Brandão



[359] CAV, 36, 180.

Anexo 2 [360]

Nº 1 – Cópia do testamento do Padre Agostinho Brandão. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 8 (Existe também uma cópia deste testamento anexa à habilitação para o Santo Ofício do Capitão Paulo Ferreira Brandão)

"*Em nome de Deus Amen Saibaõ quandos este instrumento de / sedulla e testamento virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e trinta e hum ao primeiro / dia do mês de Dezembro do dito anno estando eu Padre / Agostinho Brandão dos Santos imfermo em hua cama de / infermidade que Deos me deo em meu perfeito juízo e / natural que o senhor me deu ordeno e fasso esta sedulla de / testamento e minha última vontade pera bem e salvaçam / da minha alma na maneira seguinte # Primeiramente / sendo Deos me leve desta vida prezente emcomendo a / minha alma aquelle que a fes e criou de nada e assim creio / como verdadeiro cristão no mistério da Santíssima Trinda/de Padre filho Spiritu Santo três pessoas e hum só Deos / verdadeiro que a sua imagem e semelhança me fizeram em cujas mãos a ofereço pera que uzando com ella de mi/zericordia a leve a celestial corte pera o coal foi criada / segundariamente mando que meu corpo seja enterrado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do penedo em a Capella-mor / pera o que dou esmola de vinte mil reais, e assim pesso de mercê / ao Senhor Cristóvão da Rocha que haja por bem de o dito meu / corpo ser enterrado nella como sacerdote que sou a coal a/companharão desentemente as confrarias e irmandades / da dita Igreja dando-lhe de esmola a dita comfraria / de Nossa Senhora dous mil reais # e assim mando que me fassão hum ofício de nove lições com coatro ou cinco pa/dres para que dou esmola dez mil reais, e assim mais ao / reverendo cura que antão for mando que me diga vinte / missas com seus responsos na minha sepultura, as quaes serão / sinco às chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, e três ao Anjo / da minha guarda, e sete a Nossa Senhora do Rozário, e o/feressidas aos sete gozos que elle tem de seu unigénito filho / e as sinquo a todos os santos que lhes sejão medianeiros di//ante de Deos por mim, pelas quaes se darão de esmola / e ao dito padre cura que for coatro mil reais, e declaro que aos mais ofícios e missas que eu mando por minha all/ma fazer ao meu testamenteiro em meu nome os man/dará fazer aos frades de São Bento da Vila de Nerim /, digo, que ao prezente de que Deos Nosso Senhor me fez mercê / dar da sua mão, digo, de sua santa mão pessuo de meu / setecentas até setecentas e corenta pouco mais ou me/nos o que na verdade se achar cabeças de gado vacum / entre grandes e pequenas em as coais hão cento e sin/coenta bois capados mui fermosos e grandes até cento / e ssessenta ou os que na verdade se acharem por minha / morte e novilhos por capar couza de sincoenta pouco / mais ou menos, e outros mais que se acharem que estão por / ferrar que vão a dous anos e o mais gado de vacas / e bezerros que todos fazem o dito número e soma de sete/ssentas e sincoenta cabeças até setecentas e sessenta o / que na verdade se achar, digo setecentas e corenta cabes/sas # e pessuo mais de meu sinco cavalgaduras, com/vem a saber coatro cavalos e hua égua parida com sua / criança # pessuo mais de meu sete peças tapanhunas com/vem a saber duas negras e cinco negros # e mais tenho / em Angolla couza de vinte pessas pouco mais ou menos / o que Bernardo Dias meu procurador que está na dita ci/dade de Luanda reino de Angola tem em seu poder pera / me mandar, e por estar tomado Pernaõbuco não vieraõ / porém por cartas suas me avizou que nos primeiros navios / que viessem mas mandaria das coais me mandou três, e escre/vendo-me que por não aver ordem de navios não vieraõ as / mais porem me escreveo por carta que tenho em meu / poder que nos primeiros navios que viessem iriaõ todas / as mais restantes e como Pernaõbuco por nossos pecados / está na forma em que está não vem navios, porém tenho es/crito pella Bahia por via de Manuel Gonçalves de Barros / em que mas mande ao dito Manuel Gonçalves de Barros o que espero / com o favor divino que venhaõ a elle remetidas as quaes vindo meu / testamenteiro abaixo declarado cobrará e fará deligencia sendo / que não venhaõ de as arrecadar e cobrar do dito Bernardo Dias meu / procurador o que cobrará pelas cartas que tenho # mais me deve / Manuel Nunes de Lisboa de vacas que lhe vendi sendo contratador / pera o arraial trezentos e corenta mil reais em dinheiro de contado os / coais há de pagar por todo o mês de Dezembro deste dito ano de seis/centos e trinta e um, de que tenho crédito o coal deixei a António / Dias das Corcuranas mo guardasse cuidando tornalla a cobrar o / dito dinheiro o que lhe não negará pedindo-lho o meu testamenteiro / Deve mais Cosme de Castro Passos trinta e sinco mil reais em di/nheiro de contado o qual tenho por hum crédito pera todas as vezes / que lhos pedir que tenho em meu poder # me deve André da Rocha / Dantas sessenta mil reais em dinheiro de contado menos dous tos/tões de missas que lhe disse, digo, de minhas ordens do tempo que / fui seu capelão # e mais me deve o dito André da Rocha Dantas as / missas que se acharem no meu rol que lhe fui dizer a sua cape/lla, as coais foraõ huas a cruzado em que nos consertam os / mandando-me chamar pera lhas ir dizer aos Domingos e dias / Santos as coais comessaram des do dia da assumpção de nosso senhor / Jesu Cristo que foi em Maio passado deste anno de seiscentos / e trinta e hum # e mais me deve as mais missas que se acharem / em meu rol, as coais o dito André da Rocha Dantas pagará / comforme sua consciência # Devo ao dito André da Rocha / Dantas doze mil reais convém a saber oito mil reais que me man/dou dar na villa ao Machado e coatro mil reais de coatro cai/xões de fumo que me mandou levar no seu barco # mais lhe devo alqueire e meio de sal ou o que elle la achar em seu rol / de que se pagará comforme sua consciência e declaro que se mais / algua couza lhe devo de que não estou lembrado se pague ha / tudo dou fee a sua verdade # me deu André Ferreira de / Boaciqua trezentos, digo três mil e quinhentos reais de resto que // me devia de uma capella # e mando que se dem dous mil e / quinhentos reais de huma restituição a*

[360] Agradeço ao Dr. Rui Faria a informação sobre estes documentos e a sua transcrição, bem assim como aqueles que, do mesmo fundo da Colegiada de Guimarães, já ficaram referidos em notas relativas a cada um deles.

Valentim da Rocha pera / os dar aquelle homem que está na Bahia que lhe deu os curraes / de cujo nome não estou bem lembrado # e mando que se dem / ao feitor Salvador Gonçalves do anno que me servio de seis/centos e trinta e hum dezasseis mil reais porquanto a conta de / vinte mil reais em que com elle me consertei lhe tenho dado o ou/tro antes mais que menos # tenho mais de meu em mi/nha caza de tabaco feito e bem acondicionado cento e vinte / arrobas pouco mais ou menos # mais tenho hua cella quazi / nova com seus aparelhos e estrivos e freio # tenho mais alguns livros de muzica curiosos que tinha em muita estima / com outroz livros de cazos, e outros espitituaes # e mando / ao meu testamenteiro abaixo declarado se entregará / de todo o guado vaqum acima dito e juntamente das / ditas cavalgaduras e negros assim dos que estão de prezente / em caza como os que de Angolla espero e fumo e tabaco / e de todas as mais couzas que asima declaro e tanto que / dellas se entregar logo com a mais brevidade possível tudo / venderá e fará em dinheiro de contado ou em letras passadas / por pessoas seguras pera comprimento de meus legados que / mando se cumpram em Portugal # mando que dos ditos trezentos e corenta mil reais assima que tenho declarado, digo / assima declarados, que tenho na mão de Manuel Nunes de / Lisboa sejaõ os primeiros em letra se me mandem à cidade / do Porto dirigidos a Sebastião Pacheco pera que os repar/ta por quem eu mando # mando que tanto que a dita letra estiver / em poder do dito Sebastião Pachequo, e sendo que o dito Sebastião / Pacheco seja falecido se passará a letra a António Lopes / Cortês o coal ou hum ou houtro dará a minha mai Maria / Lopes dona viúva sendo que seja viva cem mil reais a qual / he moradora na Serdassa freiguezia de Santa Eulália de / Soveroza termo da cidade do Porto, e sendo cazo que neste tempo seja falecida por ser mulher de muita idade mando // que destes ditos cem mil reais se dem vinte mil reais pera se faze/rem huns ofícios por sua alma que se faram na dita Igreja / onde está seu corpo emterrado os coais se faraõ logo com / os ofícios de nove lissões, e com a muzica da terra os / coais vinte mil reais se entregaraõ a meu irmão Manuel / Brandão pera mandar dizer os ditos ofícios de que cobrará / quitação do dito cura de como se fizeram e a dará a Sebastião / Pachequo ou a António Lopes Cortes de quem cobrou os ditos / vinte mil reais # mando que o restante que são oitenta / mil reais deles se darão vinte de esmola a nossa Senhora da / Conceição da dita freguesia de Santa Eulália os coais os mes/mos aceitadores da letra darão aos mesmos mordomos da / confraria de Nossa Senhora da Conpceição pera que lhes dessem aquillo / que for mais necessário a dita confraria, mando mais que / dos sessenta mil reais que ficaõ se dem trinta a meu irmão Manuel / Brandão e outros trinta a minha irmã Juliana Brandoa e / sendo cazo que alguns deles seja falecido o que vivo for erdará / os outros trinta mil reais # mando mais se dê esmola pera / ajuda de seu cazamento a duas sobrinhas minhas, filhas de / Sebastião de Almeida morador na freguesia de Besteiros cem mil reais / em dinheiro de contado sincoenta a cada uma dellas e o dito Sebastião / de Almeida meu cunhado sendo vivo ou a minha irmã dará / quitação ou seu marido das ditas minhas sobrinhas sendo já / cazadas de como se receberaõ e mando mais se dem de esmola / sincoenta mil reais a Isabel filha de Catarina da Cruz da dita freguesia de Santa Eulália de Soveroza pera ajuda de seu / cazamento e dez mil reais à dita catarina da Cruz sua mai de / esmola sendo que a dita Catarina da Cruz seja morta se dará / tudo à dita Isabel, mando mais que os ditos oitenta mil reais / que restaõ os guardarão os ditos cobradores ou cobrador da / letra em sua mão até ir mais dinheiro pera se cumprirem / outros legados mais # mando que meu testamenteiro em / indo fazendo dinheiro meu dará mais logo cento e cincoenta mil reais // digo cento e quarenta mil reais dirigidos ao dito Sebastião Pachequo / ou a António Lopes Cortês pera que juntos com os oitenta que / tem se dem de esmola duzentos mil reais a Agostinho filho de Maria Carvalha veuva moradora na Villa de Guimaraes / junto à porta da Garrida Rua de Infesta, e juntamente / lhe dou mais de esmola as minhas cazas em que morava / na mesma Rua com todas suas pertenses que nellas deixei # e alem do dito deixo mais de esmola a dita sua mai Maria / Carvalha vinte mil reais que vem a fazer contia de duzentos e / vinte mil reais, e sendo cazo que a dita mai do dito Agostinho seja / morta e elle seu filho erdará os ditos vinte mil reais além dos / duzentos e sendo cazo que o dito Agostinho seja falecido man/do que os ditos duzentos mil reais se entreguem a hua das / dignidades de Nossa Senhora da Oliveira o coal será o meu / onrado temente a Deos conhecido por tal na dita villa de / Guimarães pera todo este dinheiro me mandar gastar em ofícios / e mais pela minha alma, com campanas tangidas e mando / quem em todos estes ofícios que se fizerem seja missas / gerais e nellas entrarão as missas de São Vicente Ferreira que / são corenta e oito as coais guardarão e dirão pela mesma ordem / em modo que o dito Santo as disse que doutra maneira vão fora / da ordem e não cumprem com a obrigação porque muitos / fogem a dizer a missa da Paixão de dia de ramos que he hua das / principaes e a coarta feira das trevoas taobem da paixão / mando que meu testamenteiro me mandará fazer por mi/nha alma três ofícios de nove lições com toda a muziqua / a coal será a dous coros em o Mosteiro de São Bento de Merim / sendo restaurado ou aonde eles ditos frades assistirem em / cada ofício averão vinte missas pera que se dará de esmola / dos ditos officios sicoenta mil reais # declaro mais que nestes ditos offícios que os reverendos padres de São Bento fizerem / pela minha alma me diraõ as missas de São Vicente Ferreira / na forma que o glorioso Santo as disse, as coais são corenta / e oito # missas que devo que eu tinha aceitas, imaginando / podellas cumprir, e por minhas ocupações deixei a villa e a hua / parte e a outra não ouve lugar pera o fazer e posto que per/tendia dando-me Deos saúde mandá-las dizer pelos Mosteiros / pera me desemcarregar dellas dando satisfassão ao devido , e / como nosso senhor foi servido querer-me levar da vida prezente me he necessário deixá-las por rol pera que meu testamen/teiro a primeira couza que fassa mandalas logo dizer por / quanto assim importa pera eu ficar desemcarregado de minha / consciência e cuidar que vou seguro senão ficar devendo nada / e assi pesso a meu testamenteiro as mande logo dizer a reli/giozos frades do Carmo e de São Francisco dando-lhes esmolla / a mea pataqua por cada missa as coais missas vão declaradas / neste rol que aqui vão # declaro mais que tenho hum / breviário novo que pode valer três mil reais, e assim hua espingarda que vale vinte cruzados e hum carro quazi / novo mas afumo que ouve este anno se dizimara por/quanto não houve lugar pera isso, declaro mais que devo o dízimo da rossa de coatro mil covas coatro cruzados e / declaro mais que devo doze tostões de dous bezerros que se / acharaõ depois de ter dizimado / este dizimo pertence a João Velho porquanto o arrecadava / declaro mais que deixo forra a Feliciana minha escrava pelos / bons serviços que della tinha recebido, e assim pesso a meu / testamenteiro não ponha dúvida em nada senão passar-lhe sua carta de alforria pois he esta minha última vontade […] # declaro que depois de compridos os ditos legados /assima declarados de tudo o mais remanesente de minha / fazenda fasso minha universal herdeira a minha alma com / declaração que meu testamenteiro mandará todo o mais / dinheiro que da dita minha fazenda se fizer a cidade / do Porto em letras passadas sobre pessoas seguras e abonadas // e para ir seguro e sem perigo porquanto com ele pretendo ter / hua capella em que me digão duas missas cada somana e com / ele se comprará renda bastante pera o sacerdote que mas ou/ver de dizer de modo que sejaõ perpetuas, as quaes missas man/do se me digaõ em Nossa Senhora da Oliveira da villa de Gui/marães pelo que pesso aos senhores do R.do cabido como pessoas / omradas me fassaõ merce pelo amor de Nosso Senhor, e pelo / que lhes tenho merecido de ser sochantre nessa Santa Caza / de Nossa

Senhora da Oliveira querem aseitar este dinheiro / que lhe for mandando pera me mandarem dizer as ditas duas / missas pela minha alma casa somana rezadas por via da / capella ou quando não pela coraria da dita Igreja, e assim / mais lhes pesso por mercê aos ditos senhores do R.do Cabido / haja por bem de serem administradores da dita minha capella / e sendo cazo que haja dinheiro com que se possaõ dizer mais mis/sas o faraõ segundo suas consciências e como de taes pessoas se / espera e com a comfiança que tenho de suas mercês e de todos / os se/nhores do dito R.do Cabido cuido que fica minha alma satis/feita e eu cuidar que vou seguro desta vida presente em deixar / minhas cauzas cometidas a taes senhores a quem pesso não estra/nhem o atrevimento que cometi em os emfadar nesta ocasião / de lhes dar tanto trabalho porém como não senti nessa villa / de Guimarães pessoa a quem cometesse este negócio senão a suas / mercês, cuido sou bem afortunado com os senhores do Reve/rendo Cabido aceitarem a dita administração o que nosso / Senhor lhes pague por mim todo o trabalho que nisto puzerem / cujas pessoas o dito S.or goarde e aumente o estado e vida como / dezejaõ. E meu Senhor Sebastião da Rocha Pita como nosso senhor / foi servido chegar-me a tal estado de me querer levar desta vida / prezente considerando a quem podia deixar por meu testamen/teiro achei por minha consciência que não avia aqui pessoa de / mais consideração nem mais recto do que he vossa mercê pelo que tenho / conhecido como vossa mercê pretende dar a cada hum o que he seu o q / cuido fará aceitando tudo isto que possuo como asima se contem // E assim pesso ao S.or Sebastião da Rocha Pita pelo amor de nosso S.or / haja por bem querer aceitar o ser meu testamenteiro porque / com essa comfiança cuido ir satisfeiro desta vida prezente para / o que vossa mercê tomará de seu trabalho de correr com o comprimento / deste meu testamento aquillo que vir que merece e seraõ de cem / mil reais até duzentos ou aquillo que lhe parecer em sua consciência / se mais merecer o que tudo ponho em sua mão porque cuido o há / de fazer milhor do que mereço. E declaro que depois de ter feito / este meu testamento me alembrei de huas vacas que dei a Santo / António de que resultou della três cabeças que andaõ no curral / além de outras que tenho dado de esmola aos mesmos frades do / dito Santo # Mas de outra vaqua que dei a Nossa Senhora de / esmola haõ sete cabeças de gado comvem a saber seis fêmeas e / hum boi capado # vendo hua vaqua de Nossa Senhora que levei / em companhia das minhas pera a villa, da coal deraõ três mil / e oitocentos reais o que tudo se ajuntará, e os restantes destas / vacas se mandará com o mais dinheiro à villa de Guimarães / dirigido aos mesmos senhores do dito Reverendo Cabido / pera que o dem a Nossa Senhora da Oliveira # O gado de / Santo António que são três cabeças comvem a saber hua / vaca e dous bois muito fermosos se daraõ de esmola aos / fradinhos de Santo António da Villa de Marim # e por / quanto com isto tenho concluído esta minha sédula de tes/tamento e ser esta minha última vontade pesso outra vez de / mercê ao senhor Sebastião da Rocha Pita como pessoa omrada / e temente a nosso senhor ponha com muita brevidade em / execução o assima dito porque com esta comfiança vou tam / satisfeito em eu lhe deixar minhas couzas encarregadas, / que cuido com sua mercê tomar este trabalho terá mui / grande merecimento diante de Deos e eu hir desta / vida prezente em cuidar que deixei minhas couzas a / tal pessoa consolado e pera o que faraõ rogados pera / testemunhas os abaixo assinados nesta minha sedulla / de testamento e por eu não poder por minha mão fazer // pedi a Pantalião Pinto por mim o fizesse e assinasse nelle / como testemunha dito dia e anno asima # o Padre Agostinho Brandão dos Santos – Pantalião Pinto – João Álvares de Carues – Francisco Camello da Maia – Pero de Souza – Diogo Dias – Álvaro Ferreira Pereira – Valentim da Rocha Pita – O qual testamento eu Domingos / Velho tabaliam do publico e judicial e notas da villa de Olinda / e seus termos capitania de Pernãobuco por Duarte de Albuquerque / Coelho capitam e governador della por el rei nosso s.or fis tresladar do / próprio que fica em meu poder a que me reporto e o concertei com / o oficial abaixo sobescrevi e assinei de meu publico sinal / em razo neste arraial aos catorze dias do mês de Dezembro / de mil e seiscentos e trinta e dous annos - sinal publico / e razo do dito Domingos Velho, e consertado com tabaliaõ / Gaspar Vieira".

Nº 2 - Carta de 17.5.1633 de Maria Lopes ao Cabido. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 12/25
"*Senhores nobellissimos e S.or Simão de Alm.da / Muito boas espedidas de festas de Deos Nosso Senhor a vossas mercês / esperituais e temporaes. O que me obriga a fazer esta / he dar rezão de mim depois que me apartei de vossas mercês tive muitos e vários pareceres de homens douctos e de bons / entendim.tos os quais me meteraõ muitos escrupollos / e como sou velha e timente a Deus Nosso Senhor que me remio / e criou devo temer sua sentença e não atento / a fazenda nem interesses do mundo, e como tal não / dou credito ao que se me dis por confiar de vossas mercês que / não querem senão o bem e salvação das almas no / que eu estou m.to confiada, q de vossas mercês se não espera / o contrário, e assi confesso quando apareci diante vossas mercês / de q recebi mil honras e mercês, não me mostrarem / o testam.to de meu filho Agostinho Brandão que deus tem / e declaro pois que foi culpa minha, vindo no testam.to / que eu sou a propria herd.ra ha mim pertence seus bens / tudo hei por m.to bem feito e não me desdigo do que / fis, mas prejudicando a terceiro, ou terceiros disso / não sou eu senhora pello q sejão vossas mercês servidos / desobrigarem assi primeiramente e depois disso a mim // de maneira que vindo toda a fazenda a mim como sua mãe / tudo hei por bem feito mas prejudicando a terceiros de quem / eu não posso dispor eu me quero desobrigar e vossas mercês / façaõ o mesmo, pello que faço a vossas mercês esta lembrança / de que fico m.to confiada vossas mercês façaõ como de tal e tais / pessoas se espera no que estou bem certa e tudo / deixo nas suas mãos e para certeza de sua inteireza / e minha verdade mando essa mossa minha filha / Juliana Brandoa, q vossas mercês ma façaõ vendo que / sou velha de cem annos, pera restaurar minhas / necessidades e desobrigar minha consciência mandarem / por ella, estando no que temos pactado, como eu / estou sessenta mil reais pera cazar hua sobrinha / porque com vossas mercês me fazerem esta mercê ficarei livre / de puxarem por mim a me quererem tirar do que eu / tenho celebrado com vossas mercês e minha filha dará a vossas mercês / as seguranças q pera tais couzas e cobranças se re/querem e pera mais certeza e inteireza desta verdade / não dando crédito a esta podem vossas mercês mandar ou / pedir ao Senhor Simão de Alm.da ou outra qualquer pessoa / venha entregar esta esmola e dinheiro e inteirarsse / desta verdade no que fico tam certeza como / obrigada cujas vidas Deus conserve por largos // annos Soveroza Março 31 de 1633. / Obdiente e sua devotta horadora Maria Lopes*".

Nº 3 - Pagamentos a Francisca Brandão. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 16/24
"*Determinação dos juízes árbitros sobre cento e vinte mil reais que António Nunes deu a Francisca Brandoa / Proposta dos Reverenndos Senhores do Cabido de Guimarães e de António Nunes seu Prebendeiro que foi António Nunes servindo de Prebendeiro dos senhores do Cabido desta Villa de Guimarães, lhe pedirão e roguaraõ q os fiase e se obrigasse / como principal paguador e depositário / fiel e removendo em si a dívida a paguar / a Francisca Brandoa f.ª natural do P.re Agostinho Bran/dão q se falesera nas partes do Brazil / trezentos mil reais da feitura da escritura / a hum anno, os quais com outros trezentos / mil reais*

q loguo os ditos R.dos snores / lhe darão de contado, lhe prometeraõ / por desistir da herança q ficava / do ditto P.e Ag.o Brandão sobre q traziaõ / dúvidas e demandas. / E com efeito o dito Ant.o Nunes se / obrigou como fiador, e principal / pagador e fiel depositário, e removendo / a dívida em si com outorga de sua / mulher a dar e paguar à ditta Fr.ca / Bradoa os ditos trezentos mil reais / do dia da feitura da escritura a hum / anno / Pasados alguns mezes depois do // ditto contrato, e antes de ser chegadi / o tempo do anno cumprido do dito pagam.to / deu o ditto António Nunes à d.a Fr.ca Bran/doa por mão de seu procurador Mi/guel Pinto de Leão sento e vinte mil reais / à conta dos ditos trezentos mil reais / q estava obrigado a paguar / Chegando o tempo do pagam.to por / ser já o anno do contrato cumprido / e passados alguns dias obrigou a d.a / Fr.ca Brandoa ao ditto Ant.º Nunes / por sento e oitenta mil reais q lhe devia / de resto dos trezentos mil reais por já / aver cobrado delle os sento e vinte / mil reais; e se sentenciou na R.cam do / Porto q paguasse o ditto Ant.º Nunes / os ditos sento e oitenta mil reais em q / o condenaraõ, e estando prezo por / outro cazo por conta dos ditos serrou / na cadea do Porto, foi embargado / nella pelos ditos 180$ e della / não sahio sem primeiro se depositar / dinheiro de contado em juízo / E os ditos snores não descuidaõ a paguarem / ao ditto Ant.o Nunes os ditos sento / e oitenta mil reais q depositou por eles / e os pagou com efeito / E se não tivera paguos os ditos 120 $ // a ditta Fr.ca Brandoa he serto q ouvera / de ser demandado e condenado o d.o António / Nunes por todos os 300$ de sua obri/gação, e não pellos 180$ / Dizem os ditos snores do Cabido q / não estão obriguados a pagarem ao / ditto Ant.o Nunes os ditos 120$ / pelos haver paguos antecipadam.te / e sem dar conta disso ao Cabido / e sem seu consentim.to, e por não vir / com todas as excepçõis q lhe competiaõ a elle e aos ditos sores / Pergunta-se se devem os sn.ores do Cabido paguar ao ditto Ant.o Nunes os ditos 120 mil reais ou não / Deliberação / Se pague os ditos 120 mil reais e tudo o mais em que este condenado o dito António Nunes".

Nº 4 – Processo do Cabido para averiguações. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 16/23

"*Dizem como Autores os Reverendo dignidades e cóni/gos do Cabido da insigne e Real Collegiada de Nossa / Senhora da Oliveira desta villa contra Miguel Pinto como procurador de Pedro Ferreira / e de sua mulher Francisca Brandoa e contra Baltazar / Ferreira e sua mulher Maria Pinta moradores na Honra de Paços réus / Que o padre Agostinho Brandão subchantre / que foi na dita Collegiada falecendo nas partes / do Brasil na povoação de Santo António fez seu / testamento no qual depois de cumpridos os seus / legados ordenou que seu testamenteiro remetesse / o que deles restasse a este reino e pagos também / os que nelle deixava, se entregasse o dinheiro a que hou/vesse ao Cabido autor, para qie o empregas/sem em fazenda pella qual em forma de / capella se lhe mandassem dizer duas missas / rezadas cada somana, ou mais se mais che/gasse o rendimento da fazenda que com o ditto // dinheiro se houvesse de comprar nomeando para a ad/ministração do sobredito o Reverendo Cabido Autor como / consta do testamento cuja cópia se oferece / aqui se há por repetido. / Que vindo a ditta cópia de testamento a este Reino, / e a notícia da Ré Francisca Brandoa que era falecido o dito pa/dre dizendo a ré que era sua filha se pre/tendeo habilitar por tal subrepticiamente e / sem parte, e pera isso requereo ao juiz dos / órfãos da honra de Sovoroza onde morava que fiz/esse hum inventário por dizer que era menor, e man/dasse precatórios para os bens do dito pa/dre irem a seu juízo tudo com manha, e sem / parte algua que contradicesse havendo muitas / a que tocava a impugnação da filiação que a dita / ré pretendia provar / Que passandosse precatória para o juiz dos órfãos // desta villa remeter os bens que o ditto / defunto tinha nesta villa e certidão delles / hum Agostinho filho natural do mesmo padre / se veo oppondo a isso com embargos dizendo que / nesta villa se devia fazer inventário / dos bens q se achasse e que a dita ré / não era filha nem estava legitimamente habilitada e / por tal do ditto defunto, por ella não ser citada / para a dita habilitação nem menos o testamento do / ditto defunto e mais pessoas a que tocava a causa / da dita habilitação e correndo os dittos embar/gos a instancia da ré se remetteo a causa de/les ao Porto ao juízo das ações novas / Que o Cabido autor favorecia na dita causa / ao ditto Agostinho em rezão de se impugnar / por esta via a filiação que a ré pretendia provar / dizendo que o ditto padre Agostinho Brandão a houvera / sendo piaõ e solteiro em mulher piam e solteira / e assi que lhe pertencia sua herança, porém / nem o dito Reverendo Cabido autor era ainda parte na / cauza nem para ela citado nem menos o dito testamen/teiro do defunto aos quais pertencia a defenção / do dito testamento // Que posto que a ré procurasse a dita filiação / sem parte contradicente era nulla a dita prova, / a ré anda em demanda / assi pella dita filiação ser dificultoza de provar / como por haver de fazer prova della com as / ditas partes citadas e em seus domicílios / e nenhum direito tinha na herança do ditto / padre até não averiguar sobre o ditto / Que dado cazo que a ditta ré tivera sentença por / si legitimamente havida sobre a ditta filiação / o ditto testamento ficava ainda valioso em / razão do terço e legados pios, e então lhe / poderá competir uma aução para tratar da / nulidade delle, e cobrar os bens nas ditas partes do Brazil adonde se dizia que esta/vam, que tudo era hum direito muito remoto / e de que se podia esperar muito pouca vallida/de e comtudo / Que a ditta ré por ordem e traça / de Miguel Pinto seu procurador que corria / com o dito negócio fez com o Cabido autor hum / nullo contrato de transacção e cuja cópia / se oferece, no qual o Cabido Autor lhe prometeram / seiscentos mil reais do seu próprio dinheiro e de sua / igreja por ela desistir do direito que / pretendia haver na ditta herança dando-lhe / logo trezentos mil reais que o dito seu procurador / recebeu e os outros trezentos mil reais do dia que se fez / o ditto contrato a hum ano e que rendendo a he/rança oito mim cruzados lhe dariam mais du/zentos mil reais o qual contrato se fez no primeiro / dia do mês de Outubro de 1633 anos / Que o dito contrato he nullo e de nenhum vigor / e por tal se deve julgar por nelle / haver notáveis e patentes nulidades / de direiro, como defeito por nelle intervir / lezão enormíssima e estar o dito Reverendo Cabi/do e sua Igreja leza enormissimamente porque // ao tempo que se fez o ditto nullo / contrato não estava como nem ainda agora / está couza alguma da dita herança senão / somente huma relação e noticia de que / era remota, e não bem certa de que a dita / herança constava de gado e de huas / poucas peças de escravos sem nella haver dinheiro / algum ouro nem prata bem couza certa / segura e que estava o dito gado / na povoação de Santo António terra muito / vizinha da Capitania de Pernambuquo / Que no ditto tempo e mês de Outubro de 1633 em / que se fez o dito nullo contrato estava / a dita capitania de Pernambuquo há/via mais de três annos ocupada dos inimigos /holandezes e havia muitas ruins novas de / que os ditos inimigos hião tomando as terras / e destruindo as povoações vizinhas to/mando e roubando as fazendas e gados e des/truindo os engenhos, como defeito foraõ / fazendo pelo tempo adiante, vão atual//mente e se não podia dar couza algum por / fazenda que estava em causa perigosamente / gados q estão mais expostos e ocasionados / a preza dos inimigos. / [nota de margem] Se dizia que eles andavam me/tidos na dita capitania sem se sair della porque as pessoas das terras e povoações circunvizinhas os iam matando e outrosi o bicho também os matava e depois se soube. / Que ainda que o testamenteiro tivesse cobrado al/gua couza no tal tempo da dita herança / não podia remeter couza algua a este Reino / por falta de comércio e por o ditto inimigo / Olandes ter ocupado os Portos marítimos / e os mares*

qualhado de armadas e corssá/rios, de sorte que está totalmente perdido o co/mércio daquelas partes e estava já quan/do o ditto nullo contrato se fes de que o dito contrato não sabia / Que o direito duvidoso q a ré pretendia / ter na ditta herança havendo resprito a não ser / ainda a filiação provada legitimamente, e a dificulda/de de a provar citando as partes, e assim estar em par/tes tão remotas, e ser gado, e couzas incertas, e / a estar aquelas partes ocupadas de inimigos / e faltado comercio e a multidão de legados que / o defunto deixa valia ao muito chegaa a valer ao tempo //que se fez o dito nullo contrato duzentos mil / reais certos por comum preço e geral estimação / nem haveria quem muito desse por ella e assi / diziam as partes emportas e que sabem de neg/ócios e contratos e do estado da dita cauza e / justiça da ré e do perigo dos mares e perdiam / as ditas partes do Brasil em que a ditta hera/nça se diziam estar pelo que em os autos da ré / pella ditta herança seiscentos mil reais / certos ficavaõ enormissimamente lezos eles / e sua igreja e ho ditto contrato nulo / e de nenhum vigor mormente / Que para o ditto contrato de transação ser valioso / era necessário ficar algum provei/to em poder dos autores e de sua igreja transigen/te, o qual não houve nem ficou antes / esta ditta igreja enormissimamente leza / e enganada por dar sua fazenda certa / por hua esperança de herança incerta, e / irrecuperável e foi o contrato nullo / Conforme ao direito que se allegava a seu tem/po para ser valioso o ditto contrato era ne/cessário ser o ditto contrato proveitoso para // a igreja Autora não tão somente ao tempo que / se celebrara se não dispois e dado cazo que / de princípio parecesse q delle se titaria algum / proveito constando dispois q o não há não fi/cou valendo o dito contrato / Que até agora não tem vindo a este Reino couza / algua da ditta herança nem se espera vir pella / rezão dos ditos Olandezes inimigos antes huas / letras que vinham são perdidads e assi no / estado de hoje nenhum preço se pode dar / pello valor da dita herança quanto mais pelo / direito duvidoso q a ré pretendia ter em par/te della, e constando como consta q nenhum proveito / della pode vir a q Igreja antes notável perda / fica o dito contrato sendo nullo / Que para o ditto conctrato de transauçaõ seja valiozo / era necessário ser confirmado pelo preçado, ou pella Sé Apostólica por ser sobre bens da Igreja, os / quais posto que não fossem incorporados na / meza basta que lhe pertencessem, e assi / he conforme ao direito e opiniões comuas / e por falta da ditta solemnidade também nullo o ditto com/trato".

Nota de margem: "*Para que allém dos ditos 600 reais prometidos e dados a ré se obrigou o cabido a cumprir todos os legados do defunto que montaõ mais d'outro 600 mil reais / Que o difunto deixava 200 mil reais a hum Agostinho seu filho natural a suas sobrinhas 100 mil reais a sua mãe do dito Agostinho 20 mil reais e à mãe do dito defunto 100 mil reais fora o que manda tomar ao testamenteiro 200 mil reais e do mais que lhe parece tudo monta três mil e cinquenta cruzados / Para que a herança d'oje no estado em que se acha não monta mais q hum conto, como conta da carta do testamenteiro e tudo o mais se perdeo / Para que a obrigação que o cabido tomou sobre si monta mais de três mil cruzados não valendo toda a herança mais de hum conto no Brasil de que se hão de tirar ainda os gastos e riscos dela em que desfalcamento e he de pouca consideração / Por que estas contas fica a sua Igreja lesa enormemente e como goza da instituição de menor implora seu remedio na melhor forma que deve*".

Nº 5 - Carta de Sebastião da Rocha Pita, Baía, 13.2.1663. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada – 756, maço 4, documento 15

"Muito Reverendo Cabido de Nossa Senhora da Oliveira da Villa de Guimarães / antes da entrada dos Framengos na Campanha da Capitania de Pernambuco, escrevi / a Vossas Mercês, e lhes remiti o treslado do testamento do Padre Agostinho Brandão dos Santos / dando-lhe conta em como deixara sua fazenda a Nossa Senhor, e a mim por seo testa/menteiro, e o perigo em que ficava e logo desta herança que pouco tempo durou, que não / fosse senhoreado tudo dos inimigos, que não derão lugar ao capitão Bento de Frei/tas procuraor que Vossas Mercês elegeraõ para cobrar de mim esta fazenda, que eu lhe queria / entregar como consta de seos escritos sobre esta matéria, não se querendo empenhar / com este negócio visto o risco que corria com os Framengos como succedeo. Estan/do eu auzente no Rio de Sam Francisco nesta cidade da Bahia, foi Deos servido que / destes apertos e trabalhos se retirasse minha molher e filhos sem mais cabedal, que trazer / em sua companhia alguns escravos que o tempo foi gastando, ficando eu sempre vivo / para lograr as necessidades em que mui, e ainda padeço lidando com os embaraços / que sempre ficaõ a quem deles sae com tam mãos sucessos. A fazenda que o dito Padre dei/xou, e que tinha entre mãos, eram vacas que com as minhas ficaram ao inimigo, que huas e outras eram três mil e quinhentas cabeças, fora as do defunto. Antes que chegassem estes / extremos fui pessoalmente duas vezes a Pernamcuco a dar comprimento a seos legados, / a que Deos foi servido desse cumprimento, que como não avia venda de gado, tudo me cus/tou grande trabalho: o que só deste negócio me dá alívio, he o dar cumprimento inteiramente / a esta obra, e como do seo testamento consta que Manuel Nunes de Lisboa lhe devia trezen/tos e sincoenta mil reais de gado que deo pera o sustento da gente de guerra no arraial daque/la guerra que governava Mathias de Albuquerque, e doutro que se me tomou por não ter outra / saída: o mais que pude fazer foi alcançar a letra que a Vossas Mercês mandei do dito Manuel / Nunes de Lisboa, de quinhentos e sincoenta mil reais, fora outro escrito que me passou que ficou / em poder de António Dias de Abreu: E como os herdeiros do dito Manuel Nunes tem / com que paguem, e eu com menos impedimentos não posso acudir a esta cobrança polla / falta de cabedal, e com setenta e tantos annos de idade temendo poder faltar, e buscar / me a morte que já não tarda, me pareseo tinha obrigação de fazer lembrança adver/tindo a Vossas Mercês que com nova procuração fação eleição em quem lhes parecer para tratar / desta obra, e enquanto eu estou vivo dar todo o adjutório a quem se faça esta cobran/ça que Nossa Senhora da Oliveira quiará pois he sua, e se tiver lugar por outra via pro/curar esta fazenda que senão porqua por falta de solicitador, porque eu como o cabedal não / he nemhum e a correspondência de negócios que sem eles não tem algum lugar entre os ho/mens quem se vê no estado a que cheguei. Não achei em Pernambuco quem quisesse tomar por // mim este trabalho, porque ninguém quer com semelhantes negócios grangear inimigos, já me paresse ser comprido, e assim peço a Vossas Mercês me tenhaõ nesta parte que acima digo na / conta de cristam, e que tudo que lhes acima digo he verdade, e zello de não faltar a minhas / obrigaçoens. Nossa Senhora nos tenha a todos em sua graça, e a Vossas Mercês dando-lhes muitos an/nos de vida na ocupação em que a gastaõ. Bahia 13 de Fevereiro de 1663 annos – Sebastião da Rocha Pita".